CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A DISTÂNCIA ENTRE O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PELA E PARA A EAD

Nayane Caldeira Rezende

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador
Alexandre de Carvalho Castro

Rio de Janeiro

Maio de 2014

A DISTÂNCIA ENTRE O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PELA E PARA A EAD

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Nayane Caldeira Rezende

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof Dr. Alexandre de Carvalho Castro (CEFET/RJ)

_____

Prof Dr. Cristina Gomes de Souza (CEFET/RJ)

_____

Prof Dr. Eloíza da Silva Gomes de Oliveira (UERJ)

Rio de Janeiro

Maio de 2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

R467 Rezende, Nayane Caldeira
A distância entre o pedagogo e a educação a distância : a formação do pedagogo pela e para a EAD / Nayane Caldeira Rezende.—2014.
ix, 81f. : il.color. , grafs. , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2014.
Bibliografia : f. 77-81
Orientador : Alexandre de Carvalho Castro

1. Ensino à distância. 2. Pedagogos – Formação. 3. Tecnologia educacional. I. Castro, Alexandre de Carvalho (Orient.). II. Título.

CDD 371.35

RESUMO

A DISTÂNCIA ENTRE O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PELA E PARA A EAD

Nayane Caldeira Rezende

Orientador:

Alexandre de Carvalho Castro

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Este estudo teve como objetivo investigar se os pedagogos formados pela educação a distância estão sendo formados para atuar com a EAD. No primeiro momento, comenta-se a relação entre tecnologia e educação, revelando a EAD como tecnologia estratégica para formação de profissionais. A seguir, apresenta-se o cenário atual da educação a distância nos dias atuais apontando-a como importante meio de formação dos educadores. Por fim, traz a pesquisa realizada nas graduações a distância em Pedagogia em atividade no Brasil. Nesta analisou-se as matrizes curriculares das graduações a distância em Pedagogia em busca de disciplinas que preparassem o pedagogo para atuar com a EAD. Verificou-se que do total de instituições que oferecem a graduação na modalidade a distância, apenas metade oferece disciplinas sobre EAD. A análise das matrizes curriculares revelou que a maioria das disciplinas é oferecida no primeiro período do curso, tendo como finalidade introduzir o aluno à modalidade e apresentar o projeto pedagógico e a plataforma de aprendizagem. A partir das ementas localizadas, verificou-se que em apenas 14 das 51 disciplinas sobre EAD existem elementos importantes para a formação do pedagogo para atuar com a educação a distância. Conclui-se que há necessidade de rever a formação do pedagogo para que se inclua a EAD como possível e provável campo de atuação do profissional da educação.

Palavras-chave:

Tecnologia; Educação a distância; Formação de pedagogos

ABSTRACT

THE DISTANCE BETWEEN THE PEDAGOGUE AND THE DISTANCE EDUCATION: THE PEDAGOGUE TRAINING BY AND FOR THE DISTANCE EDUCATION

Nayane Caldeira Rezende

Advisor:

Alexandre de Carvalho Castro

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-graduação em Tecnologia - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, as partial fulfillment of the requirements for de degree of master.

This study aimed to investigate if pedagogues graduated by distance education are being trained to work with the distance education. At first argues about the relationship between technology and education, revealing the distance education as a strategic technology for training professionals. Following, it shows the current scenario of distance education nowadays indicated as an important way of training educators. Finally, the dissertation brings an investigation about the distance Education degree in activity in Brazil. The curriculum matrices of these courses were analyzed looking for subjects to prepare the pedagogue to work with the distance education. It was found that the number of institutions that offer distance education courses, only half offers subjects about this method. The analysis of curriculum matrices revealed that most subjects is offered in the first period of the course, and aims to introduce the student to the modality and present the pedagogical project and the learning platform. From the summary available, it was found that only 14 of the 51 subjects about distance education have important elements to training the pedagogue to work with distance education. It has been concluded that there is the need to review the teacher degree to include distance education as a possible and probable practice area for the pedagogues.

Keywords:

Technology; Distance education; Pedagogues degree

SUMÁRIO

Introdução **1**

I – A relação entre tecnologia e educação **4**

I.1 Educação e Tecnologia 4

I.1.1 O computador como ferramenta educativa 7

I.1.2 Conceito de tecnologia 11

I.2 A educação a distância como tecnologia 15

I.3 As tecnologias e a Educação a distância: Um breve histórico da EAD no Brasil 18

I.3.1 A correspondência 19

I.3.2 O rádio 20

I.3.3 A Televisão 22

I.3.4 A Internet 24

I.4 O uso pedagógico das tecnologias na EAD 26

II – Cenário atual da EAD no Brasil: formando para a educação **28**

II.1 O interesse acadêmico sobre EAD 29

II.2 EAD em números 31

II.3 O setor público e privado no ensino superior brasileiro 37

II.4 EAD formando educadores 40

II.5 A graduação em Pedagogia a distância 46

III - O estudo sobre os cursos de graduação em Pedagogia **50**

III.1 Metodologia 51

III.2 Análise dos resultados 58

III.3 A formação do Pedagogo para a EAD 67

Considerações Finais **71**

Referências Bibliográficas **77**

Lista de Figuras

FIG II.1 - Publicações sobre “distance learning” (2000 – 2013) 29

FIG II.2 - Dissertações e teses sobre educação a distância (1996 – 2011) 30

FIG II.3 - Evolução no número de matrículas em cursos a distância 31

FIG II.4 - Matrículas em cursos livres de natureza jurídica pública ou privada..... 32

FIG II.5 - Número de concluintes em cursos livres nas principais áreas de conhecimento 32

FIG II.6 - Principais áreas de conhecimento das disciplinas oferecidas a distância em cursos presenciais 33

FIG II.7 - Matrículas em disciplinas EAD de cursos presenciais natureza jurídica pública ou privada 34

FIG II.8 - Número de conclusões por área de conhecimento em disciplinas EAD de cursos presenciais 34

FIG II.9 - Matrículas em disciplinas em cursos autorizados/reconhecidos em instituições de natureza jurídica pública ou privada 35

FIG II.10 - Conclusões por área de conhecimento - cursos autorizados/reconhecidos 35

FIG II.11 - Número de matrículas em cursos autorizados/reconhecidos..... 36

FIG II.12 - Concluintes em cursos de graduação presenciais e a distância (IES públicas e privadas) 37

FIG II.13 - Cursos de graduação presenciais e a distância por área de conhecimento (IES públicas e privadas) 38

FIG II.14 - Matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância (IES públicas e privadas) 39

FIG II.15 - Matrículas em cursos de graduação no ano de 2012 40

FIG II.16 - Matrículas e conclusões em cursos de graduação em 2012..... 41

FIG II.17 - Crescimento percentual nas matrículas de graduação (presencial e a distância) 41

FIG II.18 - Percentual de cursos por área do conhecimento – presencial e a distância 42

FIG II.19 - Percentual de matrículas por área do conhecimento – presencial e a distância 43

FIG II.20 - Percentual de conclusões por área do conhecimento – presencial e a distância..... 44

FIG II.21 - Matrículas em cursos de graduação em 2012 45

FIG II.22 - Conclusões em cursos de graduação em 2012 45

FIG II.23 - Matrículas na graduação em Pedagogia de 2002 a 2012..... 48

FIG II.24 - Conclusões na graduação em Pedagogia de 2002 a 2012..... 48

FIG III.1 - Número de IES que oferecem cursos de Graduação em Pedagogia..... 52

FIG III.2 - Disponibilização da matriz curricular nos portais das IES da amostra 1 56

FIG III.3 - Natureza jurídica das IES que oferecem Pedagogia a distância..... 59

FIG III.4 - Natureza jurídica das IES que possuem disciplinas sobre EAD..... 60

FIG III.5 - Período das disciplinas sobre EAD..... 62

FIG III.6 - Matrizes e disciplinas sobre EAD identificadas nas graduações em Pedagogia 63

Lista de Tabelas

TAB I.1 - Conceitos de Educação a Distância Número de concluintes em cursos livre corporativos e não corporativos 16

TAB II.1 - Número de concluintes em cursos livre corporativos e não corporativos..... 33

TAB II.2 - Área de Educação segundo INEP..... 46

TAB III.1 -IES que oferecem graduação a distância em Pedagogia..... 53

TAB III.2 - IES que oferecem graduação a distância em Pedagogia..... 56

TAB III.3 - Disciplinas identificadas nas matrizes curriculares..... 61

TAB III.4 - Ementas das disciplinas sobre EAD..... 64

Introdução

O Brasil vem aumentando o investimento na educação ao longo dos últimos anos, porém os desafios para alcançar a universalização da educação básica ainda são grandes. A qualidade da educação também é questionável, pois as avaliações indicam que os brasileiros estão abaixo da média mundial quando avaliadas competências como leitura, matemática e ciências, segundo as avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)[1].

O cenário do ensino superior no Brasil também é de crescimento, principalmente a partir de programas como o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)[2], o Programa Universidade para Todos (PROUNI)[3] e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)[4] que auxiliaram no aumento do número de alunos com acesso ao ensino superior. O investimento em graduações na modalidade a distância também é responsável pelo crescimento desse nível de ensino.

No entanto, maior do que a dificuldade para garantir o acesso da população à educação é a permanência do aluno e consequentemente a conclusão de sua formação. A evasão é um dos grandes problemas da educação brasileira. Dos motivos para o aluno abandonar a escola, dentre os quais podemos citar a necessidade de ajudar nos afazeres domésticos ou trabalhar, a dificuldade de transporte ou de vagas em escolas próximas a sua residência, a principal razão para que os alunos desistam da escola é o desinteresse pelos estudos (FGV, 2009).

A escola, estagnada nos modelos tradicionais de ensino, com aula expositiva, centrada no professor, não desperta interesse nos alunos. O mundo do jovem é composto de internet, computadores, celulares e diversos outros aparelhos eletrônicos que foram, por muito tempo, apontados pela escola como dispersadores de atenção, devendo ser, por isso, desligados durante as aulas. No entanto, ignorar esses aparelhos não evitou seu uso. Os jovens jogam *online*, interagem por diversas redes sociais, formam grupos de discussões sobre temas da atualidade, divulgam notícias e estudos sobre assuntos que os interessam e protestam contra movimentos com os quais não concordam, tudo isso conectados à internet. A solução para manter o aluno na escola foi buscar o desejo dele pelo estudo a partir do que o interessa, a tecnologia.

A tecnologia, na verdade, sempre esteve inserida no cenário educacional. O livro, o lápis, o giz e o quadro negro são tecnologias há tempos conhecidas. Novas tecnologias são inseridas a cada dia, porém o que se constata é que a escola tende a demonizar ou divinizar essas novidades, julgando-as como substitutas do professor ou apostando nelas como a solução de todos os problemas da educação. O juízo de valor positivo ou negativo não é a

[1] Disponível em http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos. Acesso em 01 de maio de 2014
[2] Disponível em http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni Acesso em 01 de maio de 2014
[3] Disponível em http://siteprouni.mec.gov.br/ Acesso em 01 de maio de 2014
[4] Disponível em http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html Acesso em 01 de maio de 2014

base da questão sobre o uso de artefatos tecnológicos na educação. A inquietação das escolas está em como usar as diferentes tecnologias para realizar pesquisas, avaliações, investigações, trocar informações, mediar discussões, enfim, aproximar o aluno do conhecimento.

Na educação a distância (EAD), devido a separação entre aluno e professor, a comunicação acontece por meio de diferentes tecnologias. Atualmente, a internet é o principal meio de comunicação entre professores e alunos que utilizam essa modalidade e, apesar do crescimento tanto de uma quanto de outra, a utilização da internet na educação ainda suscita certo ceticismo sobre a qualidade do processo educativo. Questões sobre a qualidade do material que é oferecido aos alunos, o nível de formação de professores e a veracidade do aprendizado do aluno são postas ainda por quem acredita que a educação a distância é mais fácil, rápida e barata que a presencial.

Porém, para que a educação a distância não seja condenada como uma adaptação fracassada da educação presencial é preciso considerar suas especificidades, conhecer a linguagem, as ferramentas, o papel do aluno e do professor. Somente com o conhecimento sobre as características dessa modalidade é possível planejar um curso de qualidade e atender ao objetivo da educação, o aprendizado.

Minha experiência com educação a distância teve início em 2007 quando tive a oportunidade de estagiar em uma importante instituição de ensino superior brasileira que oferece cursos presenciais e a distância de graduação e especialização. Dentre as minhas atividades estava a orientação dos professores quanto à dinâmica da sala de aula e às especificidades dos cursos na modalidade a distância. O grupo de professores era formado, em sua maioria, por mestres e doutores com muitos anos de magistério. Em comum, além da experiência, tinham a dificuldade em compreender as características dessa modalidade e o desapontamento na tentativa infrutífera de adaptar a didática da sala de aula presencial para os cursos a distância. Nesse período teve início minha inquietação sobre a formação desses profissionais para atuar com a educação a distância. Refleti, então, sobre minha formação e me dei conta de que eu também não havia tido nenhuma orientação na graduação, ainda em andamento, em Pedagogia. Tornei-me pedagoga com experiência em EAD, porém sem formação para tal.

As dificuldades em trabalhar com a educação a distância iniciam com a falta de conhecimento sobre a modalidade, suas potencialidades e dificuldades. Não é possível ter sucesso apenas repetindo práticas da educação presencial e esta pode ser a principal razão para a crença de que a qualidade da educação a distância é inferior à da presencial. É necessário formar os profissionais que atuam com a EAD para que possam realizar seu trabalho conhecendo seu ambiente e seu público. O pedagogo precisa compreender como funciona a comunicação a distância, a didática, quem é o aluno que realiza esse curso, como

as ferramentas disponíveis podem ser utilizadas para possibilitar a compreensão do conteúdo e a construção coletiva de conhecimento.

Passados alguns anos desde a conclusão de minha graduação, o número de cursos a distância cresceu significativamente. São cursos de extensão, atualização, profissionalizante, especialização, graduação, dentre outros. Muitos profissionais estão usando a educação a distância como meio de formação. Atualmente, metade dos alunos que cursam graduação em Pedagogia o faz na modalidade a distância. A partir de então, considerando o cenário de crescimento da educação a distância no Brasil e a quantidade de alunos de Pedagogia que realizam a graduação nessa modalidade, é relevante investigar a formação desses profissionais para atuar na educação a distância.

Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa é investigar se os pedagogos formados pela educação a distância estão sendo formados para atuar com a educação a distância. Para isso analisou-se as matrizes curriculares das graduações a distância em Pedagogia em busca de disciplinas que preparassem o pedagogo para atuar com a EAD.

O texto apresenta três capítulos organizados de forma a aproximar a educação da tecnologia, apresentar a importância da educação a distância nos dias atuais e investigar a formação dos pedagogos graduados pela educação a distância para atuar com a EAD. O capítulo I abordará o conceito de tecnologia, a relação entre tecnologia e educação, o uso de computadores como ferramenta educativa, o conceito de educação a distância como uma tecnologia, um breve histórico da educação a distância no Brasil e uma reflexão sobre o uso pedagógico das tecnologias na EAD. O capítulo II apresentará o interesse acadêmico sobre a EAD, os números de cursos, matrículas e conclusões na modalidade, a importância do setor privado no ensino superior brasileiro, principalmente nas graduações a distância, e a EAD como modalidade de formação dos educadores com destaque para a formação dos pedagogos. Por fim, o capítulo III descreverá o estudo realizado sobre as graduações em Pedagogia na modalidade a distância, detalhando a metodologia utilizada na investigação, apresentando os resultados da análise das matrizes curriculares e o oferecimento de disciplinas sobre EAD, bem como uma reflexão sobre a formação do pedagogo para atuar com a educação a distância. A conclusão do trabalho trará questões para consideração sobre a formação dos profissionais da educação para atuar com a EAD e apontamentos para pesquisas futuras sobre o tema.

I – A relação entre tecnologia e educação

Muito se tem comentado sobre a necessidade de trazer a tecnologia para a sala de aula com a intenção de reduzir a evasão escolar e despertar o interesse do aluno pela aprendizagem. A discussão não se limita ao meio acadêmico, mas é recorrente também no senso comum, sendo apropriada pela grande mídia televisiva. Em abril de 2009, por exemplo, diversas reportagens foram apresentadas por diferentes telejornais[5] comentando os resultados de um estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas – Motivos da Evasão Escolar – que anunciava as justificativas apresentadas pelos alunos do ensino médio para a evasão escolar: *Essa escola não me interessa*! (FGV, 2009).

Os alunos desejam que a sala de aula esteja mais próxima de sua realidade, possibilitando que eles aprendam utilizando os recursos e linguagens de seu tempo. Inserir as tecnologias é uma das formas possíveis de trazer essa realidade para a educação. No entanto, a presença física de alguns artefatos tecnológicos nas escolas - aparelhos de televisão, DVDs e computadores, por exemplo - já é uma realidade há décadas. A existência desses aparelhos em sala de aula não é suficiente para o uso pedagógico dos mesmos? O que os alunos esperam do uso desses equipamentos? É importante refletir sobre a relação tecnologia e educação para compreender a lacuna entre a existência de artefatos tecnológicos na escola e o interesse do aluno pela aprendizagem.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é apresentar a relação entre educação e tecnologia apontando a educação a distância como uma tecnologia estratégica para formação acadêmica e profissional.

I.1 Educação e Tecnologia

A educação está presente em todas as etapas da vida do homem. Desde o momento do nascimento, o ser humano é preparado para viver em sociedade, aprendendo a se alimentar, se proteger e a se relacionar com os outros seres vivos. De acordo com o Dicionário Etimológico, o termo educação é derivado do latim *educare*, que está associado a *educere* – verbo composto do prefixo ex (fora) + ducere (conduzir, levar) e significa “conduzir para fora”, isto é, preparar o individuo para o mundo. De acordo com a UNESCO (1974), educação é um processo que envolve não somente o indivíduo, mas toda a comunidade, pois considera como educação

> *“todo o processo da vida social por intermédio do qual os indivíduos e grupos sociais aprendem a desenvolver conscientemente, no seio e em benefício das comunidades nacional e internacional, o conjunto das suas*

[5] Disponível em http://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/midia/midia.htm . Acesso em 02 de fevereiro de 2013

> *capacidades, atitudes, aptidões e conhecimentos pessoais"* (UNESCO, 1974).

SAVIANI (2007) também conceitua educação como um processo social, "um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global. (...) e está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada" (p.157). BARBOSA (2011) concorda ao afirmar que a educação "é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e ao funcionamento de todas as sociedades" (p.55). Diversas são as sociedades existentes, seja em relação a tempo ou a espaço – a sociedade brasileira atual não é a mesma sociedade do Império Romano – mas em cada momento, em cada sociedade, o homem participa do processo educativo, sendo preparado para atuar no seu grupo social.

A educação exposta até então pode ser a educação de casa, da família e da religião, em que se prepara o homem para ser cidadão, pai, religioso, ou a educação da escola e do trabalho, que prepara o homem para exercer uma atividade produtiva. O homem, por ser um ser social, aprende a viver nessa sociedade e ensinar o que aprendeu aos que convive com ele. O processo educativo (ensinar e aprender) pode ser formal (sistemático, planejado, seguir normas e diretrizes) ou informal (processo em que família e grupo social, por exemplo, ensina pelo convívio). A relação ensino-aprendizagem que acontece nas escolas é um processo formal, segue normas, apresenta estrutura, objetivo definido e metodologia. Nesse texto, o conceito de educação está associado à educação formal.

A educação, nesse sentido, envolve uma técnica, a determinação do quê e de como deve ser ensinado, bem como de que maneira se deve dar o processo de aprendizagem e como acontecerá a avaliação do mesmo. Para a realização desse processo usam-se diferentes tecnologias, como a linguagem, a escrita e diversos artefatos tecnológicos. Segundo ALENCAR (2007), a tecnologia sempre esteve e estará presente no processo de ensino-aprendizagem:

> *"Na perspectiva teórico-filosófica com a qual defendemos o conceito de técnica e tecnologia, podemos dizer que nunca existiu uma Educação em que se visse desvinculada de certa técnica e certa tecnologia. Sempre, em toda história da Didática, usamos "uma forma de fazer as coisas" ou "um conjunto de formas de fazer as coisas" para ensinar e também para aprender. Usamos técnicas e tecnologias".* (ALENCAR, 2007, p.35)

Em seu estudo sobre a tecnologia e a sociedade, ECHEVERRÍA (1999), propôs a existência de três entornos que diferenciam-se entre si pelo tipo de tecnologia com o qual o homem interage. Para ele, o primeiro entorno, o natural (E1), é o ambiente natural do homem. O corpo é o primeiro E1 do ser humano que se adapta ao ambiente externo e extrai dele os elementos que seu corpo necessita. No E1 o homem interage com o que está a sua volta, no

mesmo tempo e espaço. O segundo entorno, o urbano (E2), é o espaço cultural e social, em que o corpo do E1 é modificado e passa a carregar traços da sociedade como roupas, enfeites, maquiagens, elementos elaborados a partir do E1. No terceiro entorno, o telemático (E3), diferentemente dos outros dois, é possível interagir com pessoas que estejam distantes fisicamente. Esse é totalmente criado a partir das inovações do E2. Segundo ECHEVERRÍA (2000), algumas tecnologias possibilitaram a criação desse E3, especialmente o telefone, a televisão, o rádio, o dinheiro eletrônico, as redes telemáticas, as multimídias, jogos de vídeo e realidade virtual.

Cada entorno possui características específicas de educação. No E1 ensina-se a comer, andar, correr, nadar, falar, cantar, proteger-se do calor e do frio. Aprende-se também a pescar, cultivar os alimentos, cuidar dos animais, etc. Nesse entorno, o principal instrumento educativo é a língua materna. É por ela que se faz a comunicação oral, a contação de estórias, as memórias, os jogos e as festas. No E2, onde existe a escola, ensina-se a ler, escrever, contar, respeitar as normas sociais e se mover pela cidade. Nesse, a escrita é o principal instrumento educativo (ECHEVERRÍA, 2000).

Para o autor, a existência do E3 afeta totalmente a educação, pois criou-se novas modalidades de natureza, de ruas, de jogos, enfim, novos cenários e, segundo ele, poucos ou nenhum é específico para a educação, por isso

> *"é necessário criar os cenários (salas de aula virtuais, programas de televisão específicos, videogames aprovados e indicados por idade, etc). Há um enorme trabalho a ser feito de formação de professores. A grande maioria dos professores é analfabeta funcional no novo espaço social e a didática do E3 está dando seus primeiros passos"* (ECHEVERRÍA, 2000, p.23)

A preocupação sobre a formação de professores para a educação no novo entorno se deve à necessidade de não apenas formar pelo E3, mas também, formar para o E3. Nesse novo contexto, as crianças circulam livremente pelos cenários da telemática, aprendem com a televisão e com a internet, porém a escola se adapta muito lentamente a essa nova realidade. No E3 são necessárias novas competências para as quais a escola deve se atentar, como destaca ECHEVERRIA (2000):

> *"Provavelmente é mais urgente aprender a atuar no terceiro entorno do que encontrar a informação. É preciso saber como os seres humanos podem se desenvolver no ambiente telemático, em vez de prestar atenção exclusivamente nos novos artefatos tecnológicos, e como usá-los de forma eficiente". (*ECHEVERRÍA, 2000, p.25)

Assim, a tecnologia está relacionada à educação em qualquer entorno, seja nos núcleos familiares ou na escola, porém as tecnologias telemáticas (existentes no E3) possibilitam uma relação diferente com a educação uma vez que a comunicação não exige que os sujeitos envolvidos estejam no mesmo espaço e tempo. É necessário observar como acontecem as

práticas educativas nesse novo cenário, como as tecnologias do E3 podem ajudar no processo de formação humana e desenvolvimento de cidadãos, bem como quem são os profissionais da educação que atuam no terceiro entorno.

I.1.1 O computador como ferramenta educativa

Ao pensar em uma escola, alguns objetos vêm facilmente à memória como quadro negro, giz, cadeiras, uniformes, mochilas, livros e cadernos. Jovens e idosos concordarão que esses objetos fazem parte da realidade escolar. Porém, apesar da semelhança, a escola que o jovem atual frequenta não é a mesma de seus antecessores. Atualmente é possível encontrar escolas dos mais diversos tipos, das tradicionais às que propõem deixar o aluno criar seu trajeto escolar. As discussões sobre a prática educativa permitiram inovações na didática, nos materiais escolares, nos conteúdos obrigatórios e na utilização de novos artefatos tecnológicos para tornar mais dinâmico e interessante o processo de ensino-aprendizagem. Um exemplo seria a televisão, um aparelho facilmente encontrado nas escolas urbanas que associada a um aparelho de DVD permite ao professor trazer a sala de aula programas, filmes e gravações que ilustram o conteúdo ensinado. O computador é outro exemplo e vem sendo considerado por muitas políticas públicas atuais como objeto de grande importância para o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a presença do computador no cenário educativo não é tão recente.

Há quase 40 anos, iniciava-se a informática educativa no Brasil, a partir da utilização do computador nas atividades acadêmicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse momento, “o computador não era utilizado como tecnologia de ensino, mas como objeto de estudo e pesquisa, dando ensejo a uma disciplina voltada para o ensino de informática, objetivando a formação de recursos humanos” (MORAES, 1993, p.18).

A introdução da informática como tecnologia educacional teve início a partir dos anos de 1970. No ano de 1981, na Universidade de Brasília, aconteceu o I Seminário Nacional de Informática na Educação, em que se destacou a importância de se pesquisar o uso do computador como ferramenta para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem. Já no ano seguinte, na Universidade Federal da Bahia, foi realizado o II Seminário Nacional de Informática na Educação, no qual se apresentou a necessidade de ver a presença do computador na escola como um recurso auxiliar do processo educacional e jamais como um fim em si mesmo. (NASCIMENTO, 2007).

Uma das consequências desses seminários foi a criação do Projeto Educação com Computadores (EDUCOM), que objetivava o desenvolvimento de atividades relacionadas à informática na educação e a formação de cidadãos críticos-reflexivos que usariam a tecnologia para buscar informações que possibilitassem a construção de novos conhecimentos

(SANTINELLO, 2006). Ainda na década de 1980 foi implantado o Projeto FORMAR com a finalidade de capacitar professores para o uso de computadores nas escolas. A partir dele foi realizado o I Curso de Especialização em Informática na Educação, na UNICAMP, em 1987. Segundo SCHNELL (2009),

> *"A expectativa principal era que os professores-alunos do projeto, indicados e representantes de todos os estados, passassem a dominar as ferramentas (software e hardware) e tivessem condições de analisar criticamente as possíveis contribuições da tecnologia para o processo de ensino-aprendizagem e a partir deste conhecimento organizar novas metodologias de ensino"* (SCHNELL, 2009 p.42).

Em 1989, o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Informática na Educação (PRONINFE), tendo como prioridade

> *"incentivar a capacitação contínua e permanente de professores, técnicos e pesquisadores no domínio da tecnologia de informática educativa, em todos os níveis e modalidades de ensino, reconhecendo sua importância como instrumento capaz de enriquecer as estratégias pedagógicas e de estimular o surgimento de novas metodologias incentivadoras da participação, da criatividade, da colaboração e da iniciativa entre alunos e professores"*. (BRASIL, 1994, p.9).

O programa implementou a criação de Centros de Informática na Educação, que atenderam ao ensino fundamental, médio e superior e à educação especial. Foi responsável pela aquisição de equipamentos e desenvolvimento de programas computacionais. Em 1997, surgiu o PROINFO, uma releitura do PRONINFE, com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. O programa criou os laboratórios de informática nas escolas. Em 2007, o PROINFO passou a ser denominado Programa Nacional de Tecnologia Educacional[6], tendo como principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

De lá para cá, observam-se grandes investimentos na tentativa de estimular o uso de computadores pelos alunos e professores para a realização de atividades que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, tornando a escola mais próxima da realidade dos alunos, que atualmente se relacionam com celulares, *notebooks*, *tablets* e outros artefatos diariamente. Para isso, seria necessário verificar se as escolas possuem estrutura para receber esses artefatos, como espaço físico e internet, por exemplo, mas principalmente se os professores saberiam fazer uso pedagógico desses equipamentos. Os professores precisam ter afinidade com esses instrumentos, reconhecer sua validade como ferramenta educacional, para então utilizá-los em sala de aula. Para isso, é fundamental inserir essas tecnologias na prática do professor e já que isso não pode ser feito sem uma formação, as políticas públicas que

[6]Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/infor_aplic_educ.pdf. Acesso em 18 de fevereiro de 2014

tratavam da inserção de tecnologias sempre estiveram atreladas à formação docente para o uso das mesmas (SOUZA e LINHARES, 2011).

Algumas ações mais recentes do Ministério da Educação (MEC) ainda tentam alcançar essa meta como no projeto *Cidadão Conectado – Computador para Todos*[7], de 2005, em que alguns professores da rede regular de ensino puderam comprar um laptop com valor abaixo do valor de mercado; com o projeto *Computador Portátil para Professores*[8]*,* no ano de 2009, em que a proposta anterior foi ampliada nacionalmente, e com o Programa *Um computador por aluno*[9], no ano de 2010, que buscou oferecer um computador portátil para cada aluno de escola pública, no qual os professores passaram por um período de treinamento para trabalhar com o equipamento. No ano de 2012, com a popularidade de outros artefatos tecnológicos, o Ministério da Educação iniciou o projeto *Educação Digital*[10], no qual é proposta a distribuição de *tablets* aos professores do Ensino Médio. O projeto objetivava oferecer instrumentos e formação aos professores e gestores das escolas públicas para o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, apesar de investimentos do Estado para facilitar o acesso e capacitação dos professores para o uso de computadores e *tablets,* no ano de 2013, a Fundação Victor Civita divulgou o resultado de uma pesquisa que investigava o que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola, e revelou que os alunos reclamam do fato de os professores não usarem a tecnologia durante as aulas (TORRES et al., 2013). Outro estudo sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, também no ano de 2013, revela que as políticas governamentais são pouco citadas pelos docentes como meio para adquirir computadores, sendo apenas 16% dos professores respondentes os que afirmaram ter adquirido um computador portátil com subsídios do governo. Ao serem questionados sobre o investimento financeiro na capacitação específica para uso da tecnologia, a maioria dos professores afirma ter pago com recursos próprios. Os resultados dessa pesquisa apontam que ainda persiste o desafio de integração da tecnologia com a prática pedagógica, pois o acesso aos computadores foi facilitado, o uso cresceu nas atividades de gestão escolar e nos laboratórios de informática, a maioria das escolas públicas possui internet (mesmo com limitação de velocidade), porém “apesar dos avanços na infraestrutura tecnológica das escolas brasileiras, o uso pedagógico do computador e Internet em atividades com os alunos deve ser uma questão a ser tratada pelas políticas públicas” (CGIB, 2013, p.26).

Assim, o que parece estar impactando no uso pedagógico das tecnologias não é a falta de investimento em equipamentos, mas o conhecimento sobre o uso da mesma, de suas

[7]Disponível em http://www4.serpro.gov.br/servicos/downloads/computador-para-todos/ApresentacaoComputadorParaTodos.pdf. Acesso em 18 de fevereiro de 2014
[8]Disponível em http://www.computadorparaprofessores.gov.br/. Acesso em 18 de fevereiro de 2014
[9]Disponível em http://www.uca.gov.br/institucional/. Acesso em 18 de fevereiro de 2014
[10] Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17479 Acesso em 18 de fevereiro de 2014

potencialidades como mediadora e facilitadora do processo de ensino-aprendizagem. Observa-se dessa forma que muito ainda deve ser feito pela formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias.

Outro movimento relacionado à tecnologia como instrumento educativo e a necessidade de formação dos professores e profissionais que trabalham com educação vem se destacando nas últimas décadas. As políticas públicas de educação não se restringem a inserir o computador na sala de aula, mas também na iniciativa de utilizar o computador para acessar a sala de aula. Muitos alunos estão, neste momento, em contato com o professor e colegas, trabalhando o conteúdo com o apoio de livros, apostilas, vídeos e outros recursos, tendo acesso a uma biblioteca com diferentes materiais, todos pela internet, cada um em sua casa. A tecnologia está sendo utilizada como ponte entre o aluno e a escola. Esse movimento é a educação a distância (EAD).

Atualmente, muitas políticas públicas apostam na educação a distância para possibilitar o acesso de pessoas que, por questões de espaço ou tempo, não podem ou não querem frequentar aulas presencialmente. Inicialmente por meio de correspondência no final do século XIX, seguindo pelo rádio e a televisão, atualmente, a educação a distância, embora não tenha desconsiderado as tecnologias mencionadas anteriormente, utiliza principalmente as redes telemáticas.

Os satélites e a internet possibilitaram a ampliação dessa modalidade, porém não se pode afirmar que foi a mudança de tecnologia a responsável pela expansão da educação a distância. É preciso considerar que a tecnologia pode existir, mas seu uso é incentivado por determinado grupo social. O momento no qual o Brasil vive atualmente, em que a educação da população é necessária para o desenvolvimento econômico, estimulou o investimento em estratégias para eliminação do atraso educacional. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o investimento em educação tem impacto no desenvolvimento econômico porque a eliminação do atraso educacional eleva o crescimento da renda per capita, reduz o crescimento populacional, reduz a mortalidade e eleva a esperança de vida (IPEA, 1997)**.** Compreende-se, dessa forma, que é necessário investir no desenvolvimento educacional da população e a educação a distância pode ser uma boa estratégia para, em um país de grandes dimensões territoriais como é o caso do Brasil, reduzir esse atraso educacional devido ao tripé CAP (custo, abrangência e potencial de desenvolvimento profissional e econômico de uma região).

A educação a distância tem **custo** inferior à presencial, pois atinge mais pessoas com menos recursos. Reduz gastos, por exemplo, com o espaço físico, energia elétrica, aluguel da sala de aula, funcionários para limpeza e manutenção da mesma. É economicamente vantajosa também pela contratação de professores que podem trabalhar com várias turmas de diferentes regiões ao mesmo tempo. A EAD possibilita também uma **abrangência** maior que a

presencial, pois não sendo necessário um número mínimo de alunos por região, é possível formar pessoas de lugares diversos em um mesmo curso, com um mesmo professor. Assim, regiões de norte a sul são atendidas de forma mais facilitada que a presencial. Além disso, a EAD tem um grande **potencial** de desenvolvimento, pois permite a formação de profissionais em uma região onde essa seria escassa, como por exemplo, a formação de profissionais para atuar em usinas ou plataformas de petróleo. Com a formação desses profissionais, além da comunidade ser impactada positivamente com a geração de empregos para a população da região em vez de migrar profissionais, o trabalho desenvolvido por eles pode melhorar a qualidade de vida dos moradores da região.

Dessa forma, a EAD pode ser considerada uma tecnologia de grande importância para a situação econômica e educacional brasileira. Nesse ponto, trata-se não apenas de uso de artefatos tecnológicos para mediar a comunicação entre alunos e professores, mas da implantação de uma tecnologia. Até então, enquanto falou-se sobre a relação entre tecnologia e educação, apresentou-se como tecnologia alguns artefatos como o computador, o celular, o *tablet*, etc. Porém, é de fundamental importância para entender essa relação, compreender o que é tecnologia.

I.1.2 Conceito de tecnologia

O modo de vida do homem sofre modificações de acordo com as tecnologias de seu tempo. Quase não é possível imaginar como seria viver, nos dias atuais, sem energia elétrica, transporte motorizado, telefonia ou internet. O homem criou novas formas de se relacionar com outros seres e com o mundo a partir dessas tecnologias (NICOLACI-DA-COSTA, 1998). O trabalho, consequentemente, passou por muitas alterações, a produção deixou de ser artesanal para ser realizada em grande escala, o artesão foi separado dos bens de produção, o artista se tornou operário, fez-se a divisão do trabalho. A formação do sujeito para atuar na sociedade também mudou. A escola precisou se adaptar para formar o trabalhador do futuro.

LENGEL (2012) afirma que a educação passou por diferentes fases. Segundo ele, por volta de 1870 existiu a educação 1.0, que preparava as pessoas para trabalhar no campo, em pequenos grupos, com ferramentas manuais e com grande variedade de tarefas, o denominado ambiente de trabalho 1.0. A partir de 1910, as pessoas foram trabalhar nas fábricas, em grandes grupos, realizando as mesmas atividades, ao mesmo tempo, porém sozinhos, sem se comunicar e sendo supervisionados de perto. Esse era o ambiente de trabalho 2.0. Como o ambiente de trabalho mudou, a escola se adaptou para acompanhar as necessidades da nova economia industrial. Formaram-se grandes grupos de estudantes,

divididos por idades, reunidos em locais fechados, todos fazendo a mesma coisa, ao mesmo tempo, sem se comunicar e sendo supervisionados de perto. Essa é a educação 2.0.

Porém, atualmente, o ambiente de trabalho não está somente na agricultura nem em fábricas, mas principalmente em empresas, trabalhando em pequenos grupos que se comunicam com tecnologias digitais, que interagem com grupos distantes, com acesso a muitas informações, realizando atividades diversificadas. As atividades mecânicas são realizadas por máquinas enquanto o homem realiza tarefas que exigem criatividade, organização e comunicação. É o ambiente de trabalho 3.0. Formulador do conceito de Educação 3.0, LENGEL (2012) afirma que "a escola que nós temos não é a escola que precisamos" (p.01), pois enquanto o ambiente de trabalho 3.0 precisa de pessoas multitarefas e comunicativas, a escola continua formando para o ambiente 2.0, e conclui que "o ensino atual não atende às exigências do mundo do trabalho na era tecnológica" (AGÊNCIA BRASIL, 2013)**.** Porém, o que seria a "Era Tecnológica"? Seria esse período tão especial que em nenhum outro momento anterior a tecnologia foi considerada de tamanha importância?

Para compreender o impacto das tecnologias e seu uso pedagógico é preciso estabelecer o conceito de tecnologia não apenas como o entendido pelo senso comum, que se restringe a artefatos tecnológicos, objetos como livro, lápis, computadores, rádio, televisão, etc, mas como estruturas mais complexas. A origem do termo artefato está no latim e significa "feito com arte" (CUNHA, 2010). É a junção de peças de forma a criar um objeto com uma utilidade. Porém, sem conexão com um contexto socioeconômico e político, o artefato é apenas um objeto. Para se denominar o artefato como tecnologia é necessário uma construção social, um reconhecimento da sociedade para o uso do objeto.

De acordo com o dicionário etimológico da língua portuguesa, podemos perceber que tecnologia é derivada de técnica, que se relaciona com habilidade, um saber fazer.

> *"**Tecn(o)** – elem.comp, do gr. techno, de téchnē 'arte, habilidade', que se documenta em alguns compostos formados no próprio grego (como tecnologia) e em muitos outros introduzidos, a partir do sec. XIX, na linguagem erudita.→ A**tecn**IA² XX || sf. 'conjuntos de processos de uma arte" "maneira ou habilidade especial de executar ou fazer algo" 1890. Fem. Substantivado de técnico || **técn**ico adj. "peculiar a uma determinada arte, ofício, profissão ou ciência' | technico 1844; sm. "especialista, perito" xx. Do fr. technique, deriv do lat. technĭcus – i, e, este, do gr. tecknikós (...) || **tecno** LOG.IA| **tech**- 1844 | Do fr. technologie, deriv. do gr. technología".* (CUNHA, 2010)

Tecnologia, então, está estreitamente relacionada à técnica. Porém, o que seria a técnica? O homem, fruto da natureza e parte da mesma, assistia a natureza nos primórdios com maravilhamento. Não conhecedor das causas dos fenômenos naturais, o homem observava-os como castigos ou "bênçãos", fruto do saber e desejo de outro. A sábia natureza ou os deuses, menos o homem, era sujeito das modificações do mundo. O homem é um produto da natureza e dela depende para sua sobrevivência. Porém, conhecedor dos

fenômenos naturais, descobridor do fogo, produtor de armas, utilizando a natureza para produzir algo que satisfaça sua necessidade ou torne sua vida mais confortável, ele não é mais apenas produto, mas transformador da natureza. Para PINTO (2005),

> "o que se entende por "natureza" em cada fase histórica corresponde a uma realidade diferente. Se no início era o mundo espontaneamente constituído, agora que o civilizado consegue cercar-se de produtos fabricados pela arte e pela ciência, serão estes que formarão para ele a nova natureza" (p.37)

Assim, o homem se utiliza da natureza para transformá-la e a criar uma nova natureza para o homem, uma cultura. A ação do sujeito modifica seu entorno e com isso modifica a si próprio. A natureza se metamorfoseia e permite a transformação por outros seres vivos. É possível ver isso na mudança da paisagem, no aumento ou diminuição de uma espécie e de um território, no entanto, somente o homem tem a possibilidade de planejar o cenário que deseja e refletir sobre ele. Diferentemente dos outros animais, o homem possui a capacidade de projetar. A capacidade de abstração permite ao homem imaginar seu produto final e a partir disso, possibilita que o mesmo elabore o processo, crie, utilize as ferramentas e siga as etapas de construção para alcançar sua meta. De acordo com PINTO (2005), "a técnica, ou a arte, é superior à experiência por motivo de permitir o conhecimento do porquê e da causa, enquanto a experiência apenas diz o que o objeto é" (p.138).

Então, a técnica está relacionada à ação humana. Os atos técnicos são aqueles aos quais o homem dedica esforço para inventar, para "assegurar a satisfação das necessidades, evidentemente, elementares; conseguir essa satisfação com o mínimo esforço; criar-nos possibilidades completamente novas produzindo objetos que não existem na natureza do homem" (SANCHEZ, 2010, p.141). Por isso, pode-se dizer que onde existir ação humana, existirá uma técnica. Se o conceito de técnica é dependente da sua relação com o homem, seria qual seria a relação da tecnologia com o homem?

Alguns autores conceituam tecnologia relacionando-a à técnica, ciência e homem. De acordo com VERASZTO et al. (2008) existem diferentes concepções de tecnologia. A intelectualista afirma que é possível a existência de tecnologia sem teoria, mas o contrário é impossível. A concepção instrumentalista defende a tecnologia como ferramentas ou artefatos construídos para diversas tarefas. Já a utilitarista considera que tecnologia como sinônimo de técnica (VERASZTO et l. 2008). PINTO (2005) apresenta alguns significados para tecnologia e dentre eles "a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica". Para DEJOURS (2005), a tecnologia pode ser considerada "a ciência humana das técnicas" (p.38). Outros autores defendem que a tecnologia é a aplicação da ciência, porém BAZZO *et al.* (2003) afirmam que o tecnologia não deve ser denominada como "ciência aplicada", pois se assim fosse, a tecnologia se limitaria à ciência. De acordo com os autores

> *"podemos definir tentativamente a tecnologia como uma coleção de sistemas projetados para realizar alguma função. Fala–se então de tecnologia como sistema e não somente como artefato, para incluir tanto instrumentos materiais como tecnologias de caráter organizativo (sistemas impositivos, de saúde ou educativos, que podem estar fundamentados no conhecimento científico). A educação é um exemplo claro de tecnologia de organização social."* (BAZZO *et al*. p.44)

Observa-se, dessa forma, que todos e movimentos criados pelo homem podem ser denominados tecnologia. A escrita, a educação, a religião, as leis, as regras sociais, tudo o que organiza a vida do homem em sociedade é tecnologia, pois não é dado pela natureza, mas criado pelo homem. No entanto, como o homem está em constante modificação, novas tecnologias são criadas para atender à nova realidade. O tempo, no entanto, não é fator de ruptura de uma tecnologia. Diferentes tecnologias podem conviver em um mesmo tempo, bem como é possível que uma tecnologia não seja alterada com o passar do tempo. O que é determinante para criar ou manter uma tecnologia em uso é a sociedade. Se um grupo social se regula com determinada tecnologia e outra não foi criada ou apresentada por outro grupo, a tecnologia em uso se mantém. Da mesma forma, se mesmo havendo uma nova tecnologia essa não atende aos interesses do grupo, a tecnologia não será modificada.

A evolução tecnológica, assim, não se limita ao uso de novos artefatos, mas altera comportamentos. "A ampliação ou banalização do uso de determinada tecnologia impõem-se à cultura existente e transforma não apenas o comportamento individual, mas de todo o grupo social" (KENSKI, 2013).

DEJOURS (2005) concorda que a tecnologia está estreitamente relacionada ao homem, à sociedade e afirma que "a tecnologia não concerne mais ao conhecimento dos objetos técnicos, mas a análise da história das condutas e das habilidades humanas. A tecnologia é então uma ciência humana (...) é um braço da antropologia" (p.23).

A criação e utilização de uma tecnologia, por estar associada ao ser humano, não é uma atividade neutra, mas repleta de interesses, inclusive econômicos. Para CASTELLS e CARDOSO (2005)

> *"A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia"*. (p.17)

Em cada momento histórico, em cada grupo social, podemos ter a predominância de uma tecnologia diferente. Isso acontece porque, segundo DEJOURS (2005), "a técnica é um ato sobre o real, iniciado a partir de uma cultura e sancionado pelo julgamento do outro. (...) A técnica enfim produz a cultura, sendo um ato cultural submetido à exigência da história e da sociedade" (p.38).

É possível, então, a partir da exposição do conceito de técnica, tecnologia e sua relação com o homem, responder à questão apresentada anteriormente: Seria esse momento em que vivemos a “Era Tecnológica”? Pode-se afirmar que esse momento não é especialmente tecnológico, pois desde a existência do homem vivemos nessa “era”. PINTO (2005) defende que “a expressão “era tecnológica” refere-se a toda e qualquer época da história, desde que o homem se constituiu em ser capaz de elaborar projetos e de realizar os objetos ou as ações que os concretizam.” (p.63)

Portanto, percebe-se que não viveríamos nesse cenário se o homem não tivesse criado técnicas que gerassem as tecnologias que utilizamos atualmente. Por isso, o momento em que vivemos não pode ser considerado “o mais tecnológico”. Pode-se afirmar que a facilidade na comunicação acelerou o desenvolvimento de instrumentos e técnicas, mas os mesmos somente foram possíveis pelas técnicas e instrumentos criados anteriormente.

I.2 A educação a distância como tecnologia

A educação, como apontado anteriormente por BAZZO et.al. (2003) é um exemplo de tecnologia. A preparação do ser humano para atuação na sociedade utiliza determinadas ferramentas, técnicas e práticas. É o saber fazer utilizando artefatos que possibilitem ou facilitem alcançar a meta. A Educação a Distância, como educação, é também uma tecnologia.

A Educação a distância ao longo do tempo recebeu diferentes nomenclaturas, podendo ser denominada como “teleducação”, “educação aberta e a distância”, “aprendizagem por computador”, “aprendizagem virtual ou e-learning” e “aprendizagem flexível” (FORMIGA, 2009). Essas nomenclaturas se referem a um processo de ensino-aprendizagem a distância no qual professores e alunos estão fisicamente separados, mas conectados por tecnologia audiovisuais (televisão, vídeo), impressas (livros, apostilas, revistas), sonoras (rádio) ou telemáticas (internet) (QUEIROZ, 2011).

O conceito de educação a distância pode ser apresentado destacando algumas de suas características como a metodologia ou o meio de comunicação que prevalece, mas a grande maioria deles tem em comum a oposição ao ensino presencial. Um levantamento do conceito de educação a distância desde a década de 60 até os dias atuais, demonstra que os conceitos de EAD até então apresentados possuem como fator de semelhança a não necessidade da presença física do aluno em uma sala de aula regular com a companhia do professor, conforme segue na TABELA I 1.

Tabela I 1
Conceitos de Educação a Distância

Autor	Conceito de EAD	Observações
Dohmem - 1967[1]	É uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isso é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias.	Trata da aprendizagem autônoma do aluno e do acompanhamento de professores por meios de comunicação.
Lei Francesa - 1971[2]	É o ensino que não implica a presença física do professor indicado para ministrá-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas.	Pretende a separação física entre professores e alunos.
Peters - 1973[1]	É um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.	Apresenta a ideia da formação em massa.
Moore - 1973[1]	Pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas, que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outro.	Afirma a necessidade de meios de comunicação para contado entre alunos e professores.
Holmberg - 1977[1]	O termo Educação a Distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A Educação a Distância beneficia-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.	Apresenta a não presença de alunos e professores no mesmo espaço.
Rebel - 1983[2]	É um modo não contíguo de transmissão entre professor e conteúdos do ensino e aprendente e conteúdos da aprendizagem – possibilita maior liberdade ao aprendente para satisfazer suas necessidades de aprendizagem, seja por modelos tradicionais, não tradicionais, ou pela mistura de ambos	Trata da liberdade do aluno no processo de ensino-aprendizagem.
Keengan - 1991[1]	A separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.	Afirma a separação física entre professor e alunos.
Chaves - 1999[1]	É o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo e no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso	Apresenta a separação física de alunos e professores e as tecnologias de

	de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador.	comunicação como ferramentas para contorno da dificuldade de comunicação.
Belloni – 2009	A aprendizagem aberta e a distância se caracteriza essencialmente pela flexibilidade, abertura dos sistemas e maior autonomia do estudante.	Destaca a flexibilidade e a autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem.
Ministério da Educação - 2013	Modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.	Trata da separação de aluno e professores e a necessidade de tecnologias de comunicação.

Fonte: ALVEZ (2011)[1], BELLONI (2009)[2], MEC (2013)

Os conceitos acima apresentados consideram a educação a distância como processo educativo no qual o aluno possui maior autonomia, apontam sua utilização para formação em massa, destacam a necessidade de planejamento do ensino, mas principalmente, afirmam a distância física entre alunos e professores e a necessidade da utilização de meios de comunicação para aproximação desses.

Sobre a nomenclatura do termo EAD há divergência entre os estudiosos sobre o correto a ser utilizado, se **ensino a distância** ou **educação a distância**. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, em seu artigo 80, que trata da educação a distância, é possível observar que no mesmo documento utilizam-se as duas formas

> "*Art. 80º. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de **ensino a distância**, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.*
> *§ 1º. A **educação a distância**, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União*". (BRASIL, 1996)

No processo educativo, ou seja, no processo de ensino-aprendizagem, não se considera apenas o ensino, ou as técnicas que o professor utiliza para fazer a ponte entre o aluno e o conteúdo, mas também o processo de aprendizagem, ou seja, a construção de conhecimento pelo aluno. Considerando a educação como um processo de ensino-aprendizagem, nesse texto optou-se pela denominação do termo EAD como educação a distância.

Outra questão de discordância entre alguns autores é a classificação da educação a distância como modalidade. O que gera inconsonância é o fato de na LDB, no Título V, que trata dos Níveis e Modalidades da Educação e Ensino, não considerar a educação a distância como uma modalidade. Nesse título inclui-se apenas Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação Especial. Cabe salientar que no texto não há descrição dos dois

primeiros como modalidades, sendo apenas a última definida como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Na LDB, o artigo 80, que menciona a EAD, está nos Título VIII – Das disposições gerais. O Decreto nº 5622 de 2005, que regulamenta o esse artigo da LDB, conceitua a educação a distância como uma modalidade conforme abaixo:

> “*Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos*”. (BRASIL, 2005)

O Ministério da Educação, conforme apresentado anteriormente na TABELA I 1, define educação a distância também como modalidade. Partindo do conceito do Ministério da Educação e do Decreto nº 5622 de 2005, considera-se, neste texto, a educação a distância como uma modalidade.

O termo modalidade refere-se a particularidades, especificidades, características do modo de ser. Ao considerar a EAD como modalidade, reconhecem-se as especificidades desse tipo de educação e a necessidade de criar estratégias pedagógicas que considerem essas características, visando não repetir as práticas da educação regular e presencial, mas atentar para a identidade desse tipo de relação ensino-aprendizagem.

I.3 As tecnologias e a Educação a distância: Um breve histórico da EAD no Brasil

A educação a distância não é uma realidade recente. O primeiro registro de educação a distância no mundo, de acordo com NUNES (2009), se refere aos Estados Unidos, no ano de 1728, quando Caleb Philips anunciou aulas por correspondência pela Gazeta de Boston. Após esse período há registros de outros países com cursos de taquigrafia, contabilidade, segurança de minas, etc. No Brasil, a educação a distância já era uma prática desde o século XIX. Pouco antes de 1900 já havia anúncios de jornais oferecendo cursos por correspondência (ALVES, 2009).

A história da educação a distância no Brasil passou por algumas etapas, gerações ou ondas, como denomina PALHARES (2009), sendo elas, a da correspondência, do rádio, da televisão e das redes telemáticas. O autor afirma que prefere utilizar o termo onda, pois esse movimento entre uma tecnologia e outra não exige uma ruptura. Em determinada década há predomínio de uma tecnologia de comunicação, porém ela convive com outras, não tendo uma substituição completa.

A primeira onda foi a da correspondência, que iniciou no século XVIII e continuou presente até a década de 1990. Até a década de 1920, essa era a única metodologia do ensino a distância (PALHARES, 2009).

No ano de 1923, o rádio passou a ser uma tecnologia educativa quando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi fundada. Privada, porém, sem fins comerciais, tinha como principal função a educação popular. Alguns programas educativos muito importantes no cenário educacional brasileiro foram implantados com a utilização do rádio, como o Movimento Educação de Base (MEB) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (ALVES, 2009).

A televisão passou a ser usada com fins educativos a partir da década de 1960 e as emissoras, na época, recebiam incentivo para instalarem canais de difusão educacional. Ainda no final dessa década, segundo ALVES (2009), o Ministério das Comunicações tornou obrigatório o oferecimento de um tempo de transmissão de programação educativa. Essa obrigação durou até a década de 1990.

Os computadores chegaram ao cenário educativo brasileiro na década de 1970, e a partir dele, softwares educativos puderam auxiliar a compreensão de conceitos pela simulação e experimentação. Com a utilização de mídias como disquetes e, posteriormente, CD-ROM não somente textos puderam chegar ao aluno, mas também imagens, áudios e vídeos (VALENTE, 2009). Com a internet, as possibilidades do uso do computador na EAD cresceram significativamente.

O Brasil, até a década de 1970, era um dos principais países no desenvolvimento de educação a distância. Após esse período, afetado pela censura, o país perdeu muitas posições no ranking (ALVES, 2009). A partir da década de 1990, o cenário volta a ser de progresso na educação a distância no Brasil, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, com a expansão da internet e o investimento em políticas públicas de ampliação do ensino superior.

Em cada uma das ondas é possível notar a predominância de um objetivo no uso da EAD. Em alguns períodos a EAD teve como objetivo não apenas o ensino formal, mas o ensino de técnicas e conscientização sobre saúde e cidadania. A seguir uma breve apresentação de cada onda.

I.3.1 A correspondência

O início da educação a distância no Brasil não é bem definido pelos pesquisadores. Sabe-se, porém, que desde o século XIX já havia algumas práticas isoladas de educação por correspondência.

> "*O Jornal do Brasil, que iniciou suas atividades em 1891, registra na primeira edição da seção de classificados, anúncio oferecendo profissionalização por correspondência (datilógrafo), o que faz com que se afirme que já se buscavam alternativas para a melhoria da educação*

> *brasileira, e coloca dúvidas sobre o verdadeiro momento inicial da EAD*". (ALVES, 2009)

A denominação educação por correspondência é referente ao processo de ensino-aprendizagem em que a comunicação entre professor e aluno, o envio de materiais, de possíveis dúvidas e avaliações acontecia por correio (ALVES, 2009; PALHARES, 2009).

Poucos são os registros da educação a distância até os anos de 1920. Isso pode se justificar pelo fato de que a maioria das ações relacionadas à educação por correspondência até essa data não era de instituições, mas de profissionais autônomos, como era o caso de cursos de datilografia ministrados por professores particulares (FARIA e SALVADORI, 2010). Até esse momento, os cursos por correspondência eram ofertados principalmente para pessoas que estavam à procura de emprego (VALE e FERREIRA, 2012).

O crescimento dessa metodologia no Brasil se deu a partir do Instituto Monitor, que ofereceu diversos cursos profissionalizantes. De acordo com os registros desse instituto, o húngaro Nicolás Goldberger, criou o primeiro curso composto por apostilas e um kit, que possibilitavam aos alunos a criação de um rádio caseiro[11]. A partir de então, o Instituto Monitor ofereceu cursos de taquigrafia, inglês, eletricidade, contabilidade, corte e costura, conserto de ferro de passar roupas, manutenção de geladeiras e ventiladores, dentre outros[12].

Outra instituição de grande importância nesse período era o Instituto Universal Brasileiro (IUB)[13] que, fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, iniciou suas atividades em 1941 oferecendo cursos profissionalizantes. De acordo com FARIA e VECHIA (2011), o IUB ofereceu cursos livres como datilografia, taquigrafia, estenografia e eletrônica em rádio, bem como cursos de Madureza Ginasial, isto é, exames supletivos do antigo primeiro grau.

Os cursos oferecidos por correspondência tinham como finalidade principal o ensino de alguma técnica: costura, conserto de eletrodomésticos, taquigrafia, etc. Cursos de línguas também eram oferecidos por correspondência. De acordo com PALHARES (2009), os cursos mais procurados no Instituto Monitor era o de técnico em rádio e televisão, bem como os cursos na área de eletricidade, e a "vontade de progredir, ter uma situação financeira melhor e, se possível, conquistar a independência" (p.48) eram as principais razões para o aluno se inscrever em um curso por correspondência.

I.3.2 O rádio

A história da educação pelo rádio se inicia no Brasil quase juntamente da história do rádio no Brasil. Em 1922 foi instalada a primeira emissora em solo brasileiro, a Rádio

[11] Disponível em http://www.institutomonitor.com.br/Quem-somos.aspx. Acesso em 15 de janeiro de 2014.
[12] Ver mais em http://educacao.uol.com.br/album/2012/04/16/cursos-por-correspondencia---cursos-a-distancia-se-popularizam-a-partir-da-decada-de-1940.htm#fotoNav=5 Acesso em 2 de abril de 2014.
[13] Disponível em http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq13/8%20_o_iub_cp13.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

Corcovado, que apresentava uma série de conferências sobre higiene como “A saúde pelo auto-falante” (FÁVERO, 2006).

As rádios educativas surgiram a partir da criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, rádio “com fins científicos e sociais” criada por Edgard Roquette-Pinto, em 20 de abril de 1923 (CASTRO, 2004). Em seu texto *Roquette-Pinto: o homem multidão,* CASTRO (2004), conta a história dessa rádio e seu papel educativo. De acordo com o autor,

> *Não era nada parecido com o rádio que logo se faria no Brasil. Ao contrário, com seu programa de “educação de massa”, a Rádio Sociedade parecia, a princípio, uma extensão da Academia de Ciências. Os acadêmicos faziam tudo: produziam, escreviam e apresentavam os programas. (...) Ninguém era pago, era tudo por amor.*

No entanto, o valor do aparelho era alto e não eram todos que podiam ter acesso. Além disso, como as transmissões eram de difícil compreensão, alguns daqueles que possuíam o aparelho, não tinham o interesse de ouvi-lo. Porém, para Roquette-Pinto, a rádio tinha o poder de atingir uma camada significativa da população que estava distante e muitas vezes precisando de divertimento e educação, como ele cita:

> *“a rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir a escola; é o divertimento gratuito do pobre, é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado”* (Roquete Pinto *apud* CASTRO, 2004)

CASTRO (2004) afirma que a partir do decreto-lei 21.111, de 01 de março de 1932, assinado por Getulio Vargas, que autorizava a transmissão de propagandas comerciais pelo rádio, surgiram patrocinadores e programas de auditório e com isso, o rádio passou a ser acessível a todos. Porém, para Roquette-Pinto, a sua rádio deveria continuar educativa e por este motivo não transmitiria propaganda comercial ou política. Por isso, em 1933 juntamente do seu amigo e Secretario de Educação, Anísio Teixeira, fundou uma rádio a ser mantida pela prefeitura do Rio de Janeiro – a Rádio Escola Municipal, rebatizada em 1945 como Rádio Roquette-Pinto.

Para que sua Rádio Sociedade se mantivesse sem vínculo comercial, político ou religioso, resolveu entregá-la ao Ministério da Educação e Cultura – “Ao Ministério da Educação do povo, não ao governo” segundo ele - e, dessa forma, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi desligada, nascendo a Rádio Ministério da Educação (CASTRO, 2004).

No período pós-Segunda Guerra, o rádio articulado ao impresso foi muito utilizado no Brasil para o ensino de línguas estrangeiras (NUNES, 2009). De acordo com BIANCO (2009), nos anos de 1960 e 1970 as experiências de educação pelo rádio tinham caráter instrucional, com oferta de cursos regulares destinados à alfabetização de adultos, educação supletiva e capacitação para o trabalho, com aulas de português, matemática, geografia, ciências, bem como técnicas agrícolas e relações sindicais. Os alunos ouviam as transmissões sozinhos ou

em grupos, acompanhando o material impresso que recebiam, podendo ter a presença de professores nos encontros que aconteciam em centros comunitários, escolas, salões paroquiais, etc.

Um grande movimento que utilizou as escolas radiofônicas foi o Movimento Educação de Base (MEB) que, idealizado pela Igreja Católica em 1961, buscou desenvolver uma educação de base nas populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A educação de base fazia parte do ideário da UNESCO para programas de educação para povos em desenvolvimento e era compreendida como "o mínimo fundamental de conhecimentos teórico-práticos, imprescindíveis às populações pobres das regiões atrasadas para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao desenvolvimento" (FÁVERO, 2006, p.03). Baseada nos princípios de educação libertadora de Paulo Freire, o MEB foi uma experiência bastante significativa desse período, onde se oferecia cursos formais com conscientização e politização, principalmente para a população rural (BIANCO, 2009).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) também se utilizou do rádio para atividades educativas. Iniciativa do governo militar destinava-se a "preparar grandes contingentes de mão de obra semiqualificada para integração no mercado de trabalho em expansão e assegurar a adesão das classes populares ao projeto governista" (OLIVEIRA, 1989, p.IX). Acreditava-se que os analfabetos eram marginalizados da sociedade e que para possibilitar o desenvolvimento pessoal e da comunidade, a alfabetização deveria ser o primeiro movimento.

Nos anos 1990, baseadas por princípios educacionais do pedagogo uruguaio Mario Kaplún, organizações não governamentais e instituições públicas criaram projetos para melhor utilizar o rádio na educação. O foco não era mais cursos regulares complementares à educação formal, mas para experiências de aprendizagem aberta pelo rádio sobre cidadania, saúde e educação. Um exemplo foi o *Saúde no ar*, que buscava promover medidas preventivas de saúde junto às populações de baixa renda, outro foi *A caminho da escola*, que pretendia estimular a participação da comunidade na vida escolar (BIANCO, 2009).

Portanto, observa-se que a educação pelo rádio não tinha como única finalidade o preparo de um profissional ou a educação regular, mas tinha foco, também, na construção de saberes sobre cidadania, saúde e comportamentos esperados pelo homem naquela sociedade.

I.3.3 A Televisão

A primeira televisão brasileira, a TV Tupi Difusora, foi inaugurada em 1950[14]. A partir da década de 1960 a televisão entrou no cenário como possibilidade de tecnologia para educação.

[14] Disponível em http://www.museudatv.com.br/historiadasemissoras/tvtupi.htm. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

MACIEL (2014a) aponta que os primeiros movimentos foram em 1961, quando a TV Rio produziu um curso destinado à alfabetização e, no ano seguinte, com a TV Tupi iniciando o Curso de Preparação para Exames de Madureza.

Pouco tempo depois, no ano de 1967, o decreto nº236 de 28 de fevereiro apresentava em seu artigo 16 a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras (BRASIL, 1967). No mesmo ano foi criada a Fundação Centro Brasileira de TV Educativa, a FCBTVE ou simplesmente TVE, que funcionava inicialmente como um centro produtor de programas educativos[15].

Em 1969 criou-se o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, que considerando as condições favoráveis do Brasil para o uso da televisão e de um sistema integrado de televisão como instrumento de ensino, levou em conta, dentre outras questões

> *"que a atual rêde de ensino alcança parcela relativamente pequena da população, em face dos índices de escolarização, ainda verificados nos vários níveis; que a TV educativa é mais barata e eficiente quando dirigida a grandes massas, e que tem maior impacto em país, como o Brasil, que ainda precisa melhorar significativamente, quantitativamente e qualitativamente o nível do ensino e do magistério; e que a TV educativa permitirá atingir um contingente da população até agora não alcançado pelo sistema escolar"* (BRASIL, 1969).

Na década de 1970, antes de ter seu próprio canal, a TVE tinha permissão para veicular seus programas no horário diurno de aproximadamente 30 emissoras comerciais. No ano de 1973 entrou no ar o programa *João da Silva*, primeiro programa da Fundação na TV Rio, uma espécie de telenovela com supletivo de 1º grau (XAVIER, 2000). De acordo com Maciel (2014a), *João da Silva* foi o primeiro curso supletivo em formato de telenovela, oferecia certificado de conclusão das quatro séries iniciais do antigo primeiro grau e ganhou o Prêmio Japão como melhor programa de teleducação mundial. Esse programa serviu de exemplo para outros como *A Conquista*, de 1977, que completava o primeiro, oferecendo certificado de conclusão das quatro séries finais do antigo primeiro grau (MACIEL, 2014b).

Em 1978 surge o Telecurso 2º grau e em 1981, o Telecurso 1º grau. A partir dos programas de televisão e de fascículos comprados nas bancas, era possível concluir os Ensinos Fundamental e Médio, recebendo o diploma por meio de provas aplicadas pelo Estado[16]. O programa passou por reformulações e permanece até os dias atuais com o nome Telecurso.

Uma pesquisa realizada com o público do Telecurso pela Fundação Roberto Marinho no ano de 2004 revelou que parte do público não está em busca apenas de um certificado de conclusão de educação formal, mas de educação com entretenimento, ou seja, de uma forma lúdica de aprendizagem (OLIVEIRA e CASTRO, 2001).

---

[15] Disponível em http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2159/1427 Acesso em 02 de fevereiro de 2014.
[16] Disponível em http://www.telecurso.org.br/historico/. Acesso em 02 de março de 2014.

Percebe-se que os programas apresentados na onda da televisão na educação a distância têm como forte característica a educação formal, a tentativa de reduzir a defasagem escolar, possibilitando pessoas que estão fora da escola ou as que se atrasaram em nível escolar, de recuperar o tempo perdido. Porém, houve também como público pessoas interessadas em aprender de forma mais lúdica, com metodologias diferentes da sala de aula regular presencial.

I.3.4 A Internet

Em 1994 iniciou-se a expansão da internet nas universidades brasileiras (KENSKI, 2013) e já no início do ano seguinte passou a ter uso comercial no Brasil. Até meados de 1995, segundo NICOLACI-DA-COSTA (1998), somente quem fazia parte dos círculos acadêmicos ou podia abrir uma conta no único provedor de acesso comercial do país poderia usar a Rede, no entanto, o crescimento do uso da internet foi muito rápido. De acordo com a autora, a revista *Internet World*, criada em 1995, que apresentava em suas edições uma listagem das *home pages* existentes, criou em 1996 um encarte chamado Internet Brasil, devido a grande quantidade de páginas brasileiras. No final do mesmo ano já existiam sites de busca nacional, no qual era possível encontrar mais de 14 mil portais brasileiros de internet.

As mais diversas instituições criaram seus espaços na internet como bancos, clubes de futebol, escolas de samba, órgãos federais, partidos políticos, lojas, entre outros (NICOLACI-DA-COSTA, 1998). Instituições de todas as áreas buscaram acessar esse novo espaço com a intenção de estabelecer uma relação com o público de interesse.

Com a educação não foi diferente. A internet já surgiu no meio acadêmico e a educação que se utilizou do impresso, do rádio e da televisão passou também a utilizar a internet como tecnologia educativa. Os cursos livres, como de aperfeiçoamento, preparatórios de concursos, de idiomas, bem como o ensino regular (Ensino Fundamental, Médio e Superior) passaram a utilizar a internet como tecnologia na educação, oferecendo em um ambiente virtual de aprendizagem recursos, material didático e professores para ajudar na construção de conhecimento dos alunos.

A educação básica e o ensino superior foram inseridos na modalidade a distância com grande força a partir da utilização da internet. Não é, no entanto, a tecnologia que trouxe a oportunidade, mas o momento em que se encontra o Brasil educacional e economicamente. É necessário investir na formação da população e para isso a EAD entra em cena.

A LDB, promulgada em 1996, é considerada marco legal da EAD. É a partir desta lei que se impulsiona a criação de cursos a distância pelas universidades. Doravante, a internet se popularizou no Brasil e também, a EAD. A partir do decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, surgiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma articulação entre universidades

públicas que tem como objetivo expandir e interiorizar a oferta de cursos de ensino superior no país. A UAB

> *"Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas"* (UAB, 2014).

A prioridade da UAB é a capacitação de professores da educação básica, no entanto, oferece vagas para outros diferentes cursos de formação. Instituições de ensino privadas também investiram na criação de cursos na modalidade a distância, utilizando a internet para aumentar o oferecimento de vagas no ensino superior.

As novidades tecnologias possibilitaram a criação de espaços virtuais para aprendizagem. Os ambientes virtuais de aprendizagem permitem que a educação a distância não seja um processo de educação onde o aluno encontra-se sozinho, pois com a comunicação síncrona entre um grupo de alunos e professores, possível a partir da internet, ampliou-se o conceito de sala de aula e diversificaram-se as metodologias de ensino.

NUNES (2009) afirma que essa nova onda na qual vivemos, em que se utiliza predominantemente a telemática (junção da informática e comunicação), possui características diferentes das ondas anteriores já que a internet cria condições para um aprendizado mais interativo. Os ambientes virtuais de aprendizagem permitem a alunos de diferentes estados se encontrarem para debates, acessarem bibliotecas virtuais, bem como usufruir de objetos de aprendizagem que facilitem a compreensão do conteúdo.

As possibilidades encontradas a partir do uso da internet (rapidez da comunicação, diversidade de mídias, por exemplo) permitiram que alguns autores caracterizassem essa onda como uma ruptura na educação a distância, devendo agora ser chamada de "educação online". Para MORAN (2006), a educação online é "o conjunto de ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas por meio de meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência. (...) A educação a distância é um conceito mais amplo que o de educação online. Um curso por correspondência é a distância, não online" (p.41).

Seja denominada educação a distância ou educação online, a tecnologia atual nos permite dar prosseguimento ao que vem sendo construído desde a correspondência – a possibilidade de construção de conhecimento sobre determinados temas que por razões diversas não podem ser construídos presencialmente.

I.4 O uso pedagógico das tecnologias na EAD

As ondas da educação a distância apresentadas acima permanecem ativas até os dias atuais. Mesmo com os diferentes objetos e ambientes virtuais de aprendizagem utilizados em cursos pela internet, os programas educativos de rádio e televisão, por exemplo, não foram extintos. Não há uma substituição de tecnologias, mas a utilização de tecnologias de acordo com suas potencialidades em determinado momento. A tecnologia na educação e na EAD não é apenas o uso de um novo artefato, mas o saber fazer com esse novo instrumento. As possibilidades da correspondência são diferentes das do rádio, da televisão e da internet, assim, é preciso conhecê-las para fazer uso pedagógico das mesmas. Como afirma MOORE (2003),

> *"É a referência à tecnologia que nos leva ao que para muitos é tanto o início e término do seu conhecimento da educação a distância. (...) É preciso reconhecer que, apesar das muitas afirmações de que nossas decisões de educação não são "de base tecnológica", é hoje como foi no passado. (...) Mais importante que a tecnologia é a mudança na organização dos recursos humanos e a mudança na prática de ensino que é uma consequência do uso de tecnologia que - ou, como é muitas vezes o caso, igualmente importante é o efeito das instituições a tentativa de adotar a tecnologia sem fazer as mudanças necessárias nas organizações e em pedagogias"* (p.4)

O uso pedagógico considera a utilização do artefato de acordo com as potencialidades do mesmo e o objetivo final do processo educativo. Adaptar uma prática de sala de aula para outro artefato não é suficiente para afirmar o uso pedagógico do mesmo. Nos dias atuais, onde é intensa a presença de celulares, *tablets* e computadores no cotidiano das pessoas, oferecer a apostila em formato digital, por exemplo, não é suficiente para que fazer uso pedagógico dos novos artefatos. É preciso criar novas formas de apresentação do conteúdo, seja com vídeos, jogos ou *e-books*, nas quais a leitura desse material não é predominantemente linear, mas repleta de hipertextos, onde há inúmeras possibilidades de caminhos que o aluno pode percorrer, construindo conhecimento a partir de seu interesse. O uso pedagógico da tecnologia permite que se reconstrua alguns conceitos como o de participação e se crie novos modelos de avaliação. A partir desse novo olhar, não se considerara participativo o aluno que acessou o conteúdo, mas o que demonstrou compreendê-lo, aplicá-lo em situações da realidade. Bom aluno não é mais aquele que está presente em sala diariamente, em silêncio, mas aquele que pesquisa, interage com os colegas dentro e fora da sala, que dicute, questiona, enfim, que não se mantém passivo, mas atuante no seu processo de aprendizagem.

Assim sendo, não basta substiuir o artefato para modernizar a metodologia, melhorar a qualidade ou expandir o público que utiliza a EAD. É necessário estudar as características específicas do recurso, conhecer suas potencialidades e dificuldades, formar profissionais que conheçam as ferramentas e desenvolver o saber fazer tanto nos professores autores,

desenvolvedores de materiais, nos que estarão em sala com os alunos, em toda a equipe de criação, implementação e gestão, enfim, é preciso saber usar as tecnologias de forma pedagógica. Caso contrário, teremos apenas substituição de artefatos, mas não a criação de novas tecnologias.

Tendo em vista essa visão de tecnologia e educação a distância, apresenta-se nos capítulo II o cenário atual da educação a distância no Brasil, demonstrando o crescimento dessa modalidade, principalmente na formação de profissionais da educação. A seguir, no capítulo III, apresenta-se um estudo sobre a formação do Pedagogo formado pela EAD para atuar com a educação a distância.

II – Cenário atual da EAD no Brasil: formando para a educação

A educação a distância, no Brasil, surgiu como uma possibilidade de expansão da oferta de educação regular e formação profissional, atendendo às necessidades de alunos que residiam ou trabalhavam em área de difícil acesso, bem como daqueles que desejavam realizar um curso diferente dos oferecidos em sua cidade.

Com a correspondência e o rádio formaram principalmente profissionais, oferecendo cursos de datilografia, de costura e técnico em rádio, por exemplo. O rádio e a televisão tiveram papéis importantes na formação do cidadão ao oferecer informações sobre saúde e programas de alfabetização e cursos supletivos. A internet possibilitou a comunicação em tempo real, acesso a dados anteriormente indisponíveis por estarem armazenados em outras cidades, estados ou países, e infinitas possibilidades de recursos didáticos que levam a sensação da sala de aula para a casa do aluno.

Atualmente, a EAD é também uma opção para pessoas que residem nos grandes centros, mas desejam horário flexível para estudo ou uma metodologia diferenciada. Alguns alunos não estão em busca apenas de um certificado de educação formal, mas de uma forma diferente de aprender, com recursos didáticos que possibilitem ao aluno a pesquisa, interação com diferentes pessoas e materiais, ou seja, uma mudança na metodologia da aula expositiva, tradicional na educação presencial. Por não ter a figura do professor à frente realizando uma aula expositiva, mas tendo o aluno como centro do processo, na EAD outros recursos são utilizados para possibilitar que o aluno tenha acesso a informações, conheça experiências, dialogue sobre o tema e construa o conhecimento.

Muitas instituições estão adotando a EAD como modalidade para oferecer cursos a públicos que estão distantes fisicamente, mas possuem interesses em comum como aprender um novo idioma, estudar para um concurso público, construir conhecimento sobre uma determinada área ou se formar em nível superior. Para algumas instituições, a EAD é uma possibilidade de manter o número de alunos, porém reduzindo os custos com estrutura física e professores, comparados às disciplinas presenciais.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar o cenário atual da EAD na onda da internet no Brasil destacando a educação como principal área de conhecimento dos cursos a distância. Para isso, traz dados do Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas (INEP, 2013), que reúne informações sobre as instituições de ensino superior do Brasil, seus cursos de graduação (presencial ou a distância), vagas, matrículas e concluintes, dentre outras informações, e do Censo EAD.BR, da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2013) realizado anualmente pela Associação Brasileira de

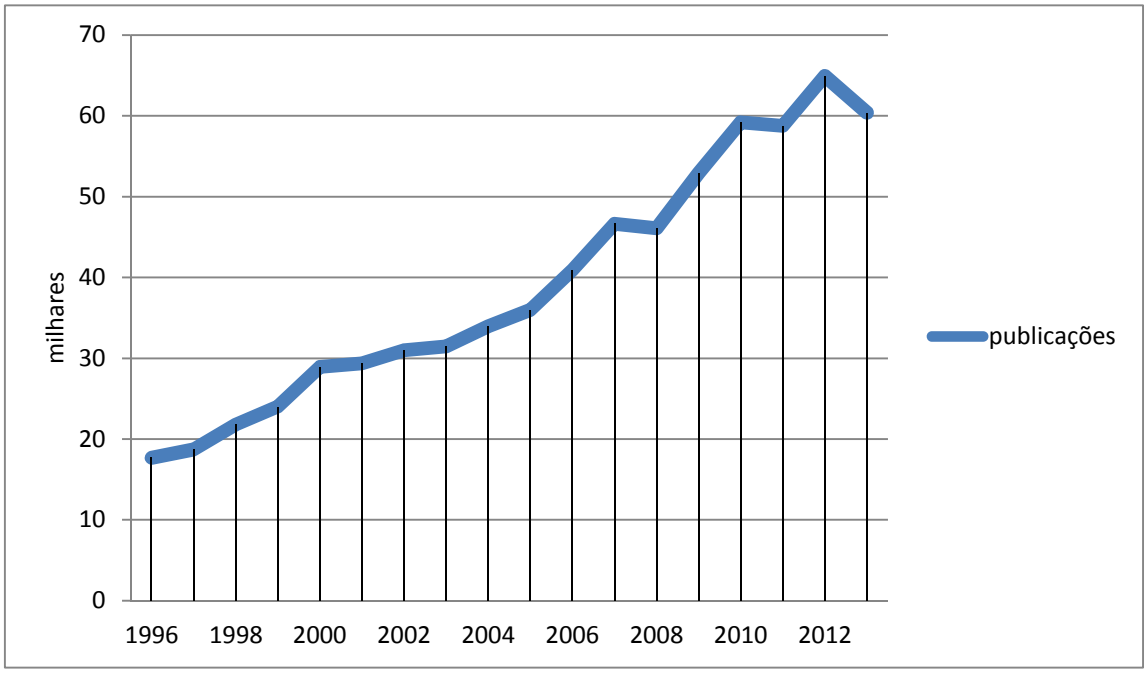
Educação a Distância com instituições associadas, sendo instituições formadoras, instituições fornecedoras de produtos e serviços de EAD e professores independentes[17].

II.1 O interesse acadêmico sobre EAD

A educação a distância vem despertando interesse do meio acadêmico. As potencialidades, dificuldades, os números em constante crescimento, a qualidade, diferentes são os temas de pesquisa que se relacionam com a EAD.

Uma breve busca no portal de Portal de Periódicos da Capes, uma biblioteca virtual que disponibiliza acesso às produções científicas nacionais e internacionais, pelo termo “distance learning”, no período de 1996, ano da LDB que incentivou a educação a distância no Brasil até os dias atuais, revela um crescimento no número de publicações sobre o tema educação a distância, conforme pode-se observar na Figura II 1.

FIGURA II 1
Publicações sobre “distance learning” (2000 – 2013)



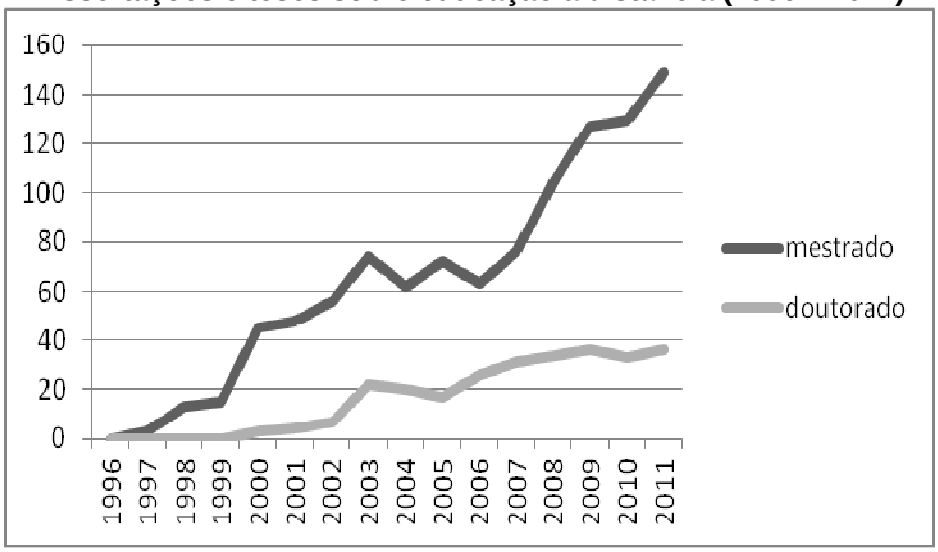
Fonte: CAPES, 2013

Esses dados demonstram que as publicações sobre *distance learning* (uma das expressões em inglês para educação a distância) triplicaram no período investigado.

[17] Cabe destacar que o Censo Nacional de Ensino Superior (INEP) considera os dados de todas as instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação. Já o Censo EAD.BR (ABED) considera os dados somente das instituições associadas à ABED.

No Brasil o número de pesquisas também está em crescimento. Um levantamento realizado no primeiro semestre de 2013 no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em busca de dissertações de mestrado e teses de doutorado até o ano de 2011 sobre “educação a distância” apresentou um cenário em constante crescimento com o total de1038 dissertações de mestrado e 269 teses de doutorado, conforme Figura II 2.

FIGURA II 2
Dissertações e teses sobre educação a distância (1996 – 2011)



Fonte: CAPES, 2013

Em novo levantamento em busca das pesquisas realizadas nas pós-graduações *strictu senso* sobre “educação a distância” ou “ensino a distância”, em abril de 2014 verificou-se que somente nos anos de 2011 e 2012 foram publicadas 438 dissertações de mestrado acadêmico, 58 de mestrado profissional e 131 teses de dissertação de doutorado.

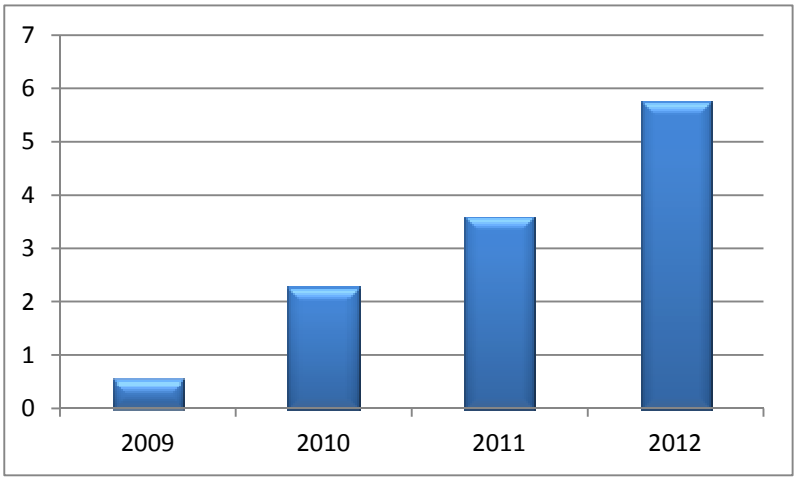
Além das teses e dissertações, a comunidade acadêmica tem discutido o assunto em diversos congressos e seminários. Em um breve levantamento no portal da Associação Brasileira de Educação a Distância, que reúne alguns dos principais eventos relacionados à educação a distância, é possível identificar 158 eventos no ano de 2011, 191 em 2012, 105 em 2013 e até abril de 2014 já havia acontecido 27 eventos.

Esses números demonstram que o meio acadêmico, tanto no Brasil quando em diversos países, tem encontrado na educação a distância questões que precisam de investigação, gerando muitas publicações e eventos para discussão sobre o assunto, sendo assim um tema relevante de pesquisas.

II.2 EAD em números

Os cursos a distância vêm ganhando popularidade a cada ano. O Censo EAD.BR 2012, divulgado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2013), revela que o número de matriculas cresceu significativamente nos últimos anos e chegou a quase seis milhões no ano de 2012, conforme pode-se visualizar na Figura II 3.

FIGURA II 3
Evolução no número de matrículas em cursos a distância (em milhões)



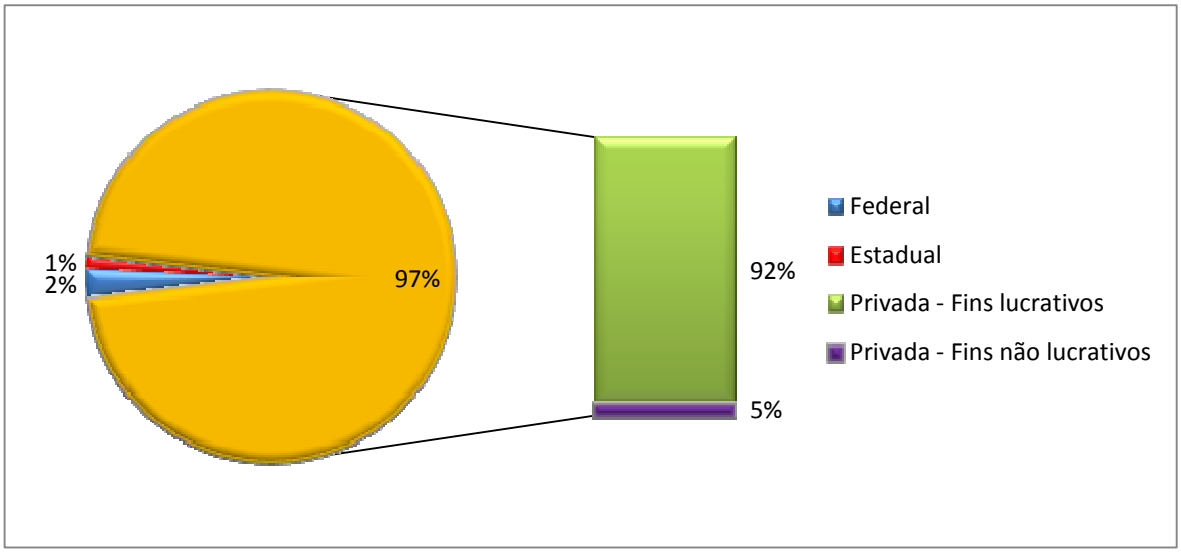
Fonte: ABED,2013

Esses números se referem à matrícula em qualquer um dos cursos que participaram do levantamento da ABED, sejam eles, denominados livres (74,5%), disciplinas a distância de cursos presenciais (5,8%), ou cursos autorizados/reconhecidos pelo MEC (19,7%).

Os cursos livres, que possuem maior parte do número de matrículas, são assim denominados por não necessitarem de reconhecimento do MEC. São cursos de idiomas, preparatório de concursos, de extensão de qualquer área do conhecimento, dentre outros. No ano de 2012 foram identificados na pesquisa 7.520 cursos, sendo a maioria nas áreas de Educação (15%), Administração (12%), seguidas por Direito, Negócios e Linguística, Letras e Artes (ABED, 2013).

No ano de 2012 foram realizadas 4.294.983 matrículas em cursos livres de instituições públicas, privadas, ONGs, Órgãos públicos, dentre outros. Em instituições públicas ou privadas foram 2.798.551, sendo 3% em instituições públicas e 97%, em instituições privadas, dessas 95% com fins lucrativos, conforme pode-se observar na Figura II 4.

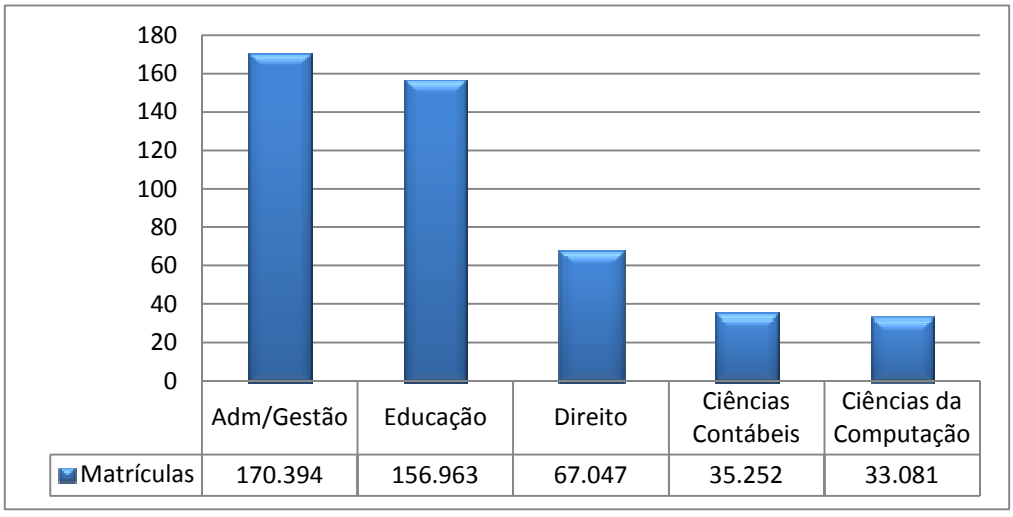
FIGURA II 4
Matrículas em cursos livres de natureza jurídica pública ou privada



Fonte: ABED, 2013

As principais áreas de conhecimento em que se formam alunos nos cursos livres são Administração, Educação, Direito, Ciências Contábeis e Ciências da Computação. Dentre essas, Administração e Educação representam 71% do número de concluintes, conforme apresenta a Figura II 5:

FIGURA II 5
Número de concluintes em cursos livres nas principais áreas de conhecimento (em milhares)



Fonte: ABED, 2013

Se observados os números totais, Administração/Gestão possui a maioria dos concluintes, porém diferenciando por cursos corporativos, isto é, cursos organizados ou custeados pelas empresas, e não corporativos é possível notar que nos cursos não corporativos, o número de concluintes é maior na área de Educação, conforme pode ser observado na Tabela II 1.

TABELA II 1
Número de concluintes em cursos livre corporativos e não corporativos

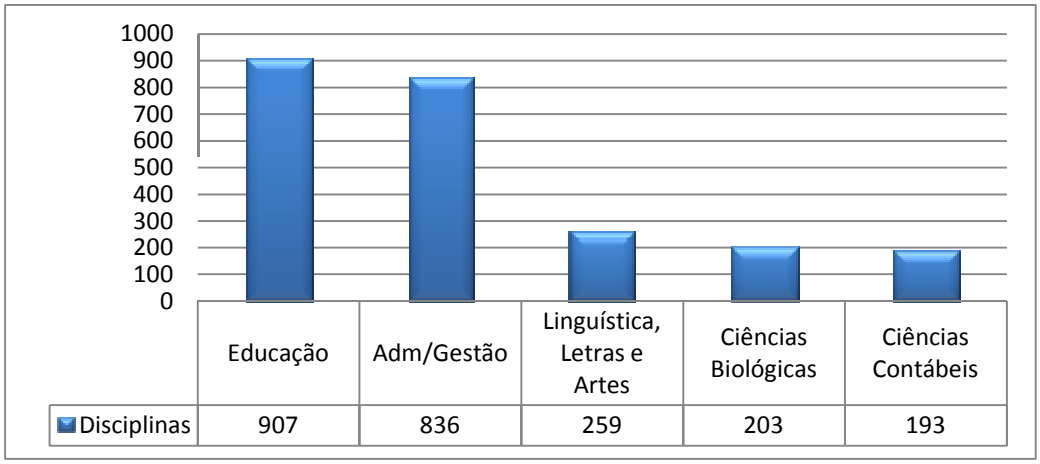
Área de conhecimento	Não corporativos	Corporativos	Total de concluintes
Educação	154.800	2.163	156.963
Administração/Gestão	137.760	32.634	170.394

Fonte: ABED, 2013

Assim, observa-se que o que torna a área de Administração/Gestão a principal de alunos concluintes de cursos livres é o interesse corporativo, responsável por 19% das conclusões da área de Administração, enquanto este representa apenas 1,4% das conclusões da área de Educação.

O Censo EAD.BR 2012 trouxe dados, também, das disciplinas oferecidas na modalidade EAD em cursos presenciais, que podem ser disciplinas do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Técnico profissionalizante ou Ensino Superior. De acordo com o documento, foram oferecidas 6.500 disciplinas na modalidade EAD em cursos presenciais, sendo as principais disciplinas nas áreas de Educação, Linguística, Letras e Artes, Administração, Ciências Biológicas e Ciências Contábeis, conforme Figura II 6.

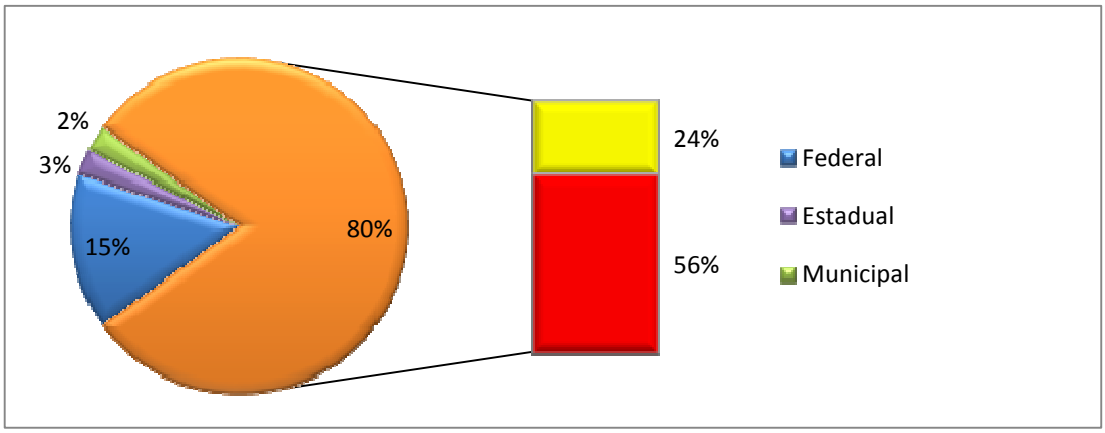
FIGURA II 6
Principais áreas de conhecimento das disciplinas oferecidas a distância em cursos presenciais



Fonte: ABED, 2013

No ano de 2012, com 336.223 matrículas, é possível observar que o cenário das disciplinas a distância dos cursos presenciais é bastante parecido com o de cursos livres. Nota-se que a maior parte das matrículas (80%) realizadas em instituições privadas conforme apresenta a Figuras II 7 .

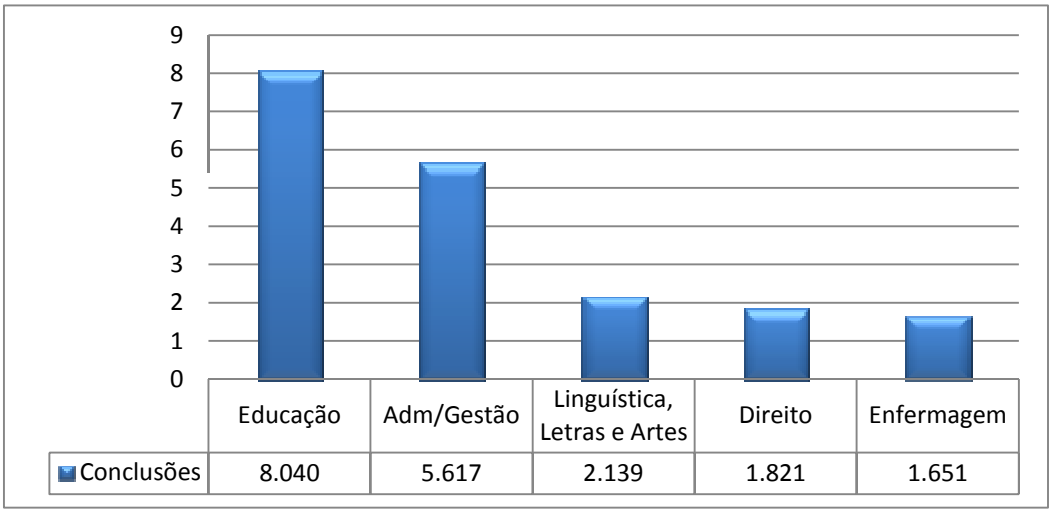
FIGURA II 7
Matrículas em disciplinas EAD de cursos presenciais natureza jurídica pública ou privada



Fonte: ABED, 2013

É possível observar na figura acima que diferentemente dos cursos livres, as instituições de ensino superior federais possuem uma porcentagem significativa de matrículas nas disciplinas a distância de cursos presenciais. Analisando as áreas de conhecimento dessas disciplinas, conclui-se que o maior número de concluintes está na área de Educação, conforme apresentam as e II 8.

FÍGURA II 8
Número de conclusões por área de conhecimento em disciplinas EAD de cursos presenciais (em milhares).

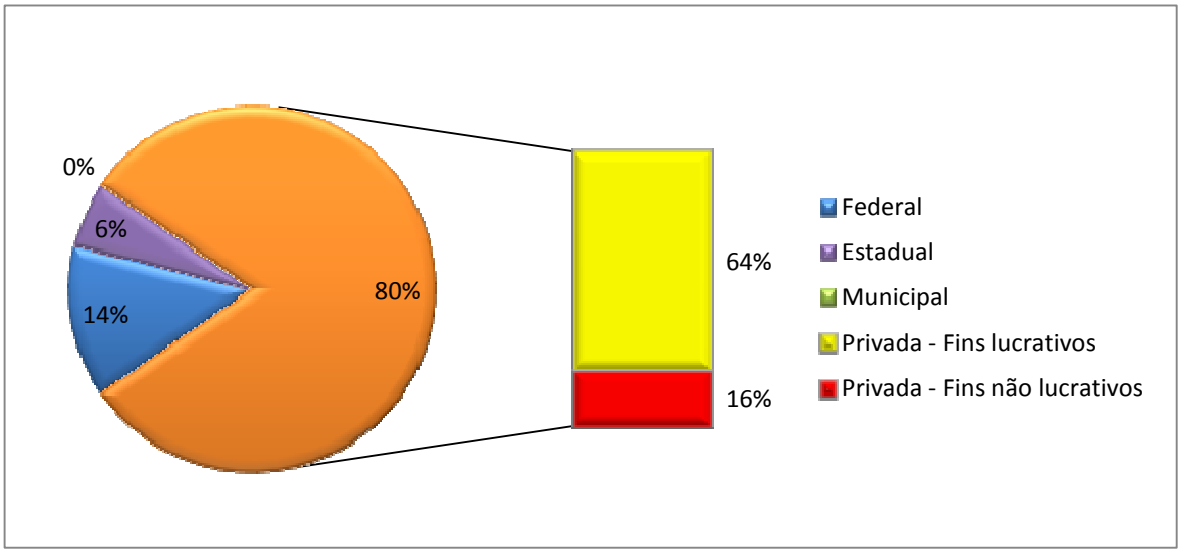


Fonte: ABED, 2013

Por fim, os cursos autorizados/reconhecidos, ou seja, os cursos de instituições credenciadas pelo MEC para oferecer cursos a distância para Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Técnico profissionalizante e Ensino Superior, apresentam cenário muito parecido com os anteriores, observados a natureza da instituição de

matrícula e a principal área de conhecimento em conclusões. De acordo com o Censo EAD.BR 2012, 80% das matrículas em cursos autorizados/reconhecidos também foram em instituições privadas, conforme pode ser visualizado na Figura II 9.

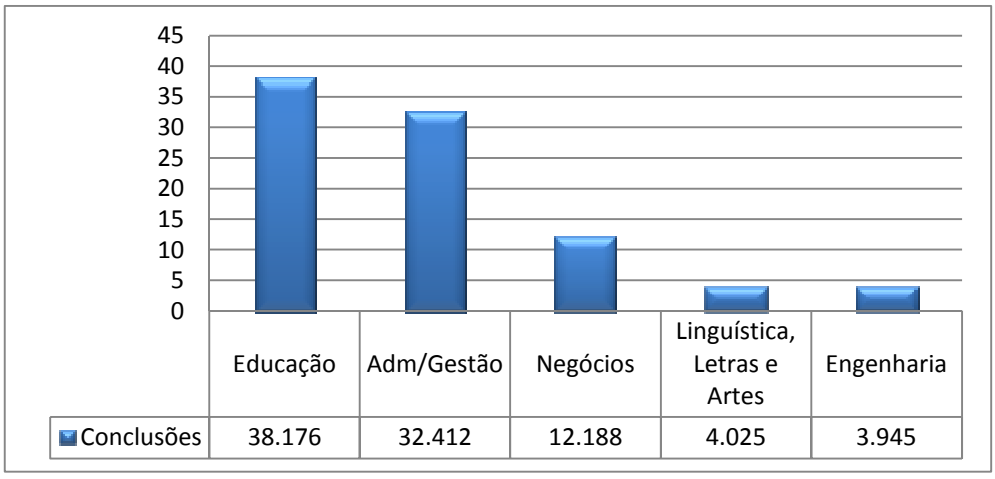
FIGURA II 9
Matrículas em disciplinas em cursos autorizados/reconhecidos em instituições de natureza jurídica pública ou privada



Fonte: ABED, 2013

Observa-se, no entanto, que semelhante aos cursos livres e diferentemente das disciplinas a distância dos cursos presenciais, a maioria das matrículas estão nas instituições privadas com fins lucrativos. Quanto às áreas de conhecimento que possuem maior número de concluintes, são as mesmas que os dois cenários apresentados anteriormente: Educação e Administração, conforme apresenta a Figura II 10.

FIGURA II 10
Conclusões por área de conhecimento - cursos autorizados/reconhecidos (em milhares).

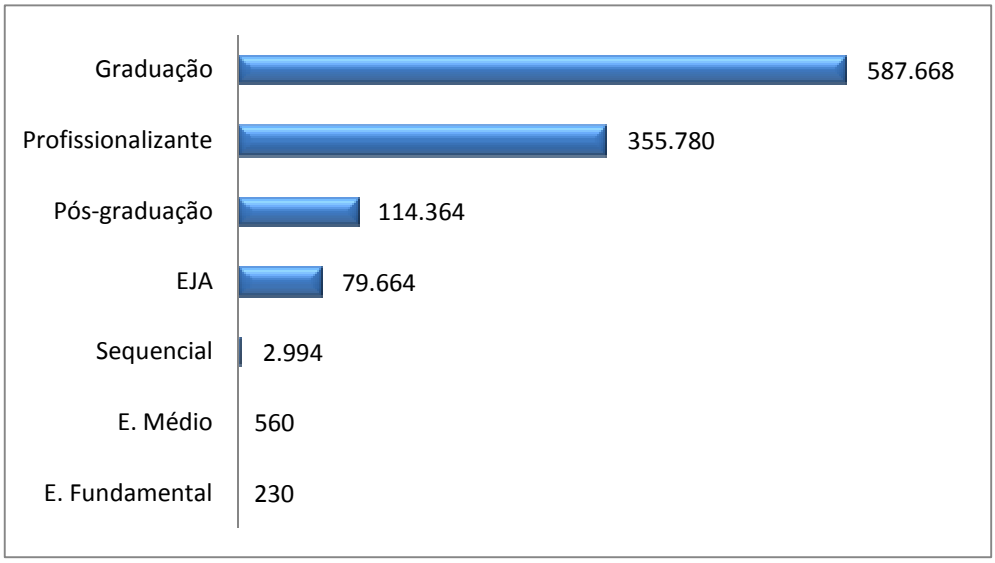


Fonte: ABED, 2013

Sendo assim, tanto em cursos livres, nas disciplinas EAD de cursos presenciais ou em cursos autorizados/reconhecidos pelo MEC, a grande maioria das matrículas é feita em instituições de ensino superior (IES) privadas e as áreas de conhecimento que possuem maior número de concluintes são Educação e Administração. Educação seria a principal área de formação nos três cenários, no entanto, devido aos cursos corporativos, nos cursos livres a área Educação ocupa a segunda posição, porém nos outros dois cenários – disciplinas a distância em cursos presenciais e cursos autorizados/reconhecidos – dentre as cinco principais áreas de conhecimento, Educação representa 42% das matrículas enquanto Administração representa 29% nas disciplinas a distância de cursos presenciais e 36% nos cursos autorizados/reconhecidos.

Dentre os cursos autorizados/reconhecidos pelo MEC, a maioria das matrículas está nos cursos que pretendem formar profissionais (profissionalizante, graduação e especialização), conforme é possível visualizar pela Figura II 11.

FIGURA II 11
Número de matrículas em cursos autorizados/reconhecidos



Fonte: ABED, 2013

Esses dados revelam que embora o número de cursos de pós-graduação e profissionalizantes seja alto, a graduação possui a grande maioria das matrículas, representando 51% do total em cursos autorizados/reconhecidos pelo MEC. Isso demonstra que muitas pessoas estão buscando a educação a distância como modalidade para formação em nível superior;

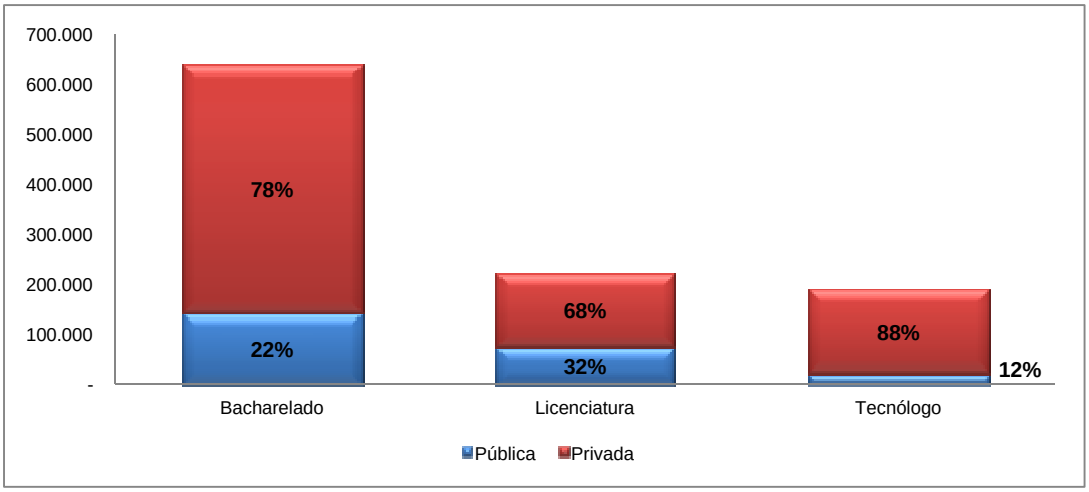
Cabe, então, conhecer os cursos que estão preparando os novos profissionais. Quais os principais cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância? Em quais cursos se concentram as matrículas? Qual a representatividade das matrículas a distância em uma área de conhecimento? Quais as IES estão oferecendo esses cursos? A partir das respostas a

essas questões é possível conhecer o cenário das graduações a distância e seu impacto no ensino superior atualmente.

II.3 O setor público e privado no ensino superior brasileiro

Conforme foi possível observar nos números apresentados acima, as instituições privadas possuem grande importância no cenário atual da EAD. De acordo com o INEP (2013) o setor privado tem significativa relevância no ensino superior brasileiro, tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos a distância. As instituições privadas representavam 87% do número de IES, ofereceram 66% dos cursos de graduação e foi responsável por 73% das matrículas no ano de 2012 (INEP, 2013). Se observados os números de concluintes de graduação no mesmo ano, é possível verificar que tanto para bacharelado, quanto para licenciatura e tecnólogo, as IES privadas possuem maior número, conforme pode ser observado na Figura II 12.

FIGURA II 12
Concluintes em cursos de graduação presenciais e a distância
(IES públicas e privadas)



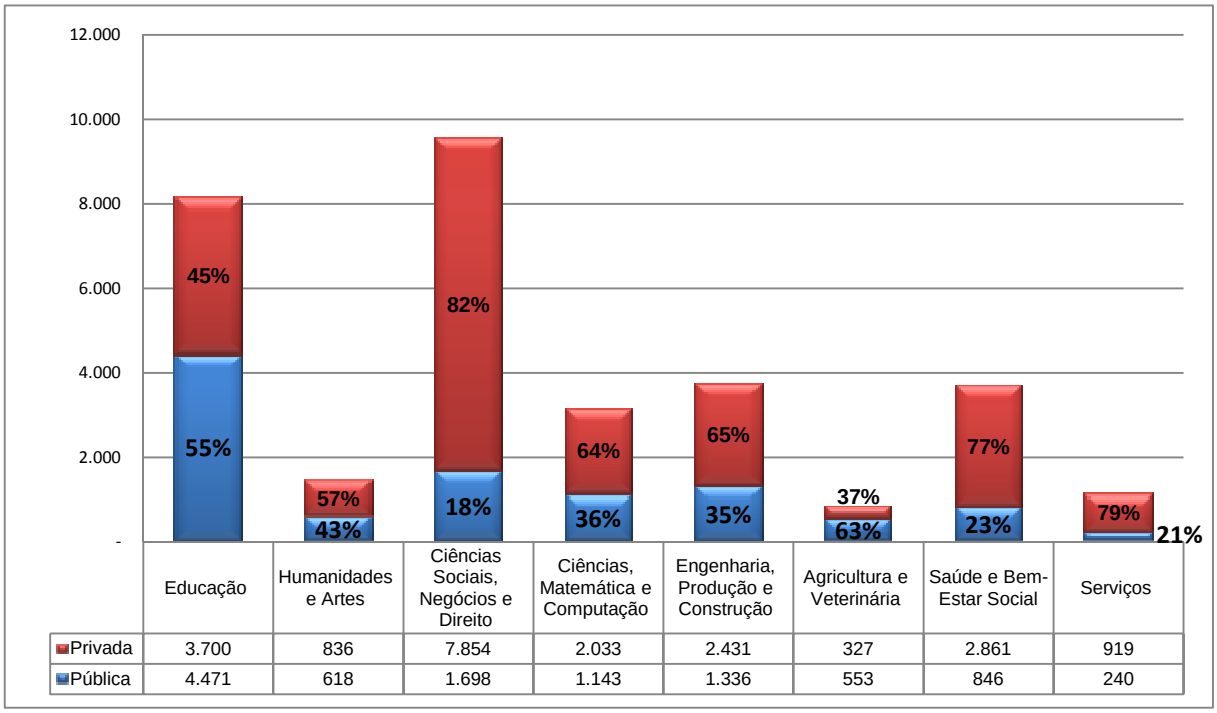
Fonte: INEP, 2013

Esses dados demonstram que somados os cursos presenciais e a distância, em qualquer um dos três tipos de curso (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), as IES privadas formam responsáveis pela conclusão de 77% dos graduados no ano de 2012 (INEP, 2013).

A importância das IES privadas pode ser observada também no número de cursos oferecidos. De acordo com o INEP (2013), dentre as oito áreas de conhecimento, em seis as IES privadas são responsáveis por mais da metade dos cursos. As áreas de conhecimento que possuem maior número de cursos são Ciências Sociais, Negócios e Direito e Educação. No caso da primeira, a grande maioria (82%) é oferecida por instituições privadas. Já em

Educação, o cenário é diferente, sendo mais equilibrado, com as instituições públicas oferecendo a maioria dos cursos de graduação na área (55%), conforme pode ser visualizado na Figura II 13.

FIGURA II 13
Cursos de graduação presenciais e a distância por área de conhecimento (IES públicas e privadas)



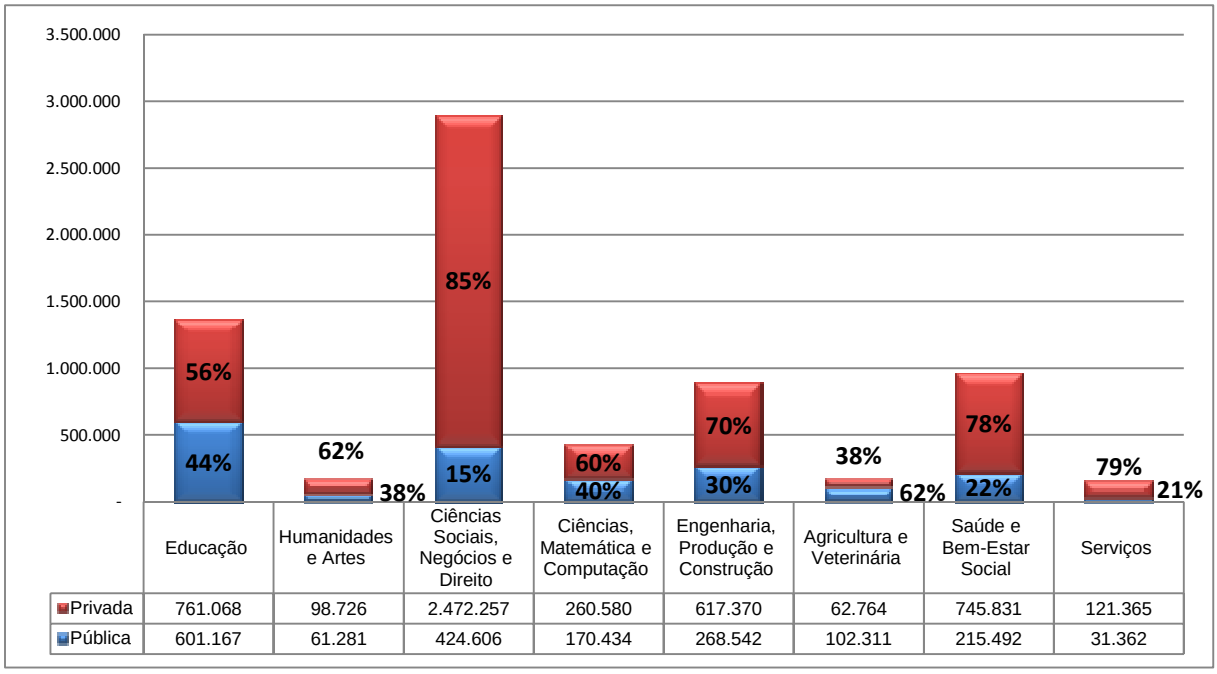
	Educação	Humanidades e Artes	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, Produção e Construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar Social	Serviços
Privada	3.700	836	7.854	2.033	2.431	327	2.861	919
Pública	4.471	618	1.698	1.143	1.336	553	846	240

Fonte: INEP, 2013

Assim, nota-se que as IES públicas possuem mais cursos de graduação apenas nas áreas de Educação e Agricultura e Veterinária. No restante, as IES privadas são responsáveis pela maioria dos cursos oferecidos. As áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito e Educação são também as principais nos números de matrículas, porém em ambas as instituições privadas são responsáveis pela maioria das matrículas. No caso da primeira, a soberania das IES privadas permanece, contendo 85% das matrículas nessa área.

Porém, na área de Educação, embora as instituições públicas sejam as responsáveis pelo oferecimento da maioria dos cursos, quando observados os números de matrículas, verifica-se que as IES privadas possuem a maioria. As IES privadas representam 56% das matrículas em cursos de graduação a distância na área de Educação, contra 44% das públicas, conforme a Figura II 14.

FIGURA II14
Matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância (IES públicas e privadas)



	Educação	Humanidades e Artes	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, Produção e Construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar Social	Serviços
Privada	761.068	98.726	2.472.257	260.580	617.370	62.764	745.831	121.365
Pública	601.167	61.281	424.606	170.434	268.542	102.311	215.492	31.362

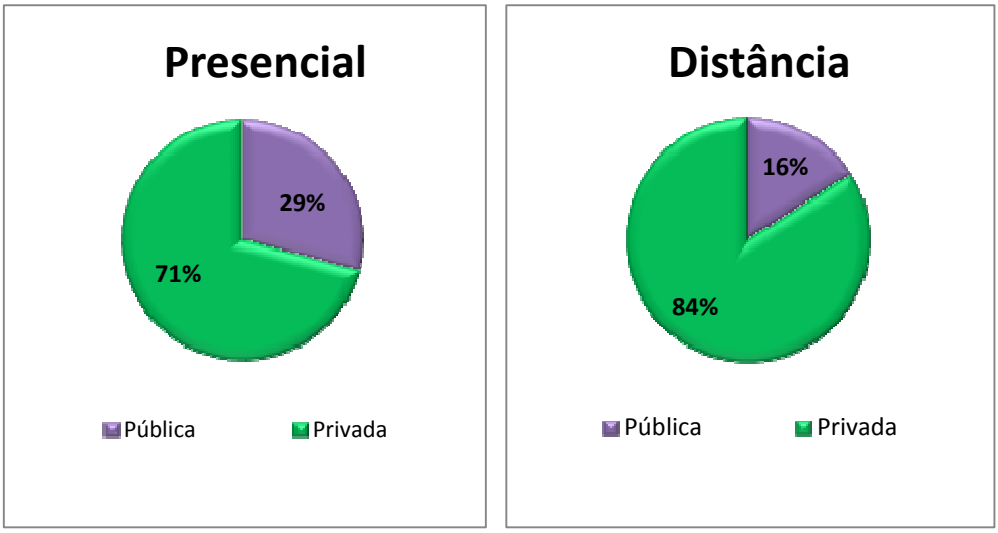
Fonte: INEP, 2013

A partir da observação desses dados é possível concluir que as IES privadas possuem a maioria dos alunos que estão nas graduações presenciais e a distância, atualmente. De acordo com SAMPAIO (2011) a justificativa para a importância atual do setor privado no ensino superior brasileiro está no caminho percorrido desde a Constituição de 1891 que liberou a criação das IES privadas. Segundo a autora, em meados dos anos de 1930 o setor privado tinha 40% das matrículas e 60% das IES. Porém entre as décadas de 60 e 80 houve um aumento de 500% no número de matrículas em cursos de ensino superior, 800% em IES privadas. Em 1980, as IES tinham 63% das matrículas e 77% das IES.

ALONSO (2010) concorda que o crescimento do ensino superior no Brasil está relacionado ao avanço do setor privado na tentativa de atender à demanda que o setor público não atende. Além disso, outro movimento que justifica o grande crescimento nos números relativos às IES privadas foi a transformação de faculdades e centros isolados em universidades. Ao se tornarem universidades essas instituições passaram a ter autonomia para criar ou excluir cursos bem como remanejar vagas. A partir de então, houve um processo de interiorização das universidades e oferecimento de novos cursos, aumentando o número de matrículas (SAMPAIO, 2011).

Para melhor compreensão da relevância das IES privadas nas duas modalidades, é importante verificar separadamente cada uma delas. Ao isolar as matrículas dos cursos de graduação presenciais e a distância no ano de 2012 é possível observar que as IES privadas possuem a maioria nos dois casos, conforme pode ser observado na Figura II 15.

FIGURA II 15
Matrículas em cursos de graduação no ano de 2012



Fonte: INEP, 2013

Constata-se que na modalidade a distância a parcela de IES privadas é ainda maior que nos cursos presenciais, representando 84% das matrículas contra apenas 16% nas IES públicas. Isso demonstra que o ensino superior a distância atualmente é representado majoritariamente pelo setor privado.

De acordo com SAMPAIO (2011) o crescimento da EAD no Brasil está diretamente associado ao setor privado, pois segundo a autora "certamente isso não aconteceria sem o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, mas também não teria atingido tais cifras se o setor privado não liderasse a inovação. Para o setor privado, a oferta de graduação a distância significa redução de custos" (p.38).

Para GIOLO (2008), a educação a distância passou a ser preferência do setor privado quando houve redução na expansão da modalidade presencial. Para ele

> *"Esse fenômeno, de certa forma, alterou o sentido da educação a distância: em vez de ser uma modalidade de ensino capaz de ampliar o raio de atuação da educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, tornou-se concorrente da presencial, ou melhor, para certos cursos, ela se constituiu numa ameaça, pois pode praticar preços menores, além de oferecer outras facilidades práticas ligadas ao tempo, ao espaço e aos métodos de aprendizagem"* (GIOLO 2008, p.1218).

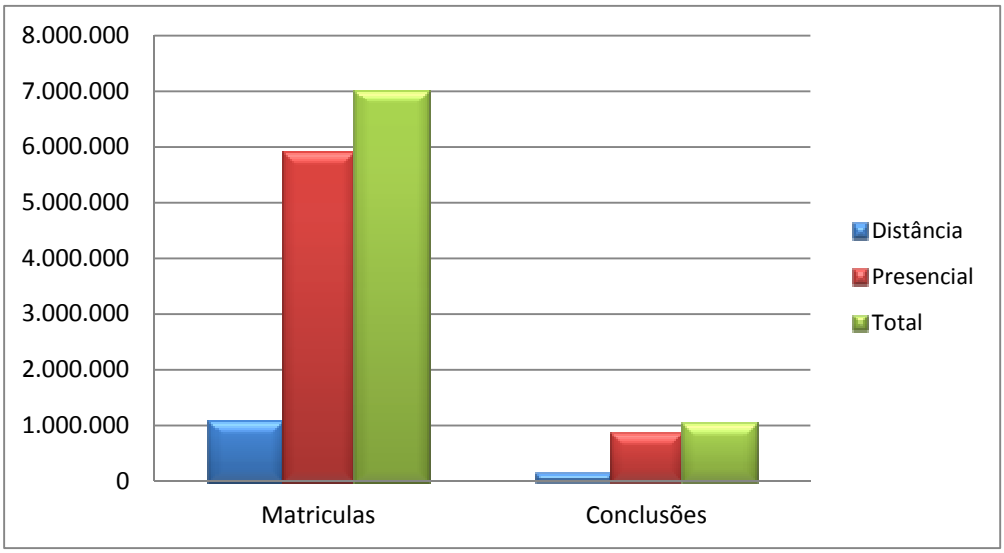
Assim, conclui-se que o grande crescimento da educação a distância está relacionado ao incentivo governamental, mas também ao interesse das IES privadas que viram na EAD uma possibilidade na expansão do número de alunos a custo inferior que o presencial.

II.4 EAD formando educadores

Conforme os dados anteriores, muitas pessoas estão buscando a educação a distância como meio para formação no ensino superior. De acordo com o Censo da Educação Superior

2012 (INEP, 2013) foram realizadas 7.037.688 matriculas e 1.050.413 conclusões em cursos de graduação no ano de 2012, nas quais aproximadamente 16% eram na modalidade a distância, conforme apresenta a Figura II 16.

FIGURA II 16
Matrículas e conclusões em cursos de graduação em 2012

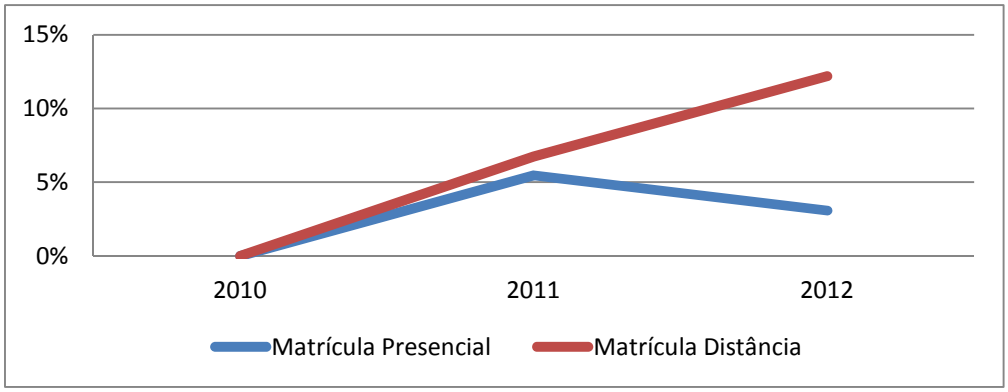


Fonte: INEP, 2013

Apesar da parcela parecer pequena, o número de alunos que estão se formando na modalidade a distância é bastante significativa, sendo aproximadamente 175 mil o número de concluintes no ano de 2012.

Comparando os números de matrícula com os anos de 2010 e 2011, percebe-se que a modalidade a distância tem maior crescimento percentual que a presencial. No ano de 2010 foram realizadas 5.449.120 matrículas em graduações presenciais e 930.179 em graduações a distância. A partir de então, o presencial cresceu 5% e a EAD 7% em 2011. Em 2012, o presencial cresceu 3% e a EAD 12%, comparado ao ano anterior, conforme pode ser visualizado na Figura II 17.

FIGURA II 17
Crescimento percentual nas matrículas de graduação (presencial e a distância)

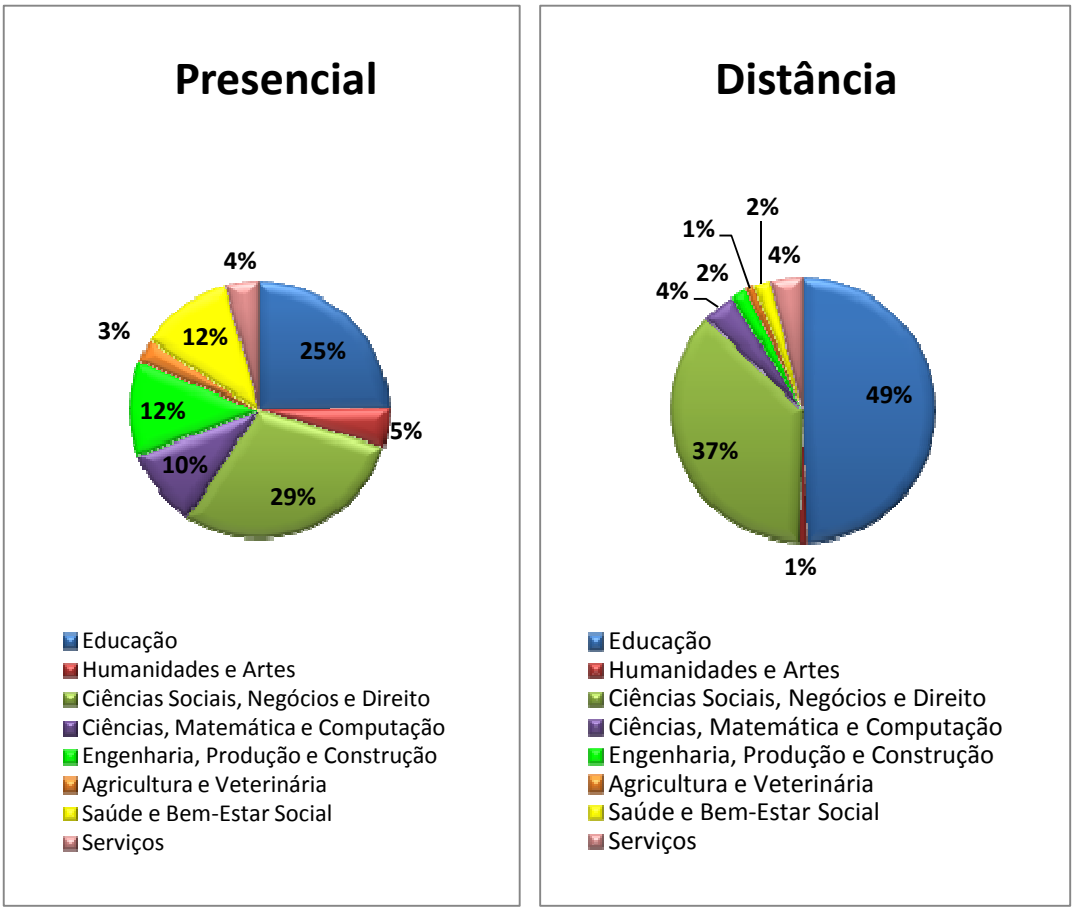


Fonte: INEP (2013)

A partir desses dados é possível notar que embora a grande maioria das matrículas esteja nas graduações presenciais, o crescimento significativo da EAD demonstra a importância da educação a distância para o ensino superior, atualmente.

Segundo o INEP (2013), as áreas de conhecimento que possuem maior número de cursos tanto presenciais quanto a distância são Ciências Sociais, Negócios e Direito e Educação, conforme Figura II 18.

FIGURA II 18
Percentual de cursos por área do conhecimento – presencial e a distância



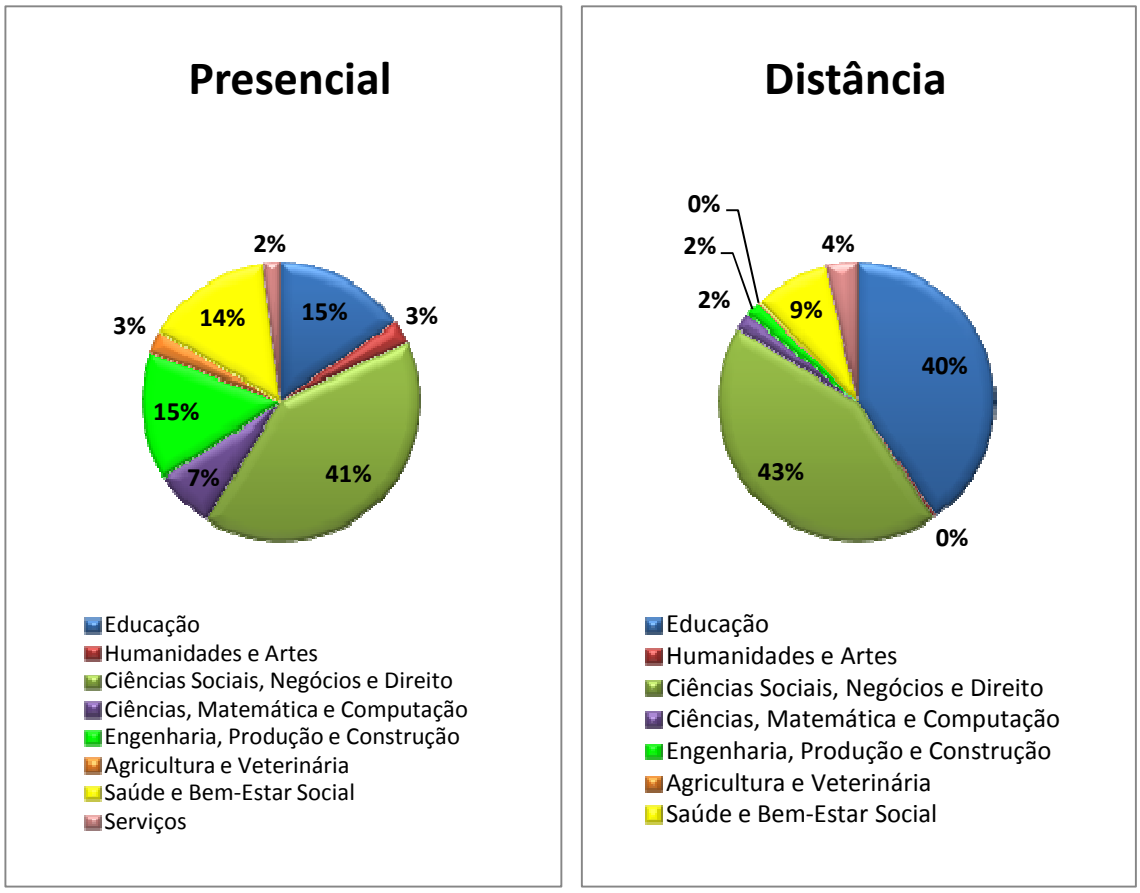
Fonte: INEP 2013

O cenário acima apresentado demonstra que Ciências Sociais, Negócios e Direito e Educação são as áreas que possuem maior número de cursos tanto no ensino presencial quanto na educação a distância. Focando na EAD, as duas áreas juntas representam 86% dos cursos, sendo Educação a área de conhecimento de quase metade dos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância.

Observado o número de matrículas e conclusões é possível notar a importância das mesmas áreas. Conforme Figura II 19, na educação presencial a área Ciências Sociais, Negócios e Direito representa 44% das matrículas, seguida por Educação, Engenharia, Produção e Construção e Saúde e Bem-Estar Social, com aproximadamente 15% cada. Já na

educação a distância, Ciências Sociais, Negócios e Direito mantém a primeira posição e Educação ocupa sozinha o segundo lugar no número de matrículas com 40%.

FIGURA II 19
Percentual de matrículas por área do conhecimento – presencial e a distância



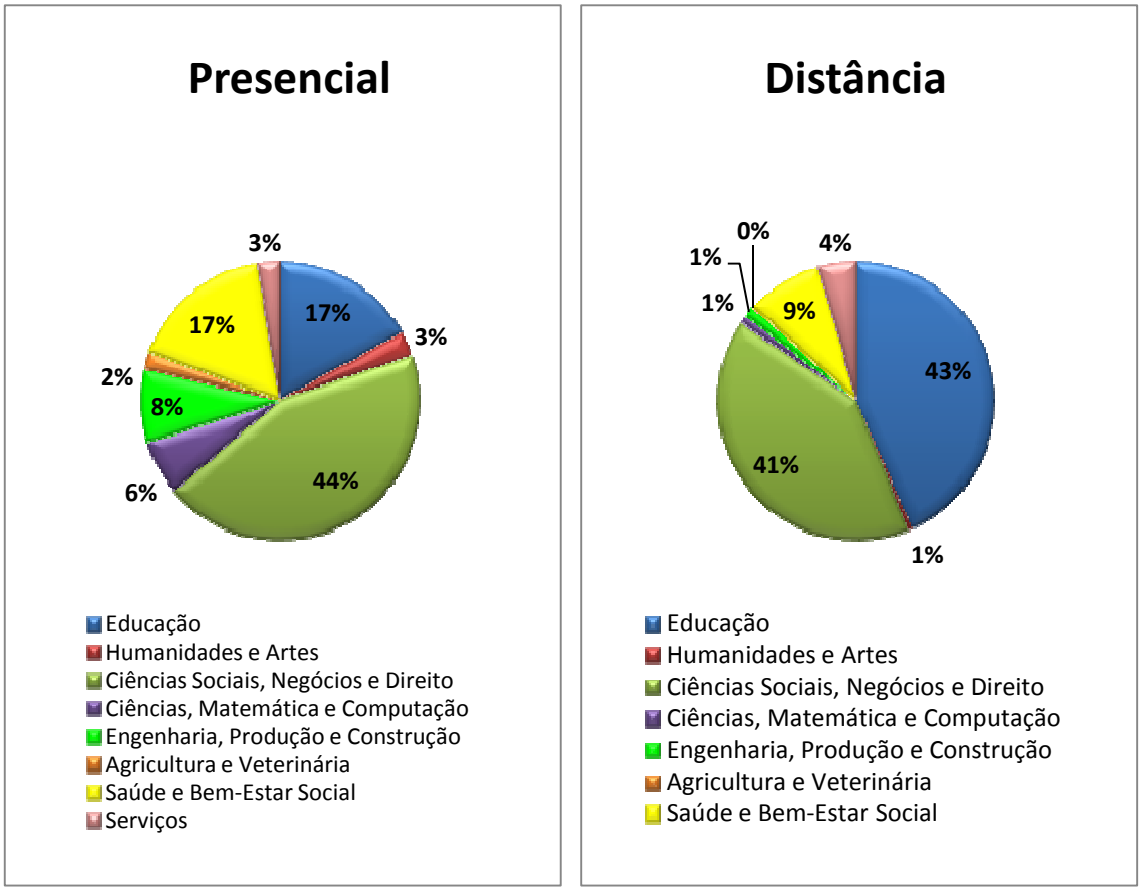
Fonte: INEP, 2013

A partir desse comparativo, nota-se na distribuição de matrículas nas graduações a distância que os cursos de Engenharia, Produção e Construção e em Ciências, Matemática e Computação não possuem muita representatividade como acontece no presencial, em que somam 22%. Na EAD essas duas áreas representam apenas 2% cada, enquanto 83% das matrículas são realizadas em apenas duas áreas, sendo aproximadamente 450 mil em Educação e 480 mil em Ciências Sociais, Negócios e Direito. É importante destacar, porém, que comparando com os anos de 2010 e 2011, a área de Engenharia, Produção e Construção está em constante crescimento sendo de 35% em 2011 e 26% em 2012, em referência ao ano anterior, sendo essa a área que teve maior crescimento percentual nos últimos dois anos.

Observando o número de conclusões, é possível notar que o cenário é muito parecido no comparativo presencial e a distância. Enquanto na graduação presencial a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito representa 44% do número de concluintes e Educação e Saúde e Bem-Estar Social, 17 % cada, na educação a distância, a área de Educação é a principal com

43%, ficando Ciências Sociais, Negócios e Direito com 41% do número de concluintes, conforme é possível observar na Figura II 20.

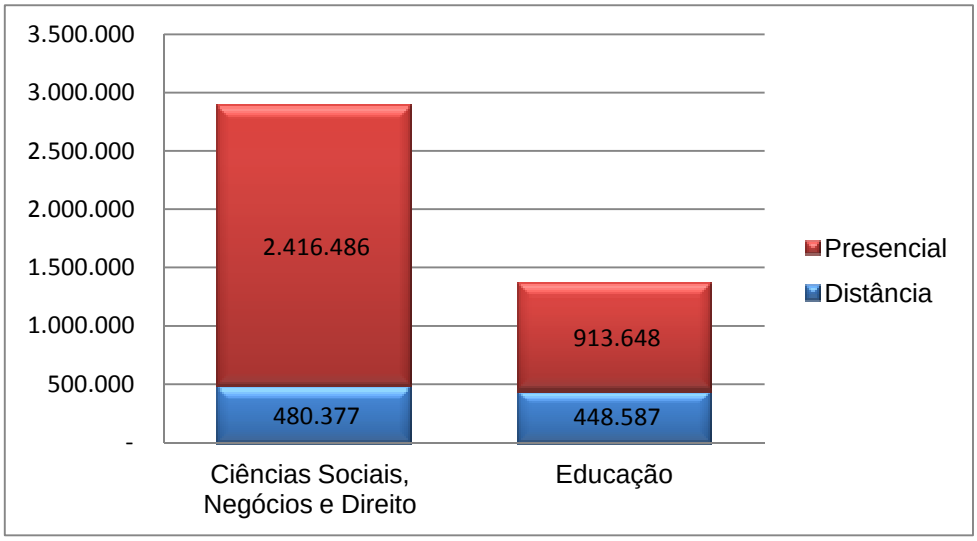
FIGURA II 20
Percentual de conclusões por área do conhecimento – presencial e a distância



Fonte: INEP 2013

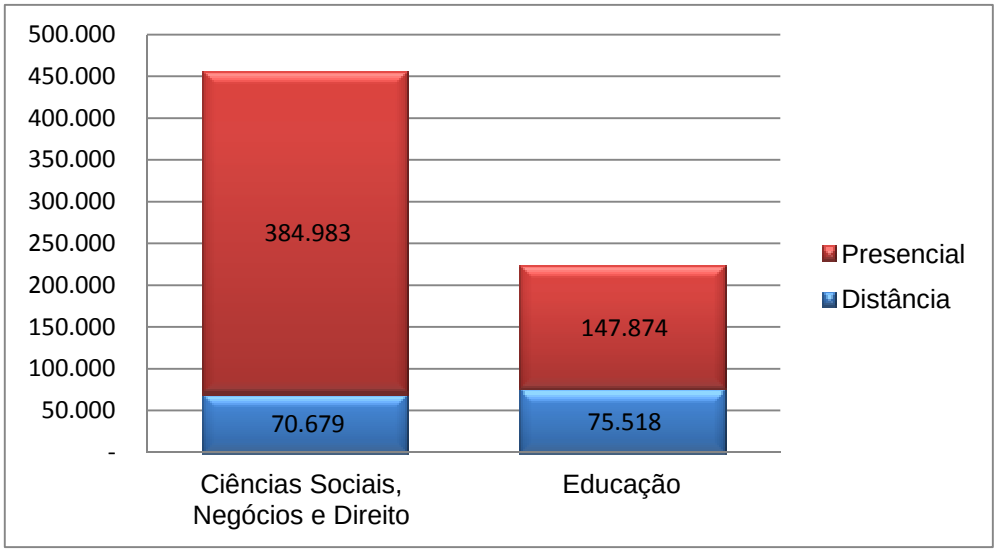
Assim, nota-se que em número de cursos, de matrículas e conclusões, as áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito e Educação são as principais na graduação, tanto em cursos presenciais quanto a distância. No entanto, realizando um comparativo entre as modalidades (presencial e a distância) nessas duas áreas podemos notar que, embora a área Ciências Sociais, Negócios e Direito tenha grande representatividade nos cursos de graduação a distância, em relação ao presencial, o número de matrículas representa apenas 17% e de conclusões, 16% do total. Já na área de Educação, a distribuição entre as matrículas e conclusões nas duas modalidades é mais próxima, sendo nos cursos de graduação a distância 33% das matrículas 34% das conclusões conforme é possível observar nas Figuras II 21 e II 22.

FIGURA II 21
Matrículas em cursos de graduação em 2012



Fonte: INEP, 2013

FIGURA II 22
Conclusões em cursos de graduação em 2012



Fonte: INEP, 2013

Desta forma, estando na modalidade a distância aproximadamente um terço das matrículas e conclusões das graduações na área de Educação, pode-se afirmar que a EAD é o meio de formação de uma importante parcela dos profissionais da Educação formados atualmente.

De acordo com o INEP (2013), os cursos que estão na área de Educação são os cursos de Ciências da Educação, Formação de professor da educação básica, Formação de professor de disciplinas profissionais e Formação de Professor de matérias específicas, conforme apresenta a Tabela II.2.

TABELA II 2
Área de Educação segundo INEP

Área	Matrículas	Conclusões
Ciências da educação	66%	73%
Pedagogia		
Formação de professor da educação básica	0%	0%
Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental		
Formação de professor de disciplinas profissionais	5%	4%
Formação de professor de artes (educação artística)		
Formação de professor de artes plásticas		
Formação de professor de artes visuais		
Formação de professor de computação (informática)		
Formação de professor de disciplinas do setor primário (agricultura, pecuária, etc.)		
Formação de professor de educação física		
Formação de professor de enfermagem		
Formação de professor de música		
Formação de professor de teatro (artes cênicas)		
Licenciatura para a educação profissional e tecnológica		
Formação de professor de matérias específicas	29%	22%
Formação de professor de biologia		
Formação de professor de ciências		
Formação de professor de educação religiosa		
Formação de professor de filosofia		
Formação de professor de física		
Formação de professor de geografia		
Formação de professor de história		
Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna		
Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)		
Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna		
Formação de professor de matemática		
Formação de professor de química		
Formação de professor de sociologia		

Fonte: INEP, 2013

Segundo dados do INEP (2013) as licenciaturas, que formam os professores para atuar no ensino fundamental com disciplinas como Português, Matemática e Ciências, tiveram no ano de 2012 quase 30% das matrículas da área de Educação. Pedagogia possui o maior número de matrículas (66%) e conclusões (73%) dentre os cursos na área de Educação no ano de 2012, sendo o principal curso de graduação da área.

II.5 A graduação em Pedagogia a distância

A razão para os números acima apresentados pode estar na meta de formar os professores que já estão em atividade porém não possuem nível superior, bem como limitar como mínima a formação em nível superior para os novos professores. Parte dos professores que trabalham nas escolas não possuem formação específica para docência. Em algumas

regiões, não havendo licenciados em determinadas áreas, a escola permite que outros profissionais assumam o papel de professor em sala de aula. Em determinados casos esses possuem a formação em nível superior, porém sem formação docente. São engenheiros, farmacêuticos, advogados atuando com disciplinas como matemática, química e história. A escola deve oferecer o currículo mínimo, porém sem professores para assumir as disciplinas, permite que pessoas que conhecem de alguma forma o conteúdo acompanhem os alunos. A preocupação está em oferecer ao aluno a oportunidade de conhecer o conteúdo, porém sem poder prezar pelos conhecimentos nas áreas da docência, como a didática. Conhecer o conteúdo a ser ministrado não é suficiente para o professor.

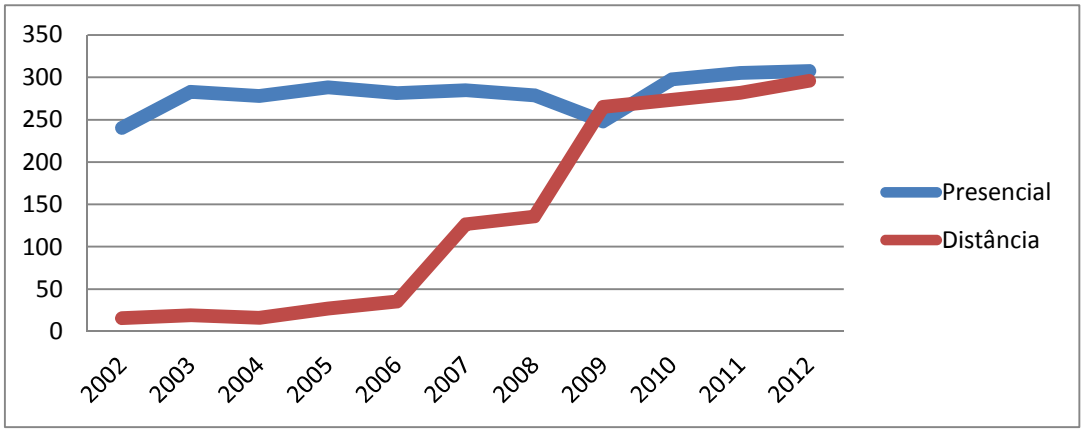
A partir dessa preocupação, a LDB trouxe em seu texto a orientação para que os professores possuíssem formação em nível superior para atuar na educação básica.

> "*Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal"*
> *(...)*
> *"Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.*
> *§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço"* (BRASIL, 1996)

O oferecimento de licenciaturas na modalidade a distância foi incentivada também na política pública de formação de professores no ensino superior, apresentada no Plano Nacional de Educação que colocava algumas metas para Educação a distância e tecnologias educacionais como "Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica" (BRASIL, 2001).

A partir de então é constante o crescimento de cursos de graduação em Pedagogia. O número de matrículas nos cursos de Pedagogia cresceu cerca de 136% no período entre 2002 e 2012 (INEP, 2013). Esses números podem ser ainda divididos por modalidade (presencial e a distância), demonstrando o crescimento em ambas, porém com grande destaque na graduação a distância. Considerando os cursos presenciais, o crescimento foi de 28%, no entanto, o curso de graduação em Pedagogia a distância teve crescimento de 1800%, ou seja, no ano de 2012 o número de matrículas foi 18 vezes maior que no ano de 2002. O crescimento no número de matrículas dos cursos de graduação em Pedagogia (presencial e a distância) pode ser observado na Figura II 23.

FIGURA II 23
Matrículas na graduação em Pedagogia de 2002 a 2012

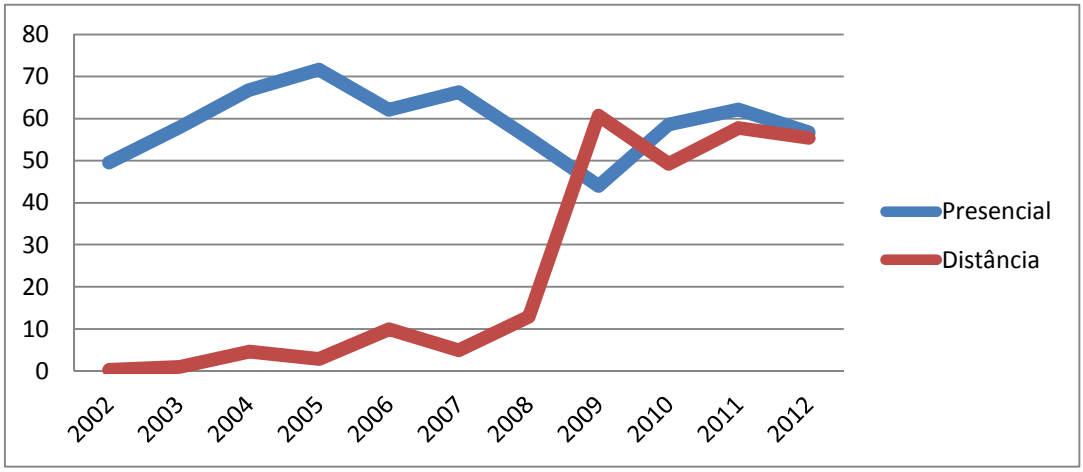


Fonte: INEP, 2013

A partir da figura acima, é possível notar que a partir do ano de 2009, o total de matrículas das duas modalidades está muito próximo. Em 2012 ambos atingiram aproximadamente 300 mil matrículas. Visualizando o gráfico de crescimento, verifica-se que a tendência é que a educação a distância seja o principal meio de formação dos pedagogos nos próximos anos.

Em relação às conclusões é possível notar que o crescimento na modalidade a distância a partir de 2009 chegando a 2012 com número muito próximo ao presencial, conforme demonstra a Figura II 24.

FIGURA II 24
Conclusões na graduação em Pedagogia de 2002 a 2012



Fonte: INEP, 2013

Sendo assim, é conclui-se que metade dos pedagogos que se formaram em Pedagogia, no ano de 2012, realizou o curso de graduação a distância e quase metade dos que se matricularam no curso no mesmo ano o fizeram também na graduação a distância. Isto é, metade dos Pedagogos é formada atualmente no Brasil em cursos de graduação a distância.

Deste modo, considerando a importância da educação a distância na formação de professores e a significativa parcela de pedagogos que estão sendo formados pela EAD, o próximo capítulo apresentará um estudo realizado com os cursos de graduação em pedagogia na modalidade a distância para investigar se os pedagogos formados por esses cursos são preparados para atuar com a EAD.

III - O estudo sobre os cursos de graduação em Pedagogia

Pedagogia, também denominada de Ciência da Educação, é conceituada por LIBÂNEO (2007) como a área de conhecimento que "se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana" (p.30). Para ele como o ser humano está em constante processo educativo, seja na escola, no bairro, na igreja, na família, nos clubes e em outros ambientes que frequente, para melhor definir a Pedagogia afirma que "a Pedagogia ocupa-se da educação intencional' (p.33).

A formação do Pedagogo segue as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), que afirma que

> *"Art. 4º. O curso destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos"* (BRASIL, 2006).

O pedagogo é o profissional da Educação e deve ser preparado para ajudar no processo de desenvolvimento do ser humano. Assim, sua formação deve atender à amplitude da atuação deste profissional, que pode trabalhar com crianças, jovens e adultos em contexto escolar ou em qualquer campo em que realize atividades pedagógicas. Além das mais diversas posições dentro de um ambiente escolar, é possível encontrar pedagogos em outras instituições como em hospitais, atuando com educação hospitalar, em movimentos sociais ajudando em programas de saúde ou em empresas, em atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoas.

As DCN afirmam no artigo 5º que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto, dentre outros, a:

> *"IV – trabalhar em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.*
> *(...)*
> *VII – relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas"* (BRASIL, 2006).

Esses pontos reafirmam o objetivo de formar o profissional para trabalhar com sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento, em diversas idades e em modalidades diferentes como educação especial e educação profissional, por exemplo. Aponta também a necessidade de formar o pedagogo para trabalhar com as tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o currículo do curso de graduação em Pedagogia deve possibilitar a discussão,

experimentação, reflexão sobre os principais e atuais temas da educação, como por exemplo, a educação a distância.

O Censo da Educação Superior, que apresenta o cenário do ensino superior no Brasil, revela há alguns anos o crescimento no número de cursos e matrículas na modalidade a distância. Os dados divulgados referentes ao ano de 2012 (INEP, 2013) revelaram que aproximadamente metade dos pedagogos é formada pela educação a distância. Esse dado demonstra que ao menos metade dos pedagogos está conhecendo a educação a distância enquanto participa do seu próprio processo de formação. Embora a posição de aluno seja importante para vivenciar a EAD cabe-se questionar se a reflexão crítica sobre o papel, potencialidades e fraquezas dessa modalidade, bem como o saber fazer nesse novo cenário está sendo desenvolvido nos profissionais da educação. Os pedagogos que se formam pela EAD estão sendo formados para a EAD?

A educação a distância possui diversas especificidades que fazem da simples adaptação dos conhecimentos sobre a educação presencial para utilização na EAD, uma necessidade a ser superada. As ferramentas utilizadas na EAD (*wikis,* conferências, jogos virtuais), as diferentes possibilidades de avaliação do aluno, o material didático em outra linguagem, a relação entre professor-aluno e aluno-aluno, o tempo de dedicação ao estudo, dentre outras, são características que devem ser observadas pelo Pedagogo no momento em que for atuar na EAD, seja para planejar, implementar ou coordenar um curso a distância, produzir material, elaborar avaliações ou atuar em sala de aula com os alunos.

Considerando o crescimento e valorização da educação a distância nos últimos anos, a necessidade de formar pedagogos para atuar com as diferentes modalidades e níveis de ensino e a significativa parcela de pedagogos formados pela EAD, é válido investigar se os pedagogos estão sendo formados para atuar com a educação a distância.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou a formação dos pedagogos graduados na modalidade a distância para atuar com a EAD. A análise das matrizes curriculares dos cursos de graduação a distância em Pedagogia revela se as graduações que formam pela educação a distância formam esse profissional para a educação a distância.

III.1 Metodologia

Para investigar como os pedagogos estão sendo preparados para atuar com a EAD realizou-se uma pesquisa que analisou a matriz curricular dos cursos de graduação em Pedagogia à procura de disciplinas que abordasse especificamente a educação a distância.

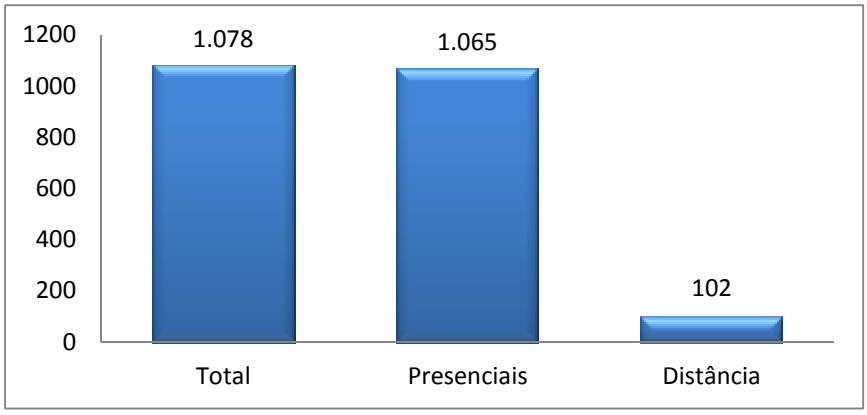
A pesquisa envolveu, inicialmente, todas as IES que oferecem o curso de graduação em Pedagogia, que de acordo com o INEP (2013) são, atualmente, 1834 cursos de graduação em Pedagogia, sendo 1724 presenciais e 110 a distância.

A listagem das instituições que possuem cursos de graduação em Pedagogia em atividade foi obtida pelo portal e-MEC (emec.mec.gov.br), do Ministério da Educação. Esse portal apresenta um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil e oferece informações sobre todos os cursos regulamentados pelo MEC. Nesse espaço é possível fazer buscas pelo nome da Instituição de Ensino Superior ou pelo curso, filtrando por modalidade (presencial ou a distância), pela Unidade Federativa, pelo grau (bacharelado, licenciatura, tecnólogo ou sequencial), pelo índice de avaliação e pela situação (em atividade ou em extinção, por exemplo).

Uma primeira busca pelo curso de graduação em Pedagogia, utilizando apenas o filtro “em atividade” revelou a existência de 1078 IES que oferecem cursos de graduação em Pedagogia. A pesquisa seguinte foi feita em duas etapas de forma a observar o cenário nacional de instituições que oferecem cursos em uma e/ou outra modalidade. No primeiro momento buscou-se pelo curso Pedagogia, filtrando pela modalidade presencial e pela situação “em atividade”. No segundo momento buscou-se pelo curso Pedagogia, filtrando pela modalidade a distância e pela situação “em atividade”. Não utilizando os filtros de localidade foi possível encontrar todas as instituições em território nacional que possuem em atividade o curso de graduação em Pedagogia. Nesse novo levantamento, observou-se que 1065 IES oferecem cursos de graduação em Pedagogia na modalidade presencial e 102 IES oferecem curso de graduação em Pedagogia na modalidade a distância.

Dessa forma, o primeiro cenário encontrado revela a grande quantidade de Instituições de Ensino Superior no Brasil que possuem cursos de graduação em Pedagogia e seu oferecimento nas modalidades presenciais e a distância, conforme Figura III 1:

FIGURA III 1
Número de IES que oferecem cursos de Graduação em Pedagogia



Fonte: e-mec.mec.gov.br

Embora o número de instituições que oferecem curso de graduação presencial seja muito maior que a distância, os dados do INEP (2013) apresentados no capítulo anterior revelaram que atualmente metade das matrículas nos cursos de graduação em Pedagogia está na modalidade a distância. Por isso, a investigação sobre a formação desses profissionais é bastante significativa, pois muitos pedagogos estão sendo formados pela EAD. Mas estão eles sendo formados **para** a EAD?

A busca pelas IES que possuem cursos de graduação em Pedagogia na modalidade a distância em atividade resultou em 102 instituições, consideradas como amostra 1, apresentadas na Tabela III 1:

TABELA III 1
IES que oferecem graduação a distância em Pedagogia

Avm - Faculdade Integrada	Universidade do Estado Do Rio De Janeiro
Centro Universitário Claretiano	Universidade do Sul De Santa Catarina
Centro Universitário da Grande Dourados	Universidade do Tocantins
Centro Universitário de Araras - "Dr. Edmundo Ulson"	Universidade do Vale Do Itajaí
Centro Universitário de Maringá	Universidade do Vale Do Rio Dos Sinos
Centro Universitário de Rio Preto	Universidade Estácio de Sá
Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	Universidade Estadual de Maringá
Centro Universitário do Sul de Minas	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Centro Universitário Herminio Ometto	Universidade Estadual de Montes Claros
Centro Universitário Internacional	Universidade Estadual de Ponta Grossa
Centro Universitário Leonardo da Vinci	Universidade Estadual de Santa Cruz
Centro Universitário Newton Paiva	Universidade Estadual do Ceará
Centro Universitário Senac	Universidade Estadual do Centro Oeste
Centro Universitário Tupy	Universidade Estadual do Maranhão
Centro Universitário Uniseb	Universidade Estadual do Piauí
Escola Superior Aberta do Brasil	Universidade Federal da Paraíba
Faculdade Cenecista de Osório	Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro	Universidade Federal de Alfenas
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava	Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Tecnologia e Ciências	Universidade Federal de Lavras
Faculdade do Maranhão	Universidade Federal de Mato Grosso
Faculdade do Noroeste de Minas	Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul
Faculdade Educacional da Lapa	Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	Universidade Federal de Ouro Preto
Faculdade Internacional Signorelli	Universidade Federal de Pelotas
Faculdade Roraimense de Ensino Superior	Universidade Federal de Santa Maria
Faculdades Opet	Universidade Federal de São Carlos
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Universidade Federal de São João Del Rei
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Universidade Federal de Uberlândia
Fundação Universidade Federal de Rondônia	Universidade Federal do Ceará

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Universidade Federal do Espírito Santo
Instituto Superior de Educação do Paraná	Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro
Universidade Anhanguera	Universidade Federal do Maranhão
Universidade Anhembi Morumbi	Universidade Federal do Paraná
Universidade Braz Cubas	Universidade Federal do Piauí
Universidade Camilo Castelo Branco	Universidade Federal do Rio Grande
Universidade Castelo Branco	Universidade Federal do Rio Grande Do Norte
Universidade Católica de Brasília	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
Universidade Cidade de São Paulo	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Universidade Cruzeiro do Sul	Universidade Fumec
Universidade de Brasília	Universidade Luterana do Brasil
Universidade de Caxias do Sul	Universidade Metodista de São Paulo
Universidade de Franca	Universidade Metropolitana de Santos
Universidade de Pernambuco	Universidade Norte do Paraná
Universidade de Ribeirão Preto	Universidade Nove de Julho
Universidade de Santo Amaro	Universidade Paulista
Universidade de Taubaté	Universidade Potiguar
Universidade de Uberaba	Universidade Salgado de Oliveira
Universidade do Ceuma	Universidade Salvador
Universidade do Contestado	Universidade Tiradentes
Universidade do Estado Da Bahia	Universidade Vale do Rio Verde

Fonte: e-mec.mec.gov.br

Identificadas as IES que oferecem cursos de graduação a distância em Pedagogia, a próxima etapa foi buscar a matriz curricular do curso de graduação em Pedagogia de cada IES acima apresentada. A LDB destaca que a IES deve informar aos interessados no curso de graduação informações sobre o currículo do curso, conforme aponta o artigo abaixo:

> *"Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.*
> *§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os* ***programas dos cursos e demais componentes curriculares****, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições"* (BRASIL, 1996).

Além disso, de acordo com a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, em seu artigo 32, não diferenciando cursos presenciais ou a distância, afirma que, o portal da instituição deve conter, dentre outras informações, o projeto pedagógico e componentes curriculares do curso.

> *"Art. 32. Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.*

> *§ 1º A instituição deverá afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:*
> *I. ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;*
> *II. dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;III. relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;*
> *V. resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação, quando houver;*
> *IV. **matriz curricular do curso**;*
> *VI. valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas dematrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional*
> *§ 2º **A instituição manterá em página eletrônica própria**, e também na biblioteca, para consulta dos alunos ou interessados, **registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no § 1º**, além dos seguintes elementos:*
> *I. **projeto pedagógico do curso e componentes curriculares**, sua duração, requisitos e critérios de avaliação*
> *II. conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;*
> *III. descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;*
> *IV. descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação"* (BRASIL, 2007).

Sendo assim, trabalhou-se com a hipótese de que o portal oferece as informações importantes ao aluno como, por exemplo, a estrutura do curso, na qual está disponível a lista de disciplinas que compõem o curso. Por isso, a escolha de utilizar o portal de cada instituição de ensino como fonte de informações para o estudo.

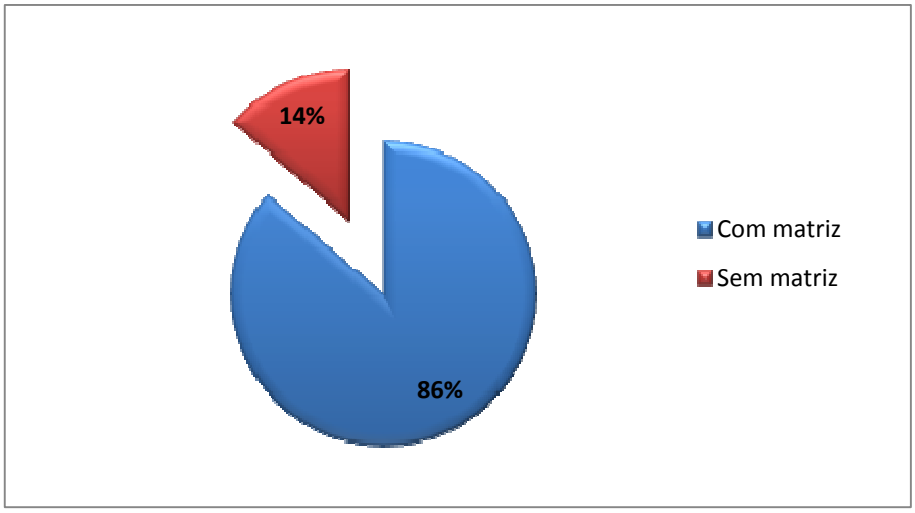
A análise da matriz curricular como metodologia se deve à hipótese de que o currículo do curso apresenta a trilha que o aluno deve seguir para se formar profissional, o que ele deve aprender para se tornar o profissional que a instituição planejou ou como afirma SILVA (2010), "um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão "seguir" aquele currículo" (p.15).

O caminho que o aluno percorre é determinado por cada instituição de ensino e as escolhas das disciplinas que compõem o currículo são feitas a partir de uma seleção do que deve ou não ser ensinado, a partir do que se pretende que os alunos aprendam. Para SILVA (2010) a definição de "o quê?" está sempre associada a outras perguntas como "o que eles devem ser?" ou "o que eles devem se tornar". Assim, partindo do que se espera do pedagogo como profissional, o que ele deve saber para atuar na sociedade, deve ser apresentado na matriz curricular do curso.

Dessa forma, acessou-se o portal da internet de todas as instituições que oferecem curso de graduação em Pedagogia na modalidade a distância que estão em atividade em

busca da matriz curricular do curso. Das 102 IES da amostra 1 em 14 IES não foi identificada matriz curricular no portal, conforme apresenta a Figura III 2

Figura III 2
Disponibilização da matriz curricular nos portais das IES da amostra 1



A não disponibilização das matrizes curriculares nos portais de internet de todas as instituições da amostra 1 reduziu o número de IES investigadas, tendo em vista que não havendo matrizes curriculares não há informações disponíveis para análise. Sendo assim, somente 88 passaram a compor a amostra 2, conforme apresentada na Tabela III 2

TABELA III 2
IES que oferecem graduação a distância em Pedagogia

Centro Universitário Claretiano	Universidade do Estado da Bahia
Centro Universitário da Grande Dourados	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Universitário de Araras - "Dr. Edmundo Ulson"	Universidade do Sul de Santa Catarina
Centro Universitário de Maringá	Universidade do Tocantins
Centro Universitário de Rio Preto	Universidade do Vale do Itajaí
Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Centro Universitário do Sul de Minas	Universidade Estácio de Sá
Centro Universitário Herminio Ometto	Universidade Estadual de Maringá
Centro Universitário Internacional	Universidade Estadual de Montes Claros
Centro Universitário Leonardo da Vinci	Universidade Estadual de Ponta Grossa
Centro Universitário Newton Paiva	Universidade Estadual de Santa Cruz
Centro Universitário Senac	Universidade Estadual do Ceará
Centro Universitário Tupy	Universidade Estadual do Centro Oeste
Centro Universitário Uniseb	Universidade Estadual do Maranhão
Escola Superior Aberta do Brasil	Universidade Federal da Paraíba
Faculdade Cenecista de Osório	Universidade Federal de Alfenas
Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro	Universidade Federal de Juiz de Fora

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava	Universidade Federal de Lavras
Faculdade de Tecnologia e Ciências	Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade do Maranhão	Universidade Federal de Ouro Preto
Faculdade do Noroeste de Minas	Universidade Federal de Pelotas
Faculdade Educacional da Lapa	Universidade Federal de Santa Maria
Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	Universidade Federal de São Carlos
Faculdade Roraimense de Ensino Superior	Universidade Federal de São João Del Rei
Faculdades Opet	Universidade Federal de Uberlândia
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Universidade Federal do Ceará
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Universidade Federal do Espírito Santo
Fundação Universidade Federal de Rondônia	Universidade Federal do Maranhão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Universidade Federal do Paraná
Instituto Superior de Educação do Paraná	Universidade Federal do Piauí
Universidade Anhembi Morumbi	Universidade Federal do Rio Grande
Universidade Braz Cubas	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Castelo Branco	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Católica de Brasília	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Universidade Cidade de São Paulo	Universidade Fumec
Universidade Cruzeiro do Sul	Universidade Luterana do Brasil
Universidade de Brasília	Universidade Metodista de São Paulo
Universidade de Caxias do Sul	Universidade Metropolitana de Santos
Universidade de Franca	Universidade Norte do Paraná
Universidade de Pernambuco	Universidade Paulista
Universidade de Ribeirão Preto	Universidade Salgado de Oliveira
Universidade de Taubaté	Universidade Salvador
Universidade de Uberaba	Universidade Tiradentes
Universidade do Contestado	Universidade Vale do Rio Verde

Identificadas as matrizes curriculares de cada IES, buscou-se na listagem de disciplinas, uma que em seu título houvesse menção à educação a distância. Não foram consideradas disciplinas que tratassem de Tecnologia, pois em breve avaliação das ementas de algumas dessas disciplinas, observou-se que o propósito das mesmas era o preparo do pedagogo para a utilização das diferentes tecnologias como apoio à educação da sala de aula presencial, conforme exemplo abaixo:

> *TECNOLOGIAS INTERATIVAS*
> *As novas tecnologias da informação e da comunicação em educação no seu contexto histórico. A prática interdisciplinar e as novas tecnologias da informação. Reflexões sobre Interatividade, Interação e hipertextualidade na Educação. Políticas e Programas governamentais de informatização. As influências globalizantes nos programas e nas políticas de informatização. Democratização, inclusão e exclusão digital*

(Sociedade da Informação). Tecnologias interativas na sala de aula. (*FFCL*)[18]

Como a pesquisa busca informações sobre o preparo do pedagogo para atuar com EAD e disciplinas com nomes relacionados de forma genérica à tecnologia não focam a modalidade, mas a utilização de tecnologia na sala de aula presencial, apenas disciplinas que possuíssem em seu nome as expressões "educação a distância", "ensino a distância", "EAD" ou que fizessem referência à modalidade foram consideradas.

Localizada a existência da disciplina na matriz curricular, registrou-se seu nome na Tabela III 3 apresentada em Análise dos resultados. Em alguns portais era possível identificar o oferecimento de disciplinas por período da graduação, em outros somente uma listagem em ordem alfabética das disciplinas existentes no curso. Identificar o período de oferecimento das disciplinas enriquece a investigação, pois permite avaliar se, no momento em que a disciplina é oferecida, o aluno está aprendendo o conteúdo como aluno ou se já tem conhecimentos suficientes para refletir sobre aquele conteúdo com um olhar pedagógico, analisando de forma crítica, inclusive, a sua formação. No caso das instituições que disponibilizaram a lista de disciplinas ordenadas por período do curso, analisou-se o momento da formação na graduação em que a mesma foi oferecida.

No portal da instituição, investigou-se, também, a existência de um ementário, isto é, um resumo dos temas que cada disciplina pretende abordar. Identificado o mesmo, analisou-se o conteúdo programado para a disciplina relacionada à educação a distância com a finalidade de verificar se a disciplina pretende fazer o aluno conhecer e refletir sobre as especificidades da modalidade a distância. Poucos portais apresentaram a ementa da disciplina, o que dificultou a análise dos dados, pois não foi possível fazer uma comparação dos objetivos das de diferentes instituições.

A partir desses resultados, analisou-se o cenário atual na preparação do pedagogo formado pela graduação em Pedagogia na modalidade a distância para atuar com EAD.

III.2 Análise dos resultados

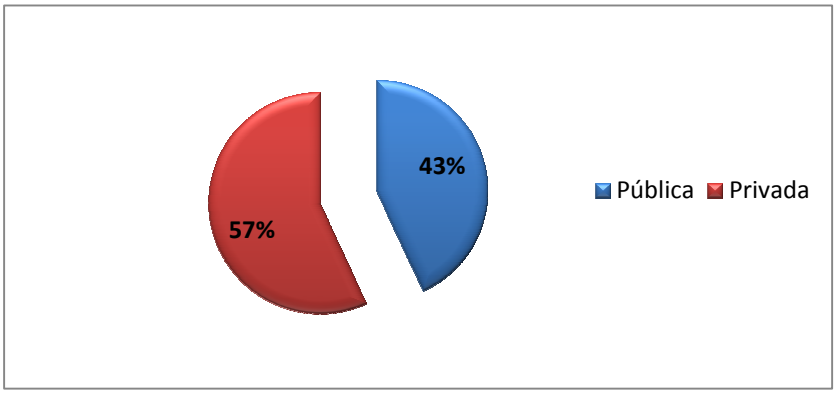
Os primeiros resultados dessa investigação foram obtidos no primeiro semestre de 2013. No momento, foram identificadas 86 IES que ofereciam curso de graduação a distância em Pedagogia. Desde então, o mesmo levantamento foi feito em diferentes momentos identificando 100 IES, em janeiro de 2014 e 101 IES, em fevereiro de 2014. No último levantamento, realizado em abril de 2014 e considerado nessa pesquisa, identificou-se 102

[18] Disponível em http://www.nead.feituverava.com.br/arquivos/PPC_PedagogiaEAD.pdf . Acesso em 02 de março de 2014

IES. Essa variação demonstra que o número de cursos de graduação a distância em Pedagogia cresceu rapidamente nos últimos meses.

Observando a natureza jurídica das instituições identificadas a maioria, ou seja, 58 são privadas enquanto 44 são públicas, conforme pode ser observado na Figura III 3.

FIGURA III 3
Natureza jurídica das IES que oferecem Pedagogia a distância



Acessando o portal de cada instituição de ensino, buscou-se pelo projeto político pedagógico ou pela estrutura do curso com a finalidade de encontrar a matriz curricular do curso. De acordo com o artigo 47 da LDB e a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, essas informações devem ser disponibilizadas pelas instituições de ensino superior. A busca feita no portal partiu, então, da hipótese de que o portal da instituição seria o local visitado pelo aluno quando desejasse buscar informações sobre o objetivo do curso, sua estrutura, critérios de avaliação, informações sobre polos e investimento financeiro.

Assim, havia a expectativa de que fosse encontrada nos portais a matriz curricular de cada curso. Porém, a navegação em muitos portais foi de difícil compreensão e a ausência de um padrão permite que informações não sejam localizadas. Algumas instituições oferecem em um menu lateral do portal as principais informações como estrutura do curso, o projeto pedagógico, documentos de autorização do curso, informações sobre coordenadores de curso, entre outros. Porém, outros portais não possuem essas informações, destacando apenas o período de inscrição em exames para ingresso no curso, contatos para informações e valores das mensalidades. Em alguns portais, após acessar diferentes *links* foi possível localizar a informação desejada – a matriz curricular – porém, em outros a navegação não permitiu identificá-la.

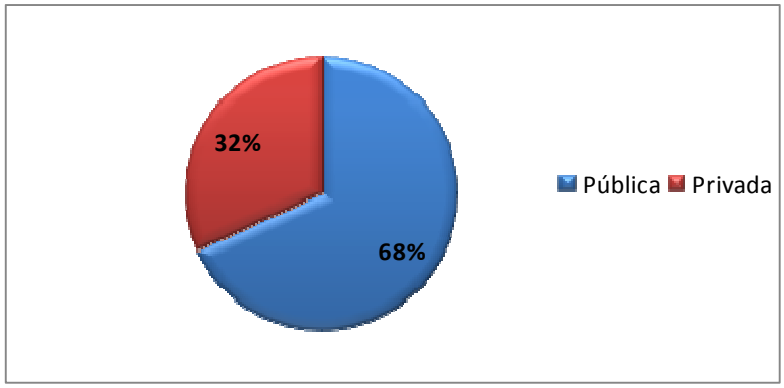
Das 102 IES que, segundo o portal do MEC, possuem em atividade o curso de graduação Pedagogia na modalidade a distância em apenas 88 IES as matrizes curriculares foram localizadas nos portais. Não é possível afirmar, no entanto, que as instituições não disponibilizam a matriz, mas pode-se concluir que a partir da LDB e da Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, as informações devem constar nos portais da instituição e

nesta investigação, não foram localizadas nos mesmos. Sendo assim, o objetivo final – permitir ao interessado acesso a essas informações – não foi atendido.

Como não foi possível localizar matriz curricular em todas as 102 instituições, considerou-se nessa pesquisa apenas as 88 IES (38 públicas e 50 privadas). As matrizes curriculares encontradas não possuem um padrão. Em algumas, as disciplinas estavam organizadas por períodos ou semestres, outras, por áreas do conhecimento, e outras ainda apresentaram apenas uma lista de disciplinas em ordem alfabética. Em todos os casos, buscou-se disciplinas cujo nome estivesse relacionados à educação a distância. A pesquisa considerou as disciplinas com o termo educação a distância, ensino a distância, educação aberta e flexível, modalidades de ensino, EAD ou qualquer outro termo que se relacionasse com educação a distância.

Analisadas as matrizes curriculares das 88 IES, em apenas 44 IES identificou-se alguma disciplina cujo nome se relacionasse com a educação a distância, isto é, apenas metade das matrizes curriculares localizadas possuem disciplinas que seu título se relaciona à EAD. É interessante notar que dessas, apenas 14 são instituições privadas enquanto 30 são públicas, conforme demonstra a Figura III 4

FIGURA III4
Natureza jurídica das IES que possuem disciplinas sobre EAD



Foram encontradas o total de 51 disciplinas, sendo apenas 3 IES as que oferecem mais que uma disciplina sobre o tema. Em duas instituições foram identificadas duas disciplinas e em outra, seis disciplinas. As disciplinas identificadas nas matrizes em sua maioria possuem nomenclatura: “educação a distância”, “fundamentos da educação a distância” e “introdução à educação a distância”. A pesquisa resultou em um total de 25 nomes de disciplinas, conforme apresentadas na Tabela III 3.

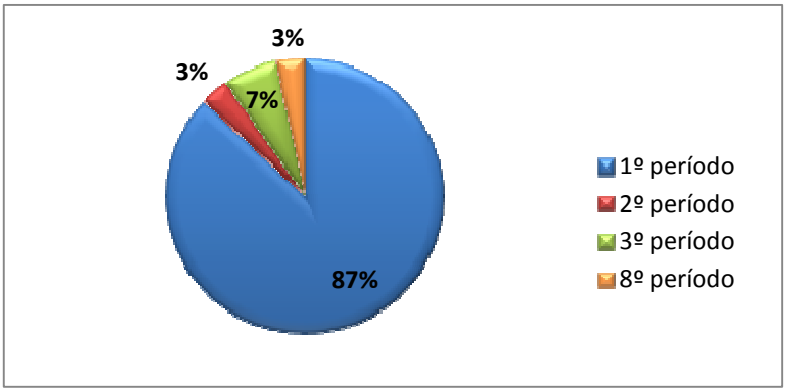
TABELA III 3
Disciplinas identificadas nas matrizes curriculares

Concepções e Métodos de Estudos em EaD
Didática na educação a distância
EAD - Noções Básicas
Educação a Distância
Educação a Distância I
Educação a Distância II
Educação à distância: instrumentos e tecnologias
Educação a Distância: metodologia de estudo
Educação Aberta e a Distância
Educação online: reflexões e práticas
Fundamentos da Educação a Distância
Gestão na Educação a Distância
Instrumentalização para EAD
Introdução a EAD
Introdução à Educação a Distância
Introdução aos estudos a distância
Introdução aos estudos na educação a distância
Metodologia da Educação à distância I
Metodologia da Educação à distância II
Metodologia de Educação à distância
Orientação para Educação a Distância
Produção de material didático para a educação a distância
Tecnologia da informação e da Comunicação em EAD
Tecnologia e Educação a Distância
Tecnologias Educacionais e EAD

Encontrada a disciplina, não está resolvida a questão. A existência de uma disciplina que possua no título termos que se relacionem à educação a distância não é suficiente para afirmar que o curso possibilita ao formando refletir e construir consciência crítica sobre a EAD bem como prepará-lo para atuar na EAD como pedagogo. É preciso verificar em que momento do curso essa disciplina é oferecida.

Infelizmente, no momento de apresentação das matrizes curriculares, como comentado anteriormente, algumas instituições não informaram o período/semestre em que a disciplina é oferecida. Isso aconteceu em 20 das 51 disciplinas encontradas, isso é em 40% das disciplinas não foi possível identificar o período da mesma. As 31 disciplinas restantes são apresentadas da seguinte forma: 27 no primeiro período, uma no segundo, duas no terceiro e uma no oitavo período. Assim, a grande maioria das disciplinas encontradas (87%) é oferecida no primeiro período do curso, conforme demonstra a Figura III 5.

FIGURA III 5
Período das disciplinas sobre EAD

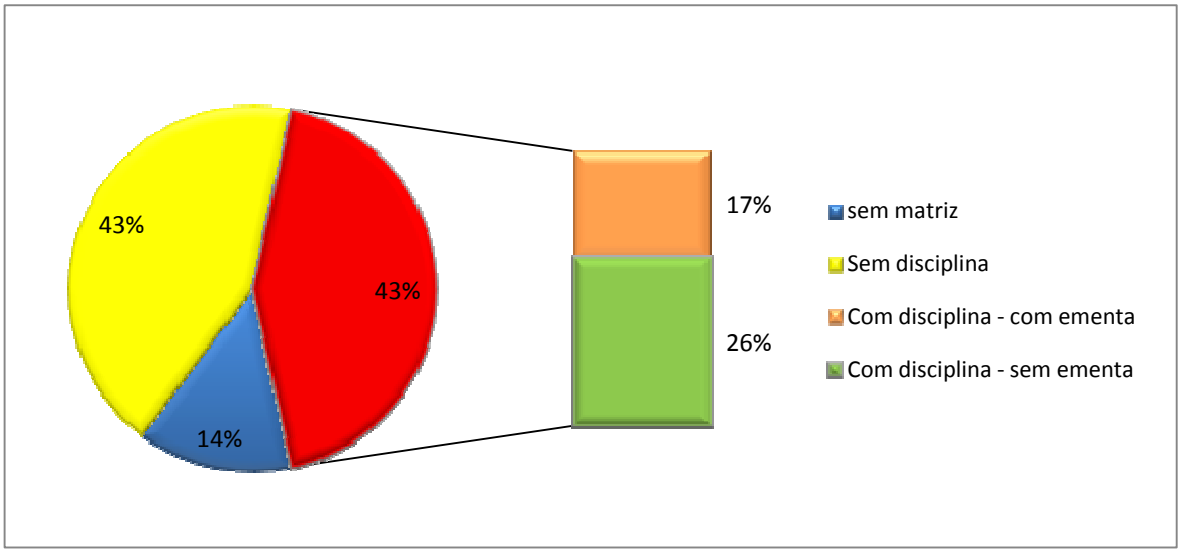


O fato de grande parte das disciplinas se apresentar no primeiro período do curso traz um questionamento – o objetivo da disciplina é introduzir o aluno de pedagogia à modalidade do curso ou preparar o pedagogo para atuar com a EAD?

A questão é que como os alunos que estão ingressando no curso precisam de orientações sobre como será o funcionamento da mesma, algumas instituições oferecem como disciplina uma introdução à metodologia, que pretende explicar ao aluno como navegar no ambiente virtual de aprendizagem, como utilizar as ferramentas disponíveis no mesmo, quais os critérios de avaliação (atividades e prazos), onde o aluno pode localizar o manual da plataforma e como entrar em contato com o suporte técnico ou áreas internas como secretaria, polo, dentre outros. A preocupação neste caso é oferecer ao aluno de Pedagogia os instrumentos necessários para que ele realize o curso.

Para compreender melhor a finalidade da disciplina é necessário verificar sua ementa, ou seja, o conjunto de temas relacionados ao curso, quais os assuntos abordados e qual a finalidade da disciplina na formação do pedagogo. No entanto, se apenas em parte das IES foi possível encontrar a matriz curricular, no caso das ementas da disciplina a dificuldade foi ainda maior. Como foi visto até o momento, das 102 IES que oferecem o curso de Pedagogia, 14% não possuem matriz curricular. Dos 86% restantes, 43% não possuem disciplinas sobre EAD. Os outros 43%, que possuem disciplina sobre EAD, é resultado do somatório dos 26% que não possui ementa e dos 17% que possui ementa, conforme pode ser visualizado na Figura III 6.

FIGURA III 6
Matrizes e disciplinas sobre EAD identificadas nas graduações em Pedagogia



Assim, das 44 instituições que possuem disciplinas sobre EAD, apenas 17 oferecem ementa das mesmas, um número muito reduzido para análise mais detalhada. Porém, sendo esse o cenário encontrado, a avaliação foi realizada considerando as disciplinas das 17 IES, ou seja, das 51 disciplinas encontradas nas 44 instituições, somente 24 disciplinas foram analisadas. Das 24 disciplinas com ementa, 9 são oferecidas no primeiro período, uma no oitavo e 14 em período indeterminado.

Na análise das disciplinas de primeiro período, verifica-se que quatro tratam da história da EAD, tendências, perspectivas e desafios. O restante aborda, além do histórico e das características, do ambiente virtual de aprendizagem, conforme exemplos:

> *História, concepções e práticas de educação a distância, o papel de professores, tutores e alunos. O ambiente virtual de aprendizagem. A plataforma MOODLE.*
>
> *Definições e características da modalidade de educação a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância. Utilização da plataforma de aprendizagem. Objetivos: Apresentar os fundamentos teóricos da modalidade de educação a distância. Capacitar os alunos para utilização da plataforma de aprendizagem*

O cenário é parecido nas disciplinas cujo período não foi identificado. Dessas, quatro tem como objetivo orientar o aluno quanto à navegação na plataforma, o que tende a ser característica de disciplinas referentes ao primeiro período, conforme os exemplos:

> *O projeto político pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil na modalidade a distância; Perspectivas teórico-metodológica da aprendizagem a distância. Bases conceituais.Características. Design instrucional. Comunicação mediatizada e avaliação. Uso da plataforma MOODLE.*
>
> *O projeto político pedagógico do Curso de Pedagogia – modalidade a distância;fundamentos da EAD, sistema de gestão; o aluno da EaD;*

> *ambiente virtual de aprendizagem (AVA); tipos de AVAs; ambientação ao Moodle.*

Ainda sobre as disciplinas de período indeterminado, uma não cita o ambiente virtual ou o projeto político pedagógico do curso, porém, como pretende construir conhecimento sobre informática básica, é possível afirmar que não têm como finalidade a formação do pedagogo para atuar com a EAD, conforme a ementa abaixo:

> *Noções de informática básica. Natureza das inovações em educação. O uso das modernas tecnologias de informação e comunicação em educação. A tecnologia e a aprendizagem a distância.*

Assim, pela análise das ementas das disciplinas de primeiro período e das de período indeterminado, é possível concluir que muitas não têm como objetivo construir um pensamento pedagógico sobre a EAD, mas orientar o aluno sobre a modalidade já que destacam a finalidade de apresentar o projeto pedagógico do curso, a metodologia da EAD na instituição e ensinar o aluno a utilizar a plataforma.

As disciplinas identificadas como de segundo e terceiro período não possuem ementa, não sendo possível analisar o objetivo das mesmas. Pelos títulos apenas (Educação a distância, Educação a distância II, Educação online: reflexões e práticas) não é possível formular conclusões sobre seus objetivos. Assim, dentre as disciplinas com ementas disponíveis que não pretendem introduzir o aluno ao ambiente virtual de aprendizagem da instituição ou apresentar o projeto e metodologia do curso, restaram para análise quatro ementas referentes ao primeiro período, uma do oitavo período e nove de períodos indeterminados, apresentadas na Tabela III 4.

TABELA III 4
Ementas das disciplinas sobre EAD

IES	Disciplina	Período	Ementa
IES 1	Tecnologias Educacionais e EAD	1	Tecnologia Educacional: Pressupostos conceituais e filosóficos; Relação: aprendizagem, Tecnologia e educação a distância; Recursos de ensino (audiovisuais); Novas tecnologias educacionais: informática, Softwares, Internet, outros.; Dinamização da aprendizagem: educação presencial, Educação a distância e de novas tendências no uso do computador; Técnicas de utilização das diversas tecnologias da educação.
IES 2 IES 3	Educação a Distância	1	O Ensino a distância e a educação a distância. A História da EAD no Brasil. As características da educação a distância. As políticas públicas de formação de professores e a EAD: oportunidades, acesso e desenvolvimento.
IES 4	Fundamentos da Educação a Distância	1	Histórico, modalidades e possibilidades. A dinâmica do processo de conhecer da espécie humana; a diferença entre informação e comunicação no processo de aprendizagem e como cada um funciona dentro da realidade sócio-político-cultural. As tecnologias de informação e comunicação que viabilizam a educação à distância. Estado da arte. A experiência internacional a brasileira. Da perspectiva da formação a formação da cidadania. Possibilidades e limites; perspectivas e desafios da educação a distância.

IES 5	Educação a distância	8	As modalidades “a distância” e “online”, seus desafios e suas possibilidades. História e evolução. A legislação a partir da LDB. Políticas de educação não presencial no Brasil. Docência e aprendizagem. Avaliação da aprendizagem. A dinâmica dos ambientes virtuais de aprendizagem em suas ferramentas e interfaces. A resistência à educação não presencial. A produção de material didático para meios analógicos e digitais. A gestão de profissionais e equipes interdisciplinares.
IES 6	Didática na Educação a Distância	?	Processos de Comunicação e docência na EaD. Docência e Tutoria. Sistemas Tutoriais. Tutoria presencial e online. Formação de professores para EaD. Didática da EaD. Estratégias e metodologias para a docência em EaD.
IES 7	Educação a distância	?	Conceitos de Educação a Distância – EAD; Orientações para o aluno em EaD; O papel do professor na EaD; Conceitos de comunidades virtuais de aprendizagem; Noções de Interação e interatividade; Colaboração e cooperação na EaD; Ambientes virtuais de ensino; Legislação de EaD; Noções de planejamento didático-pedagógico para EaD (design instrucional).
IES 8	Educação a Distância	?	Estudo da educação a distância: fundamentos, sistemas, legislação e redes de EaD. Projeto pedagógico: elaboração, implementação e acompanhamento de projetos EaD. Didática e EaD: o trabalho docente e a mediação educacional. EaD e TICs.
IES 6	Fundamentos da Educação a Distância	?	Conceitos fundamentais da educação a distância. Métodos de ensino: presencial e a distância. A convergência entre educação virtual e presencial. Sistemas de educação a distância.
IES 6	Gestão na Educação a Distância	?	Gestão educacional, Desenho Pedagógico na EaD, Gestão da aprendizagem na EaD; Gestão de produção de materiais didáticos, Gestão de pessoas na EaD, Gestão do conhecimento na EaD; Legislação, Elaboração de Projetos e Sistemas de EaD.
IES 10	Introdução à Educação a Distância	?	Concepções de educação a distância. Evolução histórica, o aluno de EAD. Tutoria em EAD. Metodologia da EAD. Avaliação na EAD. Perspectivas atuais na educação a distância: mídias interativas e plataformas de aprendizagem online.
IES 6	Metodologia da Educação a Distância I	?	Significado e caracterização da modalidade de educação a distância. A história da EAD no Brasil: legislação e experiências. Teorias, metodologias, estrutura, organização e funcionamento de cursos na modalidade EAD.
IES 6	Metodologia da Educação a Distância II	?	A EAD e a construção da autonomia e da educação continuada. Dispositivos comunicacionais e a Prática Pedagógica na EaD. Uso de novas tecnologias de comunicação e informação em EAD. Como construir um aprendizado significativo a distância.
IES 6	Produção de material didático para a Educação a Distância	?	Direito autoral; Desenho instrucional na EaD, Estratégias de linguagem e escrita textual, Estratégias de produção de material didático impresso, audiovisual e on line, Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Uma breve análise dessas ementas revela que enquanto algumas pretendem apresentar uma introdução à EAD outras são mais específicas como as disciplinas que trazem a produção de material didático, direitos autorais, legislação e gestão da EAD bem como a formação docente, didática e avaliação. As disciplinas do primeiro período (IES 1, 2, 3 e 4) apresentam a modalidade a distância ao aluno, no entanto, são generalistas e, pela ementa não é possível afirmar que pretendam formar o pedagogo para atuar com a EAD. Essas disciplinas apresentam o histórico, características, oportunidades e tendências, mas não demonstram como finalidade a formação crítica do pedagogo para planejar, organizar,

coordenar ou atuar como docente em cursos a distância. Sobre a disciplina do oitavo período (IES 5), verifica-se que a proposta não era apenas apresentar a modalidade ao aluno, mas construir uma consciência crítica sobre a EAD, abordando a resistência à modalidade, avaliação, docência, produção de material didático e gestão de professores e equipe pedagógica. Dentre as disciplinas de período indeterminado, uma instituição (IES 6) oferece seis das nove disciplinas. Essas são mais específicas, pois além de abordarem os fundamentos da EAD, tratam de temas como gestão de cursos, legislação, produção de material didático e atividade docente.

Sendo assim, das 24 disciplinas que possuem ementa, 42% possui na listagem de temas a metodologia, o projeto pedagógico do curso ou apresentação do ambiente virtual de aprendizagem. Por esse motivo, pode-se afirmar que essas apresentam a modalidade ao aluno, orientam o mesmo para realizar o curso a distância, porém não preparam o pedagogo para atuar como profissional da educação na EAD. O restante, 58%, possui elementos importantes para a formação do pedagogo que atuará com a EAD como gestão de equipe pedagógica e cursos a distância, didática, legislação e elaboração de material para a EAD.

Dessa forma, é possível afirmar que considerando as disciplinas que possuem ementa, a maioria (58%) tem elementos importantes para a formação do pedagogo para atuar com a EAD. Contudo, como apenas 47% das disciplinas que possuem em seu título um termo relacionado à EAD possui ementa, do total de 51 disciplinas encontradas, é possível afirmar que 27% prepara o pedagogo para atuar com a EAD. O restante (73%), ou não ofereceu a ementa e não pode ser avaliada, ou possui elementos que orientam o aluno, não formam o pedagogo.

Sendo assim, pela investigação realizada nas matrizes curriculares e ementário de disciplinas das graduações a distância em Pedagogia, foi possível concluir que poucas são as instituições que oferecem disciplinas sobre educação a distância. Menos da metade das IES oferecem disciplinas sobre EAD. As oferecidas são em, sua maioria, cursadas no primeiro período do curso, momento em que o aluno está conhecendo a metodologia e a modalidade, por isso, a possibilidade desta ter como finalidade orientar o aluno para cursar a graduação é maior do que formar o pedagogo para atuar como profissional da educação a distância. Apenas uma pequena parte das disciplinas apresenta claramente o objetivo de fazer o aluno, futuro pedagogo, refletir sobre a modalidade, aprender sobre as especificidades e pedagogia da educação a distância.

Portanto, pode-se concluir por esta investigação que atualmente, apesar do elevado número de cursos na modalidade a distância, do interesse de instituições públicas e privadas na EAD e da significativa parcela de pedagogos que são formados pela educação a distância, as instituições ainda não preparam o pedagogo para atuar na EAD.

III.3 A formação do Pedagogo para a EAD

O currículo do curso de Pedagogia é constante tema de discussão entre os educadores (PIMENTA 2001, LIBANEO, 2007). Todas as variações que sofrem a profissão do pedagogo, seja pela definição da educação como campo científico, as discussões sobre o pedagogo como docente ou como formador dos formadores, influenciam no currículo e consequentemente nos conteúdos que formarão este profissional.

A formação de qualquer profissional não pode estar descolada de sua prática. Atualmente, de acordo com as DCN (BRASIL, 2006), o pedagogo atua não somente como docente de diferentes níveis de ensino e modalidades, mas em qualquer atividade pedagógica. A educação a distância, significativamente crescente no cenário educacional brasileiro não pode ser desconsiderada como uma área de atuação do pedagogo. Os pedagogos podem exercer atividades como de planejamento e gestão de cursos a distância, de produção materiais e avaliações, mediação discussões nos ambientes virtuais de aprendizagem, porém sua formação para atuar na EAD acontece na prática ou em cursos de especialização.

Diversos são os profissionais da educação que atuam sem ter sido capacitado para realizar a atividade. Como visto anteriormente, o primeiro exemplo é de professores que são incentivados a trabalhar com tecnologias em sala de aula, porém não possuem formação para usar pedagogicamente esses instrumentos. Outro exemplo é de professores em atividade que não foram formados em licenciatura para estar em sala de aula ajudando o aluno na construção de conhecimento, porém por falta de professores, os profissionais de outras áreas assumem a função docente. Da mesma forma, diversos profissionais da educação atuam na EAD, porém não tiveram formação para realizar as atividades. O pedagogo é uma delas.

Nos dois primeiros casos apontados, alguns movimentos estão sendo realizados para reverter essa situação, como o oferecimento de capacitação para que os professores utilizem tecnologias em sala de aula e o incentivo para que professores que não possuam licenciatura na área de conhecimento em que exercem função de magistério possam concluir sua formação. A educação a distância está sendo uma estratégia para esses dois movimentos, para capacitar professores para atuar com diferentes tecnologias e para formar licenciados nas diversas áreas de conhecimento. Evidencia-se, assim, que da mesma forma que há necessidade de formar esses professores, já que sua atividade exige conhecimentos específicos, é necessário verificar formação dos pedagogos para atuar com a educação a distância.

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Pedagogia traga a necessidade de formação do pedagogo para atuar com as tecnologias de informação e comunicação, o documento não trata da formação do pedagogo pela nem para a educação a

distância. O documento é recente (2006) e no período de sua publicação, a educação a distância já era uma realidade como política pública brasileira.

A pesquisa realizada nos portais das instituições que oferecem curso de graduação em Pedagogia na modalidade a distância revelou que, embora metade dos pedagogos seja formada pela educação a distância, não há na maioria das matrizes curriculares do curso disciplinas que pretendam formar o pedagogo para a EAD.

Observou-se, no entanto, alguns dados que merecem reflexão para compreender o cenário atual da formação do pedagogo pela educação a distância, como o resultado sobre a natureza jurídica das IES que oferecem o curso de graduação em Pedagogia a distância. Na pesquisa, verificou-se que a maioria das graduações é de instituições privadas. Isso revela que os pedagogos estão sendo formados em sua maioria pelo setor privado. Quando avaliadas a disponibilização das matrizes curriculares, a porcentagem de IES públicas e privadas onde o documento foi identificado foi o mesmo percentual, 86% para ambas. Porém, a análise dessa matriz trouxe outro ponto a ser considerado: apenas 14% das instituições privadas que possuem curso de graduação a distância em Pedagogia oferecem disciplinas sobre educação a distância. Já nas instituições públicas, o percentual é de 68%. Esses dados demonstram que as instituições públicas, em sua maioria, se preocupam em oferecer disciplinas sobre EAD, mesmo que essas pretendam introduzir ao aluno à modalidade. Já as instituições privadas não demonstram em suas matrizes curriculares interesse em formar o pedagogo para atuar com EAD. O que isso releva? Pode-se concluir por esse fato que as IES utilizam a EAD como meio de formação de profissionais, porém formam apenas para o presencial.

No momento em que as graduações a distância começaram a crescer no cenário do ensino superior brasileiro, os profissionais que planejaram, coordenaram e atuaram nos cursos adaptaram os conhecimentos sobre a educação presencial para modelar os cursos a distância, conforme afirma Almeida (2012):

> *"no Brasil, conforme depoimento de Moran (VALENTE, MORAN, ARANTES, 2011), os profissionais que atuam na educação a distância vieram de experiências do ensino presencial fazendo com que a ead assumisse as mesmas concepções teóricas e metodológicas orientadoras de sua atuação em sala de aula, imprimindo à EAD "as mesmas teorias da educação presencial"* (ALMEIDA et al., 2012, p?).

Quando se escolheu como objeto de estudos a graduação a distância, buscou-se verificar se esses profissionais que já estão na EAD como alunos seriam formados para refletir e atuar na modalidade. No entanto, ao não identificar disciplinas na matriz curricular da maioria dos cursos, cabe-se questionar se apenas pela prática o aluno constrói conhecimento sobre o tema. O pedagogo formado por essas instituições, diferentemente dos formados por cursos presenciais, foram alunos da modalidade e vivenciaram as especificidades da EAD, conheceram as potencialidades e os desafios enfrentados no processo de formação a

distância. Porém, por isso, mesmo não tendo em seu currículo disciplinas sobre o tema, poderia estar sendo preparado para atuar com a EAD? É importante refletir sobre essa questão, o aprendizado acontece pela prática, mas é fundamental que haja espaço para reflexão e discussão sobre ela. Se somente a prática fosse suficiente para a formação de um profissional, todas as pessoas que realizaram a educação básica, frequentando a escola por tantos anos, seriam capacitadas para ser professor, uma vez que vivenciou a experiência da sala de aula como aluno. Por isso, pode-se concluir que a vivência como aluno não é suficiente para que o pedagogo conheça as características da educação a distância.

Na formação de pedagogos, seja em cursos presenciais ou a distância, deve-se compreender o conceito de educação a distância não somente como uma possibilidade de expansão no número de vagas a menor custo, mas deve-se permitir ao aluno conhecer a EAD como uma nova forma de ensinar e aprender com suas características. Como conclui FREITAS (2013)

> *"é importante que haja equilíbrio na formação de professores, a fim de que essa formação considere a imersão do aluno tanto em práticas da modalidade presencial como da modalidade a distância. Assim fazendo, os futuros professores possivelmente compreenderão a importância do uso das TICs dentro do novo paradigma de educação que se apresenta"* (FREITAS, 2013 p.203)

A inserção de novas tecnologias em sala de aula presencial deve vir acompanhada da formação de profissionais para que o uso dessas não seja apenas a repetição de práticas, de adaptação de algo que já foi feito com outro artefato, mas que haja aproveitamento das novas possibilidades de se trabalhar o conteúdo e de tornar a aula mais interessante. A educação a distância pode estar sendo usada como novo artefato, mais moderno, rápido e barato que o presencial. Quanto às suas potencialidades, no entanto, é possível que não sejam consideradas pelos novos pedagogos que, até que se especializem ou adquiram experiência na área, apenas replicarão o modelo para qual foram formados. Esse cenário não será modificado enquanto formarem profissionais para atuar apenas na educação presencial.

Como apontado por ECHEVERRÍA (2000), as tecnologias atuais exigem uma nova forma de educação. Elas estão presentes na vida cotidiana e, se a educação prepara o homem para atuar em sociedade, deve prepará-lo para atuar com a telemática. É necessário desenvolver ações para E3, não apenas usar as tecnologias como ferramentas para melhorar a educação em E1 e E2 e para isso "é preciso treinar professores, introduzindo novas disciplinas nas escolas de Educação e realizando cursos de atualização para os professores atuais" (p.31).

NEVES (2005) ao tratar das mudanças apontadas pela LDB como a exigência da formação em nível superior para os docentes, concorda que é necessário rever a formação dos profissionais da educação para trabalhar na escola contemporânea, pois

> *“se a escola deve mudar, certamente os cursos de formação de professores precisam também passar por uma mudança profunda e radical. Todas as características da escola contemporânea antes apresentadas devem estar presentes nos cursos que formam os profissionais da educação”* (p.137).

ALMEIDA (2012) acredita na necessidade de mudanças na formação do profissional da educação e defende que o aperfeiçoamento do currículo dos cursos de Pedagogia é necessário para que o profissional não saia do processo de formação já desatualizado quando afirma que

> *“o refinamento do uso da tecnologia digital e a preparação dos alunos para a futura docência com o uso desse recurso são aspectos a serem considerados por aqueles que desejam aperfeiçoar o currículo os cursos de pedagogia a distância, sob pena de exilarem o futuro professor num universo desatualizado e excluí-lo dos movimentos contemporâneos de construção e disseminação do conhecimento”* (ALMEIDA et al, 2012. p.199)

Para que a educação a distância seja uma tecnologia estratégica para formar profissionais é preciso formar os pedagogos que, a partir do crescente cenário de cursos na modalidade, muito possivelmente atuarão com a EAD. É importante para o futuro da educação que a formação desses profissionais contemple os diferentes desafios que ele encontrará na prática. É fundamental que não apenas conheça a EAD como aluno, mas que tenha a possibilidade de reflexão sobre o saber fazer nessa modalidade. Enfim, é preciso não utilizar a EAD apenas como artefato, mas como tecnologia.

Considerações Finais

A tecnologia não é redentora da educação. Inserir artefatos tecnológicos no contexto educacional não tornará o aluno mais interessado, não fará com que ele aprenda e, consequentemente, não elevará os índices da educação brasileira. De nada adiantará introduzir esses artefatos sem que a estrutura para recebê-los esteja preparada, sem que os professores utilizem as tecnologias de forma pedagógica.

Diversas são as políticas públicas que buscam incorporar a tecnologia no processo educativo, seja na compra de computadores pelos professores, na criação de laboratórios nas escolas ou na disponibilização de computadores aos alunos. Porém as pesquisas revelam que os alunos ainda reclamam que o professor não usa as tecnologias.

Se o Estado investe em equipamentos, por que o uso ainda não atende aos interesses dos alunos? A questão está na formação dos professores. Capacitar o professor para manusear a tecnologia não é suficiente para incentivar o uso pedagógico da mesma. É preciso oferecer meios para que o professor compreenda as capacidades da nova tecnologia, identifique as potencialidades e descubra como esse instrumento pode ajudar no processo de construção de conhecimento pelo aluno. Não basta usar o artefato, é preciso colocá-lo no contexto. Artefato tecnológico e tecnologia são conceitos diferentes. Artefatos são instrumentos, ferramentas, objetos, produtos que possuem uma finalidade. Para que um artefato seja uma tecnologia, é preciso que se reconheça a técnica, que o utilizem no grupo social.

A educação a distância está sendo utilizada em políticas públicas de formação acadêmica e profissional. As características da educação a distância são diferentes da educação presencial, em que alunos e professores estão em um mesmo espaço e tempo. Na EAD, predomina a distância física. Assim, toda a metodologia deve ser recriada para que o processo educativo seja possível. Para que haja aprendizado do aluno na educação a distância é preciso que a pesquisa, experimentação, interação e avaliação ocorram, porém sem a presença física. Por isso, estratégias devem ser criadas para que as práticas sejam possíveis a distância. Não basta utilizar a EAD como extensão da sala de aula presencial, é fundamental rever o material, a didática, os critérios de participação e a avaliação. Enfim, estabelecer um saber fazer na EAD.

Desde a LDB, o número de cursos oferecidos na modalidade a distância cresce significativamente a cada ano. É possível notar que desde então cresceu também o número de pesquisas acadêmicas sobre o tema, demonstrando que o meio acadêmico tem encontrado na EAD questões que necessitam de investigação.

O presente estudo teve o objetivo de investigar se os pedagogos que estão se graduando pela educação a distância estão sendo formados para a educação a distância.

Analisou-se a matriz curricular dos cursos de graduação de todas as instituições de ensino em busca de disciplinas sobre EAD.

O texto foi organizado em três capítulos, o primeiro - A relação entre tecnologia e educação – apresentou a relação entre a presença da tecnologia na escola e o uso pedagógico da mesma. O conceito de tecnologia foi apresentado como o estudo da técnica (PINTO, 2005), como ciência humana das técnicas (DEJOURS, 2005) e como instrumentos e sistemas que organizam a sociedade, como por exemplo, a educação (BAZZO et al., 2003). Verificou-se que o período atual, também chamado de “Era Tecnológica”, não é especialmente tecnológico, mas que nos últimos anos a facilidade na comunicação influenciou no aumento da velocidade de desenvolvimento de novas tecnologias.

Constatou-se que, apesar das diferentes iniciativas para inserir computadores nas atividades de sala de aula, os alunos reclamam que os professores não os utilizam. Embora as políticas públicas contemplem a formação de professores, eles não fazem uso pedagógico dessas ferramentas. O capítulo I trouxe ainda a educação a distância como um movimento de aproximação da tecnologia com a educação, que não apenas insere o computador na sala de aula, mas no caso da EAD, permite o acesso à sala de aula pelo computador.

A educação a distância utilizou-se de diferentes tecnologias ao longo do tempo para aproximar o aluno do conhecimento. Esses períodos podem ser denominados de ondas, momentos em que uma tecnologia predominou, porém convivendo com outras. A primeira onda da EAD foi a correspondência que serviu de instrumento, principalmente, para capacitar pessoas, formar técnicos em contabilidade, em eletricidade, bem como para realizar atividades como costura e conserto de eletrodomésticos. O rádio foi a segunda onda da EAD e importante instrumento de alfabetização e conscientização sobre saúde e educação. A terceira onda foi a da televisão que teve como forte característica a educação formal, oferecendo programas como supletivos de ensino fundamental e médio. A internet é a mais recente onda da EAD e essa tecnologia é utilizada para diversos tipos de cursos como, por exemplo, idiomas, preparatórios para concursos, técnicas de maquiagem ou fotografia, bem como ensino profissionalizante e ensino Superior.

O crescimento da EAD atualmente não se deve ao desenvolvimento da tecnologia, apenas. Não é a internet a responsável pelo crescimento da modalidade, mas sim o interesse da sociedade no uso da mesma. Foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que a EAD ganhou destaque como estratégia para redução do atraso escolar, formação em nível superior e capacitação nas diversas áreas de conhecimento. É na necessidade de investir na educação brasileira que a educação a distância aparece como uma boa estratégia para atender a demanda de um país de dimensões continentais, devido ao tripé CAP (custo, abrangência e potencial de desenvolvimento profissional e econômico de uma região).

No entanto, a aposta na EAD como redução de custos sem investimento no uso pedagógico da tecnologia não garante a qualidade do processo educativo. Devem-se estudar as características específicas da tecnologia a ser utilizada, conhecer as potencialidades no uso dela e formar os profissionais que atuarão no processo educativo para que esses façam uso pedagógico da EAD. Dessa forma, será possível oferecer educação de qualidade não só a alunos de locais distantes dos grandes centros, mas também a um público que busca uma nova forma de aprender, uma nova metodologia.

O capítulo II – Cenário atual da EAD no Brasil: formando para a educação – apresentou os resultados de dois censos, o Censo da Educação Superior (INEP) e o Censo EAD.BR (ABED) que revelaram a importância da educação a distância atualmente. Verificou-se que tanto em cursos livres (que não precisam de autorização do MEC), quanto em disciplinas a distância de cursos presenciais e em cursos autorizados/reconhecidos pelo MEC, a maioria das matrículas estão em cursos da área de Administração/Gestão e Educação, em instituições de ensino superior privadas (ABED, 2013). Foi possível concluir que as instituições privadas são responsáveis pelo grande crescimento da educação a distância. Constatou-se pelos dados do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2012, que a maioria dos alunos que concluiu graduação nesse ano o fez em instituições privadas, seja considerando tanto bacharelado quanto licenciatura e tecnólogo.

Quando analisada a natureza jurídica das instituições que oferecem curso de graduação nas duas principais áreas de conhecimento, notou-se que mais de 80% dos cursos de Administração/Gestão é oferecido por IES privadas, mas no caso da Educação, a maioria dos cursos (55%) está nas IES públicas. Já os números de matrículas revelaram que o setor privado é dominante nas duas áreas de conhecimento, possuindo 85% das matrículas de Administração/Gestão e 56% de Educação. Sendo assim, as IES privadas são responsáveis pelas matrículas dos alunos de ensino superior nas duas modalidades (presenciais e a distância), porém na EAD, a representatividade das IES privadas é ainda maior (84%).

Observou-se que apesar da graduação a distância representar apenas 16% das matrículas do ensino Superior, no ano de 2012, essa foi a modalidade de 175 mil concluintes do ensino Superior (INEP, 2013). E nos próximos anos, o número tende a crescer ainda mais, pois o gráfico de crescimento percentual das matrículas de graduação nas duas modalidades revelou que a EAD possui crescimento maior que a presencial.

Foi possível verificar ainda que Educação foi a segunda maior área de conhecimento de graduação a distância quando observados os números de cursos, matrículas e conclusões, perdendo apenas para Ciências Sociais, Negócios e Direito (INEP, 2013). No entanto, comparando as duas áreas de conhecimento, nota-se que enquanto a primeira possui um terço do total de matrículas na modalidade a distância, a EAD representa menos de 18% da

segunda. Assim, um terço dos alunos da área de Educação está na graduação a distância, o que torna a EAD bastante significativa na formação dos profissionais da educação.

Dentre os profissionais da educação estão os licenciados, que são formados para atuar na educação básica com disciplinas como matemática, português, geografia e história, e os pedagogos, que são formados para atuar com a educação nos diferentes níveis e modalidades. As licenciaturas em matérias específicas representam 30% das matrículas na área de Educação, enquanto e Pedagogia representa 66%.

Evidenciado o curso de Pedagogia, verificou-se, em uma análise dos números de matrículas e conclusões dos últimos dez anos, um crescimento na modalidade a distância que resultou na aproximação entre as duas modalidades, demonstrando que no ano de 2012 quase metade das matrículas e conclusões do curso de Pedagogia foi na graduação a distância. Dessa forma, justifica-se a necessidade de se estudar o curso de graduação em Pedagogia a distância.

Sendo assim, no capítulo III – O estudo sobre os cursos de graduação em Pedagogia – abordou-se a investigação sobre a formação do pedagogo que é graduado pela educação a distância para atuar com a EAD. Partiu-se da constatação da necessidade de formar o pedagogo para atuar com as diferentes modalidades da educação, das especificidades dos cursos a distância e do aumento no número de pedagogos formados pela EAD, para verificar se as graduações em Pedagogia estão formando o pedagogo para atuar com essa nova realidade da educação.

A partir da listagem de instituições de ensino superior que possuem em atividade cursos de graduação em Pedagogia na modalidade a distância, obtida no portal do MEC (emec.mec.gov.br), acessou-se o portal de cada instituição em busca da matriz curricular do curso. A hipótese de que a matriz curricular estaria disponível no portal da instituição se deve às orientações existentes na LDB, que indica em seu artigo 47 que as instituições informem aos interessados os programas e componentes curriculares dos cursos, e na Portaria nº40 de 12 de dezembro de 2007 que, no artigo 32, determina que a instituição disponibilizem o projeto pedagógico e os componentes curriculares do curso em sua página eletrônica.

Foram identificadas 102 IES que oferecem graduação em Pedagogia a distância, porém em 14% não foram localizadas as matrizes curriculares. Assim, buscou-se nas matrizes curriculares do curso de Pedagogia das 88 IES disciplinas que em seu título houvesse o termo EAD, educação a distância ou ensino a distância. Não foram consideradas disciplinas com títulos referentes à tecnologia, tendo em vista o interesse na formação de professores para atuar na educação a distância, não no uso de tecnologia em salas de aula presenciais.

A análise das matrizes revelou ausência de padrão na disponibilização das informações. Algumas IES apresentaram as disciplinas organizadas por período/semestre enquanto outras listaram em ordem alfabética as disciplinas que compõem o curso. Em apenas

metade das matrizes disponibilizadas foi possível identificar alguma disciplina sobre educação a distância.

Analisadas as matrizes, 51 disciplinas sobre EAD foram identificadas e observou-se que das 44 IES que oferecem disciplinas referentes à educação a distância, apenas três possuem em sua matriz mais do que uma disciplina sobre o tema. A existência da disciplina não é suficiente para afirmar que a instituição tem o objetivo de formar o pedagogo para atuar com a EAD. Foi necessário verificar o período em que a disciplina é oferecida e a ementa da mesma para excluir a hipótese de que a disciplina teria como objetivo introduzir o aluno à modalidade e ao ambiente virtual de aprendizagem.

Porém, das 51 disciplinas encontradas, apenas 31 possuía informação sobre o período em que era oferecida. Dentre essas, 27 estavam no primeiro período, uma no segundo período, duas no terceiro período e uma no oitavo período. Portanto, das 31 disciplinas, 87% são do primeiro período, o que não descarta a possibilidade de apresentar o aluno à modalidade em vez de preparar o pedagogo para atuar com a EAD.

Para esclarecer o objetivo da disciplina, buscou-se a ementa dessas. Das 51 disciplinas encontradas (com período determinado ou não identificado) apenas 24 possuem ementa disponível. O número reduzido de ementas impossibilita uma análise detalhada tendo em vista que não foi possível analisar o objetivo da maioria das disciplinas sobre EAD. Verificou-se que das ementas disponíveis, nove disciplinas são do primeiro período, uma do oitavo e 14 de período indeterminado. Dessas, cinco disciplinas de primeiro período e quatro de período indeterminado possuem características de disciplinas que pretendem introduzir o aluno à modalidade, pois mencionam a apresentação do projeto pedagógico ou do ambiente virtual de aprendizagem do curso de graduação. O restante das disciplinas não tem como finalidade a apresentação da plataforma de aprendizagem, mas a construção de conhecimento sobre a modalidade ao abordar temas como produção de material didático, direitos autorais, legislação e gestão da EAD, formação docente e avaliação.

Foi possível comprovar no capítulo III que das 51 disciplinas sobre EAD, apenas 24 possuem ementa e dessas somente 58% não se limitam a orientar o aluno sobre a modalidade, mas trazem temas importantes para a formação do pedagogo para atuar com a educação a distância. Portanto, a partir da análise das matrizes e ementas, conclui-se que a maioria dos cursos de graduação em Pedagogia a distância não prepara o pedagogo para atuar com a educação a distância.

Dessa forma, observa-se que embora a educação a distância esteja sendo utilizada para formar os profissionais da educação, não se considera a EAD como um tema relevante na formação desses educadores. Ao não abordar o tema na graduação, induz-se o pedagogo a atuar na educação a distância considerando apenas a experiência como aluno e os conhecimentos construídos sobre a educação presencial. Os pedagogos ao saírem da

graduação não terão refletido sobre as especificidades, as potencialidades e fraquezas da EAD e aprenderão com a prática o que não foi elaborado no processo de formação.

A educação a distância está sendo utilizada para aumentar o número de alunos atendidos, porém não se observa nas matrizes curriculares das graduações em Pedagogia a preocupação de formar pedagogos capacitados para planejar e coordenar esses cursos nem para desenvolver material didático, metodologias e avaliações que considerem as características dessas novas tecnologias. Pode-se concluir que atualmente ainda utiliza-se a EAD como forma de expandir a educação, porém sem considerar suas especificidades.

Os debates sobre a formação do pedagogo envolvem o histórico do curso de Pedagogia. Ao determinar qual a função do pedagogo na sociedade, toda a matriz curricular é reavaliada com o intuito de estabelecer o caminho que esse profissional deve seguir para desenvolver suas atividades. Sendo a educação a distância um caminho possível e provável, tendo em vista o crescimento no número de cursos na modalidade, é necessário insistir na reflexão sobre o processo de formação do pedagogo para atuar com a EAD. A partir disso, algumas questões podem ser investigadas a fim de ampliar o estudo aqui apresentado como: As graduações presenciais em Pedagogia pretendem formar o pedagogo para atuar com a EAD? Qual a avaliação dos alunos sobre as disciplinas referentes à educação a distância oferecidas na graduação? Os alunos que cursaram graduação a distância tem mais facilidade em atuar na educação a distância como profissionais?

Sendo assim, torna-se necessário rever a formação do pedagogo de forma a garantir que o profissional da educação tenha conhecimentos sobre os diferentes níveis e modalidades da educação, criando as aptidões apontadas como necessárias ao pedagogo no artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais. Para tal, sugere-se uma reformulação das DCN a fim de destacar a EAD como tema importante tanto quanto o uso de tecnologias em sala de aula presencial. Propõe-se, também, que as graduações da área de Educação, sejam elas oferecidas na modalidade presencial ou a distância, apresentem a EAD como possível área de atuação dos profissionais da educação e a partir disso, preparem o profissional não apenas para adaptar os conhecimentos do presencial, mas para elaborarem o saber fazer na EAD.

A formação do pedagogo pode determinar se a educação a distância será apenas uma expansão no número de vagas do ensino superior ou uma mudança de paradigma no processo educativo. Enfim, se a EAD continuará sendo utilizada como artefato ou se a utilizaremos como tecnologia.

Referências Bibliográficas

ABED, **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da aprendizagem a distância no Brasil**, 2012. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

AGENCIA BRASIL. Disponível em http://noticias.r7.com/educacao/noticias/professor-americano-critica-educacao-velha-20130321.html. Acesso em 28 de outubro de 2013.

ALENCAR, Anderson Fernandes de. **A pedagogia da migração do software proprietário para o livre: uma perspectiva freiriana**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; IANNONE, Leila Rentroia; SILVA, Maria da Graça Moreira da; VILLARINHOS, Maria Cecília Sampaio. **Educação a distância: oferta, características e tendências dos cursos de licenciatura em Pedagogia**. Fundação Victor Civita, 2012.

ALONSO, Katia Morosov**. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares**. Educação e Sociedade, Campinas, SP, v.31, n.113, p.1319-1335, out/dez. 2010.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, F.M, ROMA, B. **A educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2009.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Didática do Ensino Superior**. 2ed. Curitiba: IESDE Brasil. S.A, 2011.

BAZZO, W.A, LINSINGEN, I. Von e PEREIRA L.T. do V. **Introdução aos estudos CTS (Ciência Tecnologia e Sociedade)**. Madrid: OEI, 2003

BIANCO, Nelia R. Del. Aprendizagem por rádio. IN: LITTO, F.M, ROMA, B. **A educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação**. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port40.pdf . Acesso em 25 de março de 2014.

_____, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília, 2006.

_____, **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, Brasília, 2006

_____, **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Brasília, 2005.

_____, **Lei nº10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____, **Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE**, 1994 Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27592 . Acesso em 4 de fevereiro de 2014.

_____, **Decreto nº 65.239**, de 26 de fevereiro de 1969. Cria Estrutura Técnica e Administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, incluindo rádio, Televisão e outros meios, e dá outras providências. Brasília, 1969.

_____, **Decreto nº 236**, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Brasília, 1967.

CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. **Sociedade em Rede**: **Do conhecimento à ação política**. Conferência promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de março de 2005. Centro Cultural de Belém. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CASTRO, Ruy. **Roquette-Pinto: o homem multidão**. In: **Revista especial dos 60 anos da Rádio MEC**. Brasília: MEC, Brasília , 2004. Disponível em http://www.consciencia.net/2004/arquivo/roquette-pinto.html Acesso em 02 de dezembro de 2013.

CGIB. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil** [livro eletrônico]: TIC Educação 2012 = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil : ICT Education 2012 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução / translation DB Comunicação (org.)]. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DICIONARIO ETIMOLÓGICO. Disponível em http://www.dicionarioetimologico.com.br/searchController.do?hidArtigo=9F7D659DE8B23AC0A459477D5A5BA64F Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

ECHEVERRIA, Javier. **Los señores del aire: Telépolis y el Tercer Entorno.** Barcelona: Destino, 1999

ECHEVERRIA, Javier. **Tecnologias de educação e telemáticos**. Revista Latino-Americana de Educação. nº 24, set-dez, 2000. Disponível em http://www.rieoei.org/rie24a01.PDF. Acesso em 05 de março de 2014.

FARIA, Adriano Antonio. SALVADORI, Angela. **A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil.** Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, janeiro/junho 2010

FARIA, Adriano Antonio. VECHIA, Ariclê. **O Instituto Universal Brasileiro e a gênese da educação a distância no Brasil**, 2011. Disponível em www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq13/8_o_iub_cp13.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FGV, **Motivos da evasão escolar**. Centro de Políticas Sociais, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/ Acesso em 02 de fevereiro de 2013

FORMIGA, Marcos. A terminologia EAD. In: LITTO, F.M, ROMA, B. **A educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2009.

FREITAS, Maria Tereza Menezes. **A formação do professor na era da mudança de paradigma educacional.** In: FIDALGO, Fernando Selmar Rocha et. al. Educação a distância: meios, atores e processos. Belo Horizonte: CAED – UFMG, 2013.

GIOLO, Jaime. **A educação a distância e a formação de professores**. Educação e Sociedade, Campinas, vol.29, n.105, p.1211-1234, set/dez. 2008.

INEP. **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse. Acesso em 08 de março de 2014

IPEA, **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão n 525. Rio de Janeiro,1997

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8ed.2 reimpressão. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

LENGEL, James G. **Educação 3.0: Seven steps for better schools**. New York: Teachers College Press, 2012.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACIEL, Leandro Silvio Katzer Rezende. **Projeto "João da Silva" – Pioneirismo em Teleducação Matemática**. Disponível em http://limc.ufrj.br/htem4/papers/6.pdf . Acesso em 2 de março de 2014a

_____. **Curso Supletivo "A Conquista": A história da teleducação matemática na década de 1970**. Disponível em http://www.sbemrj.com.br/sbemrjvi/artigos/d5.pdf . Acesso em 2 de março de 2014b

MEC, Ministério da Educação. **O que é Educação a Distância.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia&catid=355&Itemid=230 . Acesso em 28 de novembro de 2013.

MOORE, Michael Grahame. **From Chautauqua to the virtual university: A century of the distance education in the United States.** Columbus: The Ohio State University, 2003. Disponível em http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED482357.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

MORAES, Maria Candida. **Informática Educativa no Brasil: um pouco de história**. Em aberto, Brasília, ano 12, n.57, jan-mar, 1993.

MORAN, José Manuel. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, M. **Educação Online**, 2ed. São Paulo Edições Loyola, 2006

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/infor_aplic_educ.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2013.

NEVES, Carmem. A educação a distância e a formação de professores. In**: Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. **Na malha da rede: os impactos íntimos da internet**. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, F.M, ROMA, B. **A educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2009

OLIVEIRA, João Batista Araújo e CASTRO, Cláudio de Moura. **Uma avaliação do Telecurso 2000**, Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, 2001

OLIVEIRA, José Luis. **As origens do MOBRAL**. Dissertação de mestrado. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

Palhares, Roberto. Aprendizagem por correspondência. In: LITTO, F.M, ROMA, B. **A educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia, ciência da educação?** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

QUEIROZ, Tania Dias. **Dicionário prático de pedagogia**. São Paulo: Editora Rideel, 2011.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Revista Ensino Superior Unicamp. 2011

SÁNCHEZ, Juan Escámes. **Ortega y Gasset**. Tradução de João Gabriel Parissé Madureira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

SANTINELLO, Jamile. **O professor universitário vivenciando o ato de aprender em ambientes virtuais de aprendizagem**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17 ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHNELL, Roberta Fantin. **Formação de professores para o uso de tecnologias digitais: um estudo junto aos núcleos de tecnologia educacional do estado de Santa Catarina**. Dissertação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ed.1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Albano de Goes. LINHARES, Ronaldo Nunes. **Políticas públicas de educação e tecnologia: o histórico das TIC no processo educativo brasileiro**. V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, Sergipe, 2011.

TORRES, Haroldo da Gama, FRANÇA, Danilo, TEIXEIRA, Jacqueline, CAMELO, Rafael, FUSARO, Edgard. **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola**. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo CEBRAP com o apoio da Fundação Victor Civita. FVC, junho de 2013. Disponível em http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2012/pdf/relatorio_jovens_pensam_escola.pdf . Acesso em 12 de janeiro de 2014.

UAB. **Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em www.uab.capes.gov.br . Acesso em 22 de abril de 2014.

UNESCO, **Recomendação da Unesco sobre a educação para a compreensão, cooperação e paz internacionais e da educação relativa aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 18ª sessão. Paris: 19 de novembro de 1974. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_2.htm . Acesso em 02 de março de 2014.

VALE, Lucas C. do. FERREIRA, Simone de Lucena. **Da carta ao AVA: as tecnologias na construção de uma identidade na EAD**. Revista Interfaces Científicas. Vol.01. n01 p.43-51. Aracaju, out, 2012. Disponível em https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/158/85 . Acesso em 12 de janeiro de 2014.

VALENTE, Jose Armando. Aprendizagem por computador sem ligação a rede. IN: LITTO, F.M, ROMA, B. **A educação a distância – o estado da arte**. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2009.

VERASZTO, Estéfano Vizconde; SILVA, Dirceu; MIRANDA, Nonato Assis de; SIMON, Fernanda Oliveira. **Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito**. Prisma com. nº7, 2008.

XAVIER, Ricardo. **Almanaque da TV - 50 Anos de Memória e Informação**. Editora Objetiva, 2000. Disponível em http://www.museudatv.com.br/historiadasemissoras/tve.htm . Acesso em 02 de março de 2014.